



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

22 DE DEZEMBRO DE 2006

No dia 22 de Dezembro, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS** – Leitura, discussão e votação da acta das sessões: Extraordinária de 05 de Setembro de 2006 e Ordinária de 22 de Setembro de 2006.
- 2- PÚBLICO** – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1-** Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.
 - 4.2-** C. M. M. – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2007.
 - 4.3-** S. M. A. – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2007.
 - 4.4-** Taxa Municipal de Direitos de Passagem TMDP.
 - 4.5-** Proposta de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros – Transportes em Táxis.
 - 4.6-** Pedido de Reconhecimento de Interesse Público no âmbito da Reserva Ecológica Nacional – Aterro Sanitário.
 - 4.7-** Proposta / Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.
 - 4.8-** Criação de uma Associação Privada sem Fins Lucrativos (UAC-Unidade de Acompanhamento e Coordenação) – MirCom.
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- PÚBLICO** – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

| | |
|---------------------|---------------------------|
| PRESIDENTE..... | José Manuel Pavão |
| 1.º SECRETÁRIO..... | Jorge Manuel Pereira |
| 2.º SECRETÁRIO..... | Humberto António Cordeiro |

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 69 presenças, pelo que foi declarada aberta a sessão pela Presidente da Assembleia Municipal, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 62 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Maria Isabel G. L. Velho Borges Pires, José António Costa Ferreira, Arménio Moisés Veiga, Rogério Valdemar Rodrigues Frutuoso, e Luís José Herdeiro Mosqueiro.

Presidente da Assembleia Municipal:

Cumprimentava o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, a Mesa, os Srs. Deputados Municipais, a Imprensa, os Municípes. Hoje o programa é relativamente longo e, como tal, dado até o



espírito da época, pedia tolerância para o decurso da sessão e, sobretudo na minha perspectiva pessoal, peço alguma compreensão para a afonia/disfonia. Esperamos e desejamos que corra tudo muito bem.

Então pedia ao Sr. Secretário o favor de ler as informações que chegaram até nós.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Correspondência recebida:

- Cartões de Boas-Festas das mais diversas entidades, Assembleias, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações Culturais e Recreativas.
- Comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro.
- Rota do Azeite, "O Azeite e a Dieta Mediterrânica": divulgação de Congresso Internacional.
- Presidência do Conselho de Ministros: Recepção de correspondência.
- Ministério Público: convocatória no âmbito das manifestações.
- Comissão de Coordenação, Conferência do Douro: Perspectivas de Futuro.
- CCDRN: espólio da Bienal Internacional de Gravura do Douro.
- STAL: Campanha Europeia em defesa dos Serviços Públicos.
- STAL: Seminário dos Serviços Públicos de Qualidade.
- Delfim José Machado: solicita instalação de iluminação na via pública.
- Ministério Público: convocatória.
- Município de Miranda do Douro: Fórum Temático, Combate à Desertificação e Turismo.
- Grupo Parlamentar do P.C: resposta governamental aos requerimentos formulados. Projecto SECTAD, Orçamento de Estado de 2007.
- Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães: moção "Quadro de referência Estratégico Regional"
- Câmara Municipal de Bragança: convite, 5.ª Feira Internacional, Norçaça e Norpesca. Sessão Pública de debate, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.
- Comissão das Comemorações dos 250 Anos da Região Demarcada do Douro: lançamento do livro Ilha de Xisto Guia do Douro e do Vinho do Porto.
- Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro: Lei-Quadro da Água – Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro.
- Douro Reserva Histórica e Vinho do Porto: Exposição Fotográfica.
- Câmara Municipal de Freixo de Espada-à-Cinta: convite "Fórum Desenvolvimento Rural."
- Assembleia Distrital de Bragança: terceira Sessão Ordinária.
- Grupo Parlamentar os Verdes: proposta de Alteração ao Orçamento de Estado para 2007.
- Junta de Freguesia de Mirandela: entrega dos Prémios de Mérito Escolar.
- Associação Nacional de Municípios: Boletim mensal e questões fundamentalmente relacionadas com o Poder Local.

Sobre as justificações de faltas:

À Reunião de 05/09/2006

- Maximino Monteiro (motivos profissionais).
- Fernando José Domingos Palas (motivos pessoais).

À Reunião de 22/09/2006

- Leonel Horácio Almendra Xavier (motivos de doença).
- Nuno Augusto Barreira Patatas (motivos de doença).
- Francisco Paradela Monteiro (motivos de doença).

À Reunião de 22/12/2006

- José António Costa Ferreira (motivos pessoais).
- João Manuel Fernandes, por motivos familiares, não pôde comparecer à Reunião, pelo que se fez representar pelo Vogal de Junta de Freguesia **Rui M. Aleixo Ramos**.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

PONTO N.º 1 – APROVAÇÃO DAS ACTAS

Presidente da Assembleia Municipal:

Estão por aprovar as actas da Assembleia Extraordinária de 05 de Setembro e Ordinária de 22 de Setembro de 2006. Alguém quer usar da palavra sobre a acta da Sessão Extraordinária de 05 de Setembro de 2006?



Acta da sessão Extraordinária de 05 de Setembro de 2006

Votação:

Votos Contra.....0
Abstenções.....2
Votos a Favor.....67

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Acta de 05/09/2006.

Sobre a Sessão Ordinária de 22/09/2006, alguém quer usar da palavra?

Deputado Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Há alguns erros e gralhas nessa acta que deveriam ser corrigidos e podiam até ser evitados utilizando instrumentos que o processador de texto tem para correcção desses erros ortográficos.

Há outro problema que tem a ver com a transcrição, embora não seja a culpa de quem faz a transcrição porque quando tenho que fazer transcrições de entrevistas nos meus projectos tenho exactamente o mesmo problema que é a da interpretação das interjeições e do estado de espírito da intervenção que é feita. Possivelmente a pessoa que faz a transcrição não está presente e portanto não vai poder adivinhar esse estado de espírito.

O facto é quando se lê (eu estou a falar nas intervenções espontâneas, porque aquelas que são escritas e que entregamos estão reproduzidas na íntegra e portanto não tenho nada a dizer), pode haver uma discrepância com a qualidade que é entregue no texto escrito, se assim entenderem. Convinha, antes da publicação, enviar por E-Mail aos interessados para que pudessem dar um sentido ao texto, mas sem alterações de fundo.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa vai ter isso em consideração e agradecemos a chamada de atenção.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre a acta da sessão ordinária de 22 de Setembro, passamos à votação.

Votação:

Votos Contra.....0
Abstenções.....2
Votos a Favor.....67

DELIBERAÇÃO. A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Acta de 22/09/2006.

PONTO N.º 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal:

Está algum Sr. Múncipe que queira intervir? Faça favor Sr. Carlos Fraga, residente em Mirandela.

Múncipe Carlos Fraga:

Muito bom dia. Exm.º Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Público e Órgãos de Comunicação Social.

1ª questão: para o Sr. Presidente da Câmara e é sobre o questionário Nordeste 21, cujo encerramento ou recolha ocorreu em 31 de Agosto de 2006.

Gostaria de conhecer, se é possível o seguinte:

- Quais os resultados e a receptividade na cidade, na vila de Torre de D. Chama e nas restantes 35 Freguesias do Concelho?

- Houve divulgação e receptividade por parte dos cidadãos, ou seja, quantos cidadãos preencheram o questionário e quais os 5 principais problemas elencados que entendiam existir no Concelho de Mirandela?

- Se eles tivessem o poder de decisão, como gostariam que fosse Mirandela daqui a 10 anos?

Se já há resultados sobre isso, gostaria de saber.

2ª questão: também para o Executivo da Câmara e sobre o Monumento aos Ex-combatentes do Ultramar.

É louvável a iniciativa e o reconhecimento, é justa a homenagem. Todavia, o monumento peca por abstracto.

A cumplicidade sã com a força aérea pelo vínculo do ilustre e saudoso filho da terra, capelão Almeida, bem mereciam um enquadramento vizinho mais estético e expressivo. Peço desculpa à arquitectura moderna, não quero ofender ninguém.

O nosso país já foi a primeira potência mundial, por pouco tempo, é certo, mas foi.

Os nossos combatentes derramaram o seu sangue na selva africana. A nossa memória é viva, a história de Portugal não enferruja no meio de duas ou três meras placas, com muito pouco gosto, perdoem-me a expressão. Tal como o alvorecer de seis novos povos merecem mais do que umas simples vigas de ferro, haja rosto visível da Pátria, da sua história e dos acontecimentos dela resultantes.

Em resumo, Sr. Presidente: para que todos possam ver e entender aquele monumento, será que está fora de questão qualquer alteração ali a fazer?

3ª Questão: continuando a falar de história, não sou professor de história mas vou entendendo alguma coisa, penso que todos nós entendemos. Quero lembrar ao Sr. Presidente que estamos a poucos dias de se assinalarem os 87 anos da célebre resistência republicana de Mirandela, à força monárquica Paiva Couceiro, que ocorreu entre 20 de Janeiro de 1919 e 09 de Fevereiro, sensivelmente.

Como sabe resta um vestígio físico, já lhe lembrei isto mais do que uma vez e o Sr. até agradeceu na altura num órgão de comunicação social e depois aqui na Assembleia já foi falado, numa das cantarias de guarda à entrada da Ponte Velha, ou seja, na margem direita do Rio Tua.

Não é um buraco qualquer ou que ponha em causa até o orçamento desta Câmara, antes pelo contrário. Relembro aos presentes e aos vindouros o oficialato da Ordem de Torre de Espada do valor, lealdade e mérito concedido pelo Governo de então em 18 de Março de 1919, à então Vila de Mirandela.

Sr. Presidente, não há nada a tapar nem a esconder. Quando é que todos então, finalmente poderão ver e compreender aquela marca da nossa história.

4ª Questão: eu questionei aqui na última Assembleia porque é que os fontanários públicos, (frisei até ali o chafariz do S. Miguel e lá cima na Rua do Tanque) não deitavam uma gota de água. Foi-me respondido pelo Sr. Presidente que havia um protocolo, assim o entendi, que obrigava os Serviços a um x m3 por mês. Não, continuaram secos, sequíssimos, agora também está Inverno, está muito frio, certamente dispensamos um pouco, mas era bom que a partir da próxima Primavera ou no próximo Verão não se faltasse de facto a esse compromisso.

5ª Questão: o novo modelo das facturas de água enviada aos consumidores. Há para aí uma certa confusão, o modelo antigo, pronto, já lá vai, havia uma data limite no anterior modelo de factura, toda a gente sabia, até àquele dia tinha que pagar, passado aquele dia, quem não pagou, passa a ser devedor, como é óbvio. Hoje somos confrontados com uma nova factura, um novo figurino, existem duas datas limite, uma para pagamento Multibanco e outra para pagamento na Tesouraria dos Serviços Municipalizados.

Isso está a dar confusão a muita gente, quase que passa despercebido, eu até exemplifiquei com uma factura do Município de Bragança, que as facturas eram mais clarividentes, disseram-me que aqui que não era Bragança mas que eu saiba somos Distrito de Bragança. Acho que há que facilitar as coisas, há pessoas de idade nas aldeias, aconteceu-me isso, não foi comigo, mas houve pessoas nas aldeias que me disseram: Fraga, no dia 19 fazes o favor, pagas-me isto em Mirandela, porque eu já tenho oitenta e tal anos, aqui na aldeia ninguém pode receber de facto a água, não tenho cartão Multibanco, eu vou ao Multibanco, meto o cartão e não consigo pagar, pois não, porque lá estava a tal data por pagamento Multibanco que já tinha expirado e havia a outra para pagar depois com juros na Tesouraria. Lá fui à Tesouraria como é evidente, paguei os juros de mora, eu nem sei quem é que fica a lucrar com isto, certamente ninguém. Os Serviços certamente gastaram mais dinheiro em selos nos correios, penso eu, para expedirem essas cartas para os consumidores, portanto não entendo isto, gostaria que fosse mais clarividente. Porque é que não se optou pelo pagamento no balcão dos CTT? Gostaria que as coisas fossem simplificadas e não complicadas.

6ª questão: aproximando-se o ano de 2007 e com ele o referendo de 11 de Fevereiro sobre o aborto. Queria apelar a toda esta Assembleia, e em particular aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, para que junto das populações não deixem esmorecer o direito cívico de votar. Acho que cabe um bocado de responsabilidade a todos nós, mas essencialmente também a eles. Não servem só para nomear os elementos para as mesas ou para as secções de voto. É bom que isso fique expresso. Mas quanto a nós e tal qual como no passado, votaremos não, ao escolher a vida. Termino desejando a todos um Santo Natal e Feliz Ano Novo. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Fraga. Mais algum Sr. Múncipe que queira usar da palavra? Não há ninguém. O Sr. Presidente quer intervir? Faz favor.



Presidente da Câmara Municipal:

Bom dia a todos. Saúdo o Sr. Presidente da Mesa e a Mesa da Assembleia e os Vereadores da Câmara aqui presentes e os Membros da Assembleia Municipal, o Público e a Comunicação Social.

Quero dizer ao Sr. Fraga que, relativamente à questão do Nordeste 21 e da discussão do Desenvolvimento Sustentável, neste momento a Universidade Católica, que conduz este processo, está a preparar e a analisar todas as respostas dadas, todos os inquéritos recolhidos, todos os contributos, para depois apresentar o seu trabalho prévio e, conjuntamente com a Câmara, tratar e apresentar publicamente as conclusões.

As conclusões são só da cidade de Mirandela para já. Virão depois as análises supra municipais e ao nível das freguesias que podem ser envolvidas nesse projecto.

Em relação ao monumento às Forças do Ultramar ou aos Combatentes do Ultramar, dizer-lhe que é um monumento arquitectónico e que a pretensão não é que gostem uns e outros não. O Sr. Fraga esteticamente não gosta, acha que ele devia ter mais visibilidade, se calhar ser formalmente muito mais desenvolvido mas há outros Mirandenses que pensam exactamente o contrário porque essa avaliação é muito subjectiva e gostos não se discutem, como é comum dizer-se. O monumento é muito expressivo porque reflecte, mesmo na pobreza dos elementos, um canhão do Ultramar abandonado nas suas matas porque nos interessou ali reflectir o fim da guerra e o recomeço de países novos e a cor daqueles ferros, cada um tem sua cor, e se reparar é a cor de cada país que nasceu do término dessa guerra.

Em relação aos 87 anos da resistência de Mirandela à invasão de Paiva Couceiro e ao buraco que lá está, é verdade, já fui alertado várias vezes, já se podia pelo menos ter mandado fazer uma placa que explicasse o que significa aquele buraco que lá está e já se podia, até no dia comemorativo, ter feito uma sensibilização pública através da Comunicação Social e com uma cerimónia. Ainda não se fez, mas é verdade que merece essa homenagem.

Em relação aos fontanários públicos, vamos esperar pela Primavera e pelo Verão porque agora não vale a pena estar a ligá-los.

Em relação ao novo modelo de água, queria dizer-lhe com toda a clareza uma coisa. Pode-nos parecer difícil agora e se calhar exige por parte dos Serviços Técnicos e dos Serviços Municipalizados em articulação um trabalho de sapa de terreno muito mais aguerrido agora, muito mais informativo, muito mais de sensibilização das populações do que o que eles estão a fazer.

Esse é um sistema mais moderno e informaticamente mais bem desenvolvido. Foi analisado e recomendado por institutos de qualidade para o sistema de pagamento de água. É pioneiro em termos informáticos e em termos de pagamento. Se for bem compreendido e bem explicado e se houver sensibilização da população por parte dos serviços (o que demora dois ou três meses), creio que será um exemplo e um modelo de rapidez no pagamento da água e principalmente um exemplo de utilização e aplicação das novas tecnologias nesse domínio.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal:

Estão efectuadas 11 inscrições e temos uma hora para este primeiro período.

Deputado Maximino Monteiro (CDS/PP):

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e Senhores Secretários, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Público aqui presente, Saudações à imprensa.

Completa-se hoje um ano que iniciámos a nossa função como membro desta Assembleia Municipal.

E completaram-se, também, no dia 12 deste mês, 30 anos desde que fui eleito democraticamente Presidente da Câmara.

Foi para nós um orgulho grande termos sido o 1.º Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, eleito democraticamente, após o 25 de Abril.

Depois de quase 30 anos de afastamento da vida política, apesar de grande sacrifício, aceitámos o convite, nas últimas eleições, para voltarmos a dar o nosso contributo à terra que nos viu nascer.

Todavia, decorrido um ano de funções, não podemos esconder a nossa desilusão e frustração com o que se tem verificado.

Com efeito, na sessão ordinária de 22 de Dezembro de 2005, apresentámos nesta Assembleia uma relação de necessidades da Freguesia de Aguielas e outras também de interesse geral para o Concelho.

Na sessão de 17 de Fevereiro de 2006, voltámos a trazer a esta Assembleia novas necessidades da freguesia de Aguielas e também outros assuntos de interesse.

De igual jeito, deixámos também na nossa intervenção uma proposta ao Ex.º Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sobre as condições em que os seus membros exercem as suas funções e aqui nada



mudou e parece que nada mudará, o que lamentamos se compararmos com as condições que tem o Executivo Municipal e a Mesa da Assembleia Municipal.

Chegados ao fim deste ano de actividade, temos de concluir que nos sentimos profundamente surpreendidos com a actuação da Câmara.

Com efeito, beneficiando de uma maioria PSD, a Câmara Municipal demonstrou claramente ao longo deste ano uma prepotência para com a Vereação do CDS/PP que nos leva a concluir que a Oposição da Câmara não tem o direito de expor os seus pontos de vista e as suas propostas, porque a maioria PSD não tem qualquer sensibilidade e não as aprova.

Aliás, para quem tem dúvidas sobre o mau ambiente que se tem vivido nas reuniões de Câmara, basta ler as actas para se inteirar dessas lutas que muitas vezes rondam as raias da má educação e do insulto.

Tal procedimento da parte da Câmara Municipal não vem criar um estado de boa relação e colaboração com a oposição que se tornaria saudável para os interesses do Concelho.

Ou será que a Câmara Municipal de Mirandela desconhece que, apesar de vitoriosa, e talvez até por isso, tem redobradas obrigações de consultar a oposição e de lhe explicar claramente, quais os motivos do seu autismo relativamente a uma participação construtiva da dita oposição?

Quando será que a maioria absoluta desta Câmara, generosamente consciente do seu poder e das suas responsabilidades dará ouvidos a reclamações e sugestões que os deputados da oposição – e designadamente do CDS/PP – vêm fazendo em prol do desenvolvimento e do bem-estar das populações do Concelho?

Designadamente e concretizando com a freguesia das Aguietas, quando é que a Câmara responderá com um gesto de simpatia às legítimas reclamações e dolorosas exposições que em nome da dita freguesia têm sido feitas por nós? Ou será que o facto de ser um deputado do CDS/PP a levantar as questões, as tornam letra morta sem que do executivo da Câmara e designadamente do seu Presidente venha uma palavra de conforto e de esperança?

Assim, onde está o caminho de acesso ao Castro romano? Onde está a repavimentação dos acessos às aldeias dos Chairros, da Agueira e de Soutilha? Onde está o acesso à mini-hídrica do Rabaçal? Onde estão as obras de beneficiação e arranjos do adro da Igreja da Soutilha, um dos templos mais bonitos do Concelho e que tem sido ultrapassado por tantos outros? Onde estão as placas identificativas das freguesias e das aldeias?

É óbvio que a oposição tem toda a legitimidade democrática para intervir, fazer propostas e críticas à actuação da maioria sempre que não concorde com as mesmas.

A continuar este estado de coisas prevemos que as relações entre a maioria da Câmara e a oposição do CDS/PP conheçam uma agudização maior e um conflito que em nada beneficiará o concelho.

No que concerne à Assembleia, teremos que deixar aqui também a falta de sensibilidade da Câmara para com as propostas da oposição do CDS/PP na Assembleia Municipal.

Com efeito, parece que a Câmara continua a fazer ouvidos de marcador, o que não augura um clima de paz entre todos.

Por outro lado não podemos deixar de denunciar dois episódios que ocorreram ao longo deste ano.

O 1.º diz respeito aos muitos convites que nos são remetidos pela Câmara Municipal para estarmos presentes em eventos, o que nem sempre é possível, por razões profissionais.

Todavia, não podemos deixar de referir aqui a falta de elegância que se verificou no evento do encontro de representantes da “Terra Olea”. Lamentavelmente o representante da Câmara ignorou o membro da oposição do CDS/PP na Assembleia Municipal.

Se este tipo de comportamento é para se manter, então deixaremos de estar presentes nessas festas ou eventos.

Finalmente, não podemos deixar de manifestar também aqui o nosso desagrado, pela forma como foi organizada a sessão realizada no Salão Nobre da Câmara aquando da visita de sua Excelência o Ministro da Agricultura para apresentação do Plano Tecnológico.

Com efeito, o Sr. Presidente da Câmara pode fazer, e bem, os convites que entender às mais diversas entidades para este tipo de sessões. O que o Sr. Presidente da Câmara não deve é esquecer-se dos eleitos, designadamente dos membros da Assembleia Municipal, representantes do povo e que não podem ter tratamento de ralé.

De futuro, a Câmara Municipal deverá reservar um espaço para os membros da Assembleia Municipal que pretendam assistir a essas reuniões, evitando-se o que se passou na última reunião em que foram esquecidos.

Deixamos aqui a nossa crítica e o nosso descontentamento por tudo quanto se vem passando na autarquia de Mirandela e que em nada abona as relações que devem existir entre a maioria e a oposição na Câmara e na Assembleia Municipal.



Pessoalmente quero referir a V. Ex.ª, Senhor Presidente, que tomei a iniciativa, no começo do mandato, de esquecer as quezílias que normalmente a disputa eleitoral provoca.

Propus-me colaborar construtivamente com a Câmara e com a Assembleia Municipal, onde domina o Partido a que V. Ex.ª pertence.

Todavia, apesar desta minha atitude de tentar colaborar e esquecer dissídios, nunca conheci da parte de V. Ex.ª Senhor Presidente, e dos demais Vereadores da Câmara da maioria, um gesto de compreensão e simpatia que viesse criar o clima onde se pudesse dizer: para além dos Partidos e dos direitos da sua legítima representação, estão todos os Mirandenses que põem os interesses do concelho e o bem-estar das suas populações acima de tudo.

Faço votos para que um dia possa vir aqui dizer que afinal a Câmara a que V. Ex.ª, Sr. Dr. Silvano, preside, esquecendo as confrontações naturais da luta política, tem sobretudo por meta a busca da colaboração de todos os ingentes interesses do Concelho de Mirandela.

Para terminar desejo a todos um Feliz Natal e um Ano Novo Próspero. Obrigado.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PPD/PSD):

Muito bom dia, desejo um bom Natal e um Ano Novo cheio de saúde.

Requerimento N.º 8960, de 17 de Novembro de 2006, com o seguinte teor:

“Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 76º da lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresento a renúncia ao meu mandato de Vereador em regime de não permanência, a partir do dia 24 de Novembro de 2006. “Arqº Domingos Doutel”

Se fosse um vereador de 2.ª escolha, esse acto de renúncia não merecia qualquer comentário político. No entanto, como se trata de um vereador que foi cabeça de lista por duas vezes à liderança da Câmara Municipal, merece que nós aqui recordemos algumas passagens:

- Em 2001 apareceu em Mirandela o Sr. Arq.º Domingos Alberto Doutel como cabeça de lista do CDS/PP à Autarquia de Mirandela, afirmando que se tinha apaixonado por Mirandela, com um amor louco e sem limites pelos Mirandenses, estando disposto a praticar loucuras por aquela paixão que o avassalava;
- Contou a sua história de emigrante e que deixou a sua terra natal e foi à procura de melhores condições (estas histórias ainda dão votos especialmente no mundo rural);
- Autoproclamou-se herdeiro político do Dr. José Gama, mas só das obras feitas, porque para as dívidas que ele deixou na Autarquia só havia um herdeiro, o Dr. José Silvano;
- Fez a campanha que toda a gente conhece, agredindo tudo e todos, não olhando aos meios para atingir os fins desejados;
- Uma coisa que me espanta é que ele nunca disse que era um militar na reserva. Porque terá sido?
- Em 16 de Dezembro de 2001, realizaram-se as eleições e como se esperava o Sr. Arq.º Domingos Doutel perdeu. Foi a sua 1.ª derrota, e já não havia jantar de vitória.
- Como era a 1.ª desilusão de amor, arranjou argumentos para a justificar;
- Em 2002 volta novamente a ser cabeça de lista do CDS/PP para as legislativas. Se no concelho de Mirandela não o quiseram, muito menos no Distrito de Bragança (2.ª derrota);
- Um pouco desiludido com tudo isto, eis que passa o autocarro do poder na Ponte Nova. Os PSD ingénuos como sempre, dão-lhe boleia como Governador Civil. Ele aproveitou e entrou no autocarro, mas no percurso sofre a 3.ª derrota, pois os Srs. Presidentes de Câmara não o aceitam. Mas como ele era combativo, conseguiu desembarcar como Director da Segurança Social em Bragança;
- Neste lugar, foi igual a si próprio, limitou-se a gerir o orçamento da segurança social, não se conhecendo nada de especial. As respostas às reivindicações eram sempre as mesmas: “O orçamento era pequeno e o país estava em crise orçamental”;
- Durante o tempo que esteve na Segurança Social, a maior parte das vezes, não comparecia nas reuniões do executivo (A chama do amor pelos Mirandenses ia-se apagando);
- Devido ao seu feito autoritário, incompatibilizou-se com o seu grupo parlamentar na Assembleia Municipal, tendo 90% dos seus deputados municipais assumido a condição de independentes;
- Em 2004 volta novamente a ser candidato às Legislativas e como não há duas sem três, conquistou nova derrota, a quarta;
- Em 2005 volta novamente a repetir as suas promessas de amor e como cabeça de lista, escolhe uma nova equipa, agora de jovens desconhecidos com conhecimentos livrescos e virgens de conhecimentos da realidade do concelho. No entanto, tinham algumas qualidades: eram ambiciosos e atrevidos;
- Arranjou uma Senhora para a lista, para assim lhe dar um ar de graça e partiu à conquista do poder;
- Campanha igual à de 2001, resultado mais desastroso, conquistou uma nova derrota, a quinta;
- Desiludido e atraído pela sua amada, partiu para o exílio, tentando esquecer. Mas o que ele não esqueceu foi de mudar a sua residência, para assim contribuir para o aumento das despesas correntes;



- Mas a amargura era tal que decidiu suspender o seu mandato durante um ano e pensar seriamente o que iria fazer;

- Passado um ano, verificou que a equipa que escolheu era um fracasso total e que o seu amor pelos Mirandenses e especialmente pelos eleitores da Vila de Torre D. Chama não mereciam o seu sacrifício. Renunciou ao mandato, a única coisa válida que ele fez neste período.

Relativamente às declarações dos outros dois Srs. Vereadores, gostaria de dizer o seguinte:

- Compreendo o alcance e o sentido do louvor do Sr. Arq.º Nuno de Sousa, só que os objectivos são bem diferentes do que parecem, ou seja, limpar o caminho para a sua futura candidatura nas próximas eleições.

Mas cuidado, em política o que hoje é verdade, amanhã pode ser mentira.

O Senhor Vereador com esta declaração tornou-se o herdeiro político do Sr. Arq.º Domingos Doutel.

- Relativamente às declarações do Sr. Vereador Dr. Hernâni Rodrigues, compreendo-as e aceito-as perfeitamente.

Estar sentado no banco dos suplentes, sem qualquer esperança de jogar e de repente ser chamado para actuar e assim poder abrir o saco dos Planos, estabelecendo os planos estratégicos e de actuação que misturados com um pouco de ousadia e de magia, o podem levar mais longe do que muita gente pensa.

E porque não desfrutar com outros o cabeça de lista nas próximas autárquicas? Pense nisto. Eu apoio.

Para terminar, quero aqui deixar bem claro, que pessoalmente nada tenho contra o Sr. Arq.º Domingos Doutel bem como à equipa de vereadores do CDS/PP, o que eu sou é politicamente simétrico das vossas ideias.

Desejo ao Sr. Arq.º Domingos Doutel saúde e que tudo de bom lhe ocorra na sua vida profissional. Muito obrigado.

Deputado da Assembleia Municipal Jorge Costa (PS):

Cumprimento e desejo em simultâneo as Boas Festas ao Sr. Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sr.ªs Vereadoras, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia, Público em geral e Comunicação Social.

A razão por que estou a intervir é simples. Não queria deixar passar em claro um momento que para nós Partido Socialista é de grande satisfação.

Quero saudar a presença e a estreia da nossa colega Isabel Barreira, a quem cumprimento calorosamente, esperando nós, Partido Socialista, que possa vir enriquecer o debate com a sua juventude, a sua jovialidade e certamente com novas ideias.

Nada mais acrescento a isto, apenas pedir a todos uma breve salva de palmas para a sua estreia, porque é sempre um momento diferente e de renovação desta Assembleia. Muito Obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Bom dia Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, caríssimos eleitos, o Executivo e os Vereadores, Público e Comunicação Social.

Ponto prévio: normalmente Jorge Costa não bato palmas a pedido. Eu sou um bocadinho contra o bater palmas e confrange-me sempre alguém pedir palmas para outro, mas pronto, cada um é como é.

Entrando naquilo que me traz cá mais propriamente, há aqui uma série de questões que eu gostaria de recomendar ao Executivo.

Assisti a uma queda de uma senhora, já com alguma idade, devido aos buracos no passeio da Ponte Nova. Era bom que aquilo fosse eliminado.

Desde que foram pintadas ainda não foram corrigidas as passadeiras para peões junto à Rotunda da Nora e da Pirâmide. Se reparar, aquelas passadeiras desembocam nos jardins. Quer dizer que quem quiser passar na passadeira ou tem que dar a volta ao jardim ou pisar o jardim. É bom que nas novas pinturas essa situação fosse corrigida.

Já agora, das duas uma: ou aquele abrigo que existe em Carvalhais ainda é preciso e convinha ser composto, ou já não é preciso e em meia hora deitava-se aquilo abaixo, porque de facto a imagem que aquilo dá é degradante. Ou é preciso e compõe-se, ou não é preciso e deita-se abaixo.

Gostava de perguntar, se é que o Executivo me pode informar, em que situação é que está, uma vez que caminhamos para a época da baga da azeitona, a questão da poluição no Cachão. Como sabem, quando as maquinetas estão a trabalhar os habitantes do Cachão têm que fechar as portas e deixarem de poder estender a roupa porque aquele pó negro dá cabo de tudo. Era bom que o Executivo pudesse tomar, se é que pode, medidas para minorar ou resolver o problema.

Gostava de fazer uma pergunta também ao Executivo: o que é que tem a dizer sobre a linha do Tua, em que situação é que se encontra?



Fomos confrontados agora com o investimento de uns milhões de contos, o que parece pressupor que a linha do Tua não é para acabar, vai-se manter como uma linha, provavelmente turística.

No entanto, a gente também tem a informação, via comunicação social, não sei se o Executivo pode dizer alguma coisa sobre isso também, relativamente à construção da barragem no Rio Tua, o que parece inviabilizar, se for construída a barragem, a linha.

Aqui dá-me a impressão de que a CP está a fazer aquilo que nós costumamos fazer quando queremos vender um carro velho. Damos-lhe uma engraxadela, pintamos para depois vender mais caro.

O que me parece é que a CP está a gastar 2 milhões de contos para depois pedir à EDP uma indemnização de muitíssimo mais e ainda ganhar dinheiro com isso ou então há outras coisas que gostaria, se é possível, que me dissessem.

Para já é tudo, obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Já o afirmei em diversas ocasiões, o Concelho de Mirandela, será um dos que caminham na linha da frente em termos de preservação ambiental. Este tema é também um dos que constitui permanente atenção por parte da Junta de Freguesia de Frechas.

Contudo, chegados à campanha de laboração dos lagares de azeite, bem como da extracção dos bagaços, temos duas situações a causar-nos sérias preocupações.

A fábrica de extracção de óleos das Latadas continua a vaziar as águas para o rio, isto a montante da ETA de Frechas, a qual abastece 6 localidades.

No Verão, o caudal do rio, como é do domínio público, é diminuto pelo que o aspecto da água é deveras preocupante.

Quanto ao lugar de azeite do Cachão, todos os anos por esta época as pessoas vivem o mesmo pesadelo devido ao fumo e à cinza intensa. No decurso da presente semana, de entre os vários habitantes que me telefonaram, um deles dizia mesmo que sentia sérias dificuldades em sair de casa, tal era o estado pesado do ambiente.

Sr. Presidente, não tenho dúvidas de que estas questões são decorrentes da actividade económica, as quais representam alguns postos de trabalho na Freguesia e consequentemente no Concelho.

Contudo, continuo também a pensar que economia e ambiente podem e devem coexistir pacificamente.

Assim, em nome da preservação ambiental que pretendemos cada vez mais reforçada no nosso Concelho, pedia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que intercedesse junto dos empresários em questão no sentido de os sensibilizar a adoptar medidas correctivas, até porque, tendo em conta os avanços tecnológicos a que assistimos, provavelmente não será muito dispendiosa a adopção de tecnologias compatíveis com a actividade económica e simultaneamente com as boas práticas ambientais. Disse.

Deputado Municipal Eduardo Almeida (CDS/PP):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Sr.ª e Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal de Mirandela, saúdo também o público aqui presente e a imprensa.

Antes da minha intervenção, quero deixar aqui um abraço a todos, sem excepção, com desejos de um Natal Feliz e que o Ano de 2007 nos traga a todos muita saúde.

A agenda cultural de Dezembro de 2006, na sua página 15 e com o título "Obras – Torre de Dona Chama", faz alusão às obras do cemitério e à construção do novo quartel dos bombeiros. Quanto a esta construção, diz que está a decorrer em bom ritmo e que, passo a citar, "As verbas do PIDDAC 2006 estão quase gastas e as participações da Câmara Municipal também terão rapidamente autos de medição concluídos para pagamento. Esperamos e continuo a citar, que as verbas previstas no PIDDAC para 2007, que são insuficientes, possam vir a ser reforçadas no futuro". (fim de citação).

Perante o que acabei de ler e depois de ter consultado os cadernos referentes ao PIDDAC de 2005, 2006 e 2007, onde não vejo qualquer verba inscrita para a construção da referida obra, pergunto:

1. Como é que se diz que as verbas do PIDDAC estão quase gastas?
2. Como podem estas verbas ser reforçadas no futuro se nem um euro está contemplado em nenhum PIDDAC (Plano Investimento Descentralizado da Administração Local) nos anos que atrás mencionei (2005/6/7)?

Quanto à segunda questão, quero deixar aqui perante esta Assembleia Municipal, uma vez mais, a nossa preocupação em relação aos cuidados de saúde dos Mirandenses e também de tantos outros utentes dos vários Concelhos do nosso distrito que recorrem ao Hospital Distrital de Mirandela em situações de urgência.



No passado manifestamos essa preocupação e foi apresentada, por mim, nesta Assembleia, uma Moção intitulada "POR UM SERVIÇO DE SAÚDE DE QUALIDADE EM MIRANDELA". Nesta Moção, focamos três pontos fundamentais, uma vez que não se previa a "irreversibilidade" do recuo da decisão do Sr. Ministro da Saúde.

No primeiro ponto, solicitávamos a formalização e capacitação da actual comissão de acompanhamento; no segundo ponto, apontávamos estratégias a seguir por este grupo de trabalho e no ponto três, propúnhamos a apresentação de uma proposta de contrapartidas pela perda dos serviços de Maternidade, pretendendo assim manter e valorizar os serviços de saúde fundamentais, nomeadamente a Obstetrícia, Pediatria, Ginecologia, Urgências Médico-Cirúrgicas e um serviço de Traumatologia Ortopédica.

Por último, e passo a citar apenas as últimas três linhas desta Moção "...pretende impedir o gradual esvaziamento das valências vitais do Hospital Distrital de Mirandela, sob pena de este organismo se transformar num centro de saúde grande, ou um hospital de retaguarda ou ainda numa unidade médica de mera triagem de pacientes".

A preocupação de ontem é ainda maior hoje. Tememos que o fatídico dia 11 de Setembro de 2006 se repita. Não queremos, não o desejamos e não podemos admitir que continuem a brincar com a nossa saúde, esvaziando pouco a pouco as valências essenciais para uma qualidade de vida que se deseja e a segurança que estas dão a toda a população.

Esta minha preocupação vem a propósito de alguns rumores que me chegaram de que o serviço de urgência do Hospital Distrital de Mirandela iria encerrar a partir de Janeiro de 2007.

Gostaria que esta Assembleia, a ser verdade os rumores do encerramento do serviço de urgência do Hospital Distrital de Mirandela, que tome desde já uma posição clara, forte, determinada e que defenda os interesses dos Transmontanos e a saúde a que todos temos direito.

Não queria deixar de dar pessoalmente as boas vindas à nova deputada do PS e desejar-lhe as maiores felicidades. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também.

Foram feitas 5 intervenções até ao momento, não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer usar da palavra para agruparmos isto?

Presidente da Câmara Municipal:

Esta Assembleia está a correr bem porque eu até gosto que as intervenções às vezes tenham um bocado de humor e um bocado de responsabilidade. Eu também não vou fugir à regra, às vezes também faz bem, em alturas de festas de Natal tem que haver alegria, o humor faz-nos bem também.

E começo pelo Dr. Maximino para lhe dizer que desilusão tenho eu, não com o Grupo Parlamentar do CDS/PP, não é isso que está em causa, mas com a sua intervenção pessoal nesta Assembleia Municipal e vou-lhe dizer porquê.

Em primeiro lugar, porque eu esperava mais de quem foi Presidente da Câmara há 30 anos e de quem inaugurou o Poder Local Democrático, há 30 anos em Mirandela. Esperava mais, sinceramente é a minha opinião pessoal. Quando se fazem balanços do poder, também se devem fazer balanços da oposição e do sentido da oposição. E se calhar há 30 anos o Presidente da Câmara de Mirandela era o defensor da Freguesia donde era natural, se calhar era isso. Hoje não é isso, o Presidente da Câmara de Mirandela é defensor das 37 freguesias, das 102 aldeias do concelho de Mirandela no seu conjunto, não se pode preocupar com a aldeia donde é natural, até porque eu aí estava desfavorecido porque não sou natural do Concelho de Mirandela. Nessa altura também a Assembleia Municipal, eu não sei onde funcionava, mas às tantas funcionava em instalações condignas, tecnologicamente avançadas, cheias de apoio aos membros da Assembleia Municipal. Não sei mas talvez fossem melhores há 30 anos atrás.

Em relação ao ambiente na Câmara Municipal e à questão das vitórias ou das más relações, é assim: nós damos ouvidos sempre a propostas concretas ou a projectos concretos mas a políticas e a questões de momentos não damos. Cada um faz aquilo que entende e é julgado pelo povo sobre isso na altura própria.

O Dr. Maximino não deve ter ido há pouco tempo nem à missa à Igreja da Soutilha, se não já via as obras feitas, nem ao médico às Aguieiras, porque houve de uma Assembleia para a outra a saída do respectivo Centro de Saúde das Aguieiras e a conquista pela Junta de Freguesia do mesmo Centro de Saúde, fixado nas Aguieiras.

Em relação às reservas do espaço para os membros da oposição nas cerimónias públicas. Se for neste Auditório é fácil de reservar, se for no Salão Nobre da Câmara Municipal, nós costumamos reservar só para as entidades exteriores que nos visitam porque os 75 membros da Assembleia Municipal não cabem nas cadeiras do Salão Nobre da Câmara Municipal.

No Salão Nobre tem sido adoptada uma prática há já bastantes anos: marcam-se lugares para as forças políticas através da vereação da Câmara e para o Presidente da Assembleia Municipal e depois são as entidades normalmente que nos visitam. É uma boa recomendação fixar quatro filas a Membros da Assembleia Municipal. Se calhar até é melhor lá pormos o nome, porque depois ficamos a saber quem não vem às cerimónias e o próprio público pode tirar as devidas ilações.

Em relação ao Jorge Costa, dizer-lhe que o gesto também é simbólico por ser uma mulher, já há tão poucas na Assembleia, agora foram aprovadas as novas leis, acho que vamos ter mais nos próximos mandatos, mas é um bom começo. O PS dá um bom exemplo nessa matéria e acho que é de louvar.

Em relação ao Sr. Garrido, dizer-lhe que as recomendações são verdadeiras, pontuais e oportunas e que devem ser adoptadas.

No que respeita à questão dos buracos nos passeios da Ponte Nova, das passadeiras que foram pintadas e aquela que está deslocada, é evidente que as pessoas têm que a deslocar.

Quanto ao abrigo em Carvalhais, deixou de ser necessário porque de facto agora os alunos já são levados em transporte.

Em relação à poluição no Cachão, e a isso respondo exactamente com a mesma resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Frechas e membro da Mesa desta Assembleia Municipal, não compete à Câmara medir, avaliar ou contestar a questão da poluição porque isso compete a três entidades: ASAE, Inspeção do Ambiente e CCDRN. Claro que compete à Câmara Municipal alertar e contestar as situações que são focos de poluição e que podem prejudicar as populações.

A Câmara fá-lo se as populações e as entidades que representam directamente as populações lhe fizerem chegar essas situações e isso não tem chegado à Câmara Municipal nem por escrito nem através de moções.

Em relação à linha do Tua, tem havido uma notável desarticulação. Eu já recebi a Delegação da CP que anda a fazer o estudo de pormenor e o estudo de impacte ambiental para o estudo de viabilidade económica e o estudo de impacte ambiental para construção duma barragem na foz do Tua e que garantiram que o prazo para a sua conclusão era de 4 anos. Mais disseram que a quota máxima inundava a Linha do Tua até ao Cachão. Só ficava a funcionar do Cachão até Carvalhais. Por outro lado, temos a CP/REFER que diz nada saber rigorosamente sobre a Barragem do Tua, afirmando que tem um plano de investimentos de 8 milhões de euros para a linha do Tua, incluindo a sua consolidação, manutenção e informatização.

Agora se a articulação não existe e a CP e a REFER não sabem se esta pretensão é para levar a cabo ou não, é evidente que fazem o seu plano de investimentos, aprovado pelo respectivo Conselho de Administração e pelo próprio Secretário de Estado que tutela estas matérias.

Para a Câmara Municipal e para Mirandela o ideal é apoiar as iniciativas da CP e da REFER porque é mais uma pressão para que a Linha do Tua não encerre porque se há mais investimento feito vai haver mais dificuldades para a EDP negociar o encerramento da Linha.

Em relação ao Dr. Almeida, e portanto esta é a mesma questão do Sr. Presidente da Junta de Frechas, quero dizer-lhe que às vezes estas coisas são engraçadas.

Para quem trabalhou já num órgão descentralizado, isto é, na Segurança Social, que era um Órgão de Administração do Estado, descentralizado, deve saber que existem PIDDAC's nacionais e PIDDAC's por Serviços Públicos Descentralizados e o Quartel dos Bombeiros da Torre e o Quartel da GNR da Torre, eram contemplados no PIDDAC do Ministério da Administração Interna, o que pode ser confirmado pela Presidente da Junta e pela Direcção dos Bombeiros que recebeu este ano mais de 100 mil Euros para o efeito proveniente do desse PIDDAC do Ministério da Administração Interna.

Isto quer dizer que temos um compromisso assinado, perfeitamente homologado pelo respectivo Ministro da Administração Interna, que diz qual a comparticipação do Governo, através do Ministério da Administração Interna em 2006/2007, qual a comparticipação da Câmara Municipal e qual a percentagem da própria Junta de Freguesia da Torre de D. Chama.

E o que eu peço, que digo e que alerto, é ver se conseguimos em conjunto, e a Sr.ª Presidente da Junta está a fazer isso juntamente com o Sr. Governador Civil, no Ministério da Administração Interna, para que o Orçamento de 2008 possa contemplar mais verba que dê para concluir o Quartel da Torre D. Chama. Eu estou perfeitamente convencido que o vamos conseguir.

Em relação aos cuidados de saúde, saúdo-o também essa preocupação e se houver algum problema na questão das urgências médico-cirúrgicas que estão previstas para Mirandela iremos todos para a rua, em força e em conjunto. No entanto, isso são só rumores que surgem por causa de uma determinação que foi enviada para os Serviços de Cirurgia do Hospital de Mirandela a dizer que no mês de Janeiro ou a partir do mês de Janeiro, a permanência à noite de uma cirurgia tinha que ser não em presença física mas em chamada. Nas novas reorganizações das urgências está previsto que Mirandela fique com uma urgência médico-cirúrgica. Não acredito que o Governo tome uma decisão política em desfavor dos critérios técnicos que tanto advoga para fundamentar as suas decisões.



Acredito que aquela determinação seja uma medida temporária porque o Sr. Ministro anunciou que nos finais de Janeiro anunciava a nova reorganização das urgências e a partir daí, com todo o direito, Mirandela deve ter a sua urgência médico-cirúrgica, que é o documento que eu tenho, enviado pelo Sr. Ministro e pela Associação Nacional de Municípios, com o documento relatado e com as justificações técnicas necessárias por um grupo de peritos, que incluía mais de 20 pessoas, médicos especialistas nessa área.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PPD/PSD):

Bom dia a todos.

Esta questão que foi agora referida pelo Dr. Silvano permite-me dar continuidade a essa intervenção e referir que no último ano das quatro batalhas que o Município de Mirandela e no fundo todos os Mirandelenses têm travado, três delas, na minha opinião, estão praticamente ganhas. Senão vejamos:

- **Direcção Regional de Agricultura:** toda a gente sabe o que se passou.

- **Maternidade:** está temporariamente perdida, mas não está totalmente perdida. Agora o que é estranho em relação à Maternidade é que na altura o argumento utilizado pelo Governo foi o de que Mirandela não tinha urgência médico-cirúrgica e dez dias depois o Governo vem anunciar as urgências médico-cirúrgicas em Mirandela. Podia se calhar ter antecipado esta decisão e deixavam de ter argumento e fundamento para encerrar a nossa Maternidade.

- **PSP:** é do conhecimento público que foi efectuado um estudo por uma empresa de consultadoria que recomenda ao Governo o encerramento de postos da GNR com menos de 12 efectivos e esquadras da PSP com menos de 20 efectivos. Esta é claramente uma boa notícia para Mirandela, mas infelizmente, do ponto de vista teórico, uma má notícia para o posto da GNR de Torre de D. Chama, que tem menos de 12 efectivos.

Infelizmente não posso dizer o mesmo em relação às decisões que foram tomadas pela Administração Central relativamente a um programa que criou e tem criado muitas expectativas que é o programa "Pares". Tanto quanto se sabe neste momento, das 28 candidaturas do Nordeste Transmontano, foram apenas aprovadas 2 candidaturas. Penso que isto não é discriminação positiva e mais uma vez o interior de Portugal ficou esquecido. Ficaram de fora uma infra-estrutura importante para os habitantes de S. Pedro Velho que foi o Lar de Idosos, um projecto apresentado pela Santa Casa da Misericórdia, e também a sede da Associação Sócio Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes e Alto Douro (ASCUDT), que tinha expectativas de ver aprovado o seu projecto, mas infelizmente não será no próximo ano.

Uma palavra também de apreço e de consideração para o Núcleo Executivo da Comissão Local de Acção Social de Mirandela, que produziu recentemente dois documentos importantíssimos, que são o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Acção para 2007. São instrumentos fundamentais para colmatar necessidades a vários níveis e para melhorar a qualidade de vida dos idosos, das crianças e dos deficientes. Existe um plano de acção concreto para 2007 com o envolvimento de uma série de instituições do Concelho de Mirandela.

Outra nota positiva para um programa de recuperação e de salvaguarda da segurança das pessoas, relativamente às minas da Freixeda, projecto esse que foi apresentado pela Câmara Municipal e pela Empresa de Desenvolvimento Mineiro e que vai actuar sobretudo a nível dos poços mineiros, das chaminés e das galerias subterrâneas.

Finalmente, também realçar aqui a aprovação recente da Carta Educativa numa cerimónia pública ocorrida em Viana do Castelo onde esteve presente a Vereadora do Pelouro da Educação, Dr.^a Gentil Vaz. Dos 308 Municípios do País, apenas foram aprovadas até ao momento 82 Cartas Educativas, ou seja, faltam aprovar 216 Cartas Educativas. Creio que também aqui, o Município de Mirandela está de parabéns por ter trabalhado bem e com um forte sentido de responsabilidade.

Finalmente, porque posso não ter tempo ou esquecer-me, embora estejamos numa época em que até o Pai Natal assalta gasolinheiras, quero desejar a todos um Feliz Natal e um Bom Ano de 2007. Muito obrigado.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Municípes aqui presentes.

Antes de começar a minha intervenção, gostava de apresentar votos de um santo Natal e de um Bom Ano Novo e que o próximo ano lhes traga tudo que desejam e tudo que Mirandela precisa e que tem direito.

A minha intervenção vai ser sobre as questões da saúde, porque primeiro estava pensada para fazer uma rectificação ou questionar até o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre a Assembleia de 05 de Setembro, porque eu na altura tinha ficado com alguma dúvida quando ele se referiu, após a minha



intervenção, usando de algum trocadilho de palavras, a que eventualmente se iria comemorar a derrota. Eu numa figura de estilo tinha dito que fazia votos que o 05 de Setembro fosse recordado como uma vitória dos Mirandelenses.

Depois houve uma pequena intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e eu até tenho aqui a Acta que acabámos de aprovar, em que dizia, que talvez não fosse uma vitória, mas uma derrota, certamente estaria a pensar numa outra coisa qualquer, por que eu continuo a pensar e até pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara, de que teremos uma vitória para comemorar.

E vamos ser claros: a Comissão de Reestruturação das Urgências propõe que a Urgência do Hospital de Mirandela seja uma urgência médico-cirúrgica.

É isto que está em cima da mesa e isto é claramente uma vitória para Mirandela. Não há nenhuma dúvida sobre isso, é uma vitória para os Mirandelenses, é uma vitória para a Câmara, é uma vitória para as partidos e para todos aqueles que se envolveram nesta luta.

No entanto, tenho algumas preocupações e dessas preocupações eu quero dar conta ao Sr. Presidente da Câmara e talvez ele possa esclarecer esta Assembleia sobre isso.

Porque uma coisa é a vontade do Ministério, uma coisa é a vontade da Comissão de Reestruturação das Urgências e outra coisa é o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste.

E eu não tenho dúvidas nenhuma de que farão tudo para arrastar aquilo que lhes for possível para Bragança, porque o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, não visa a optimização dos serviços das três unidades (Mirandela, Macedo e Bragança), mas sim levar tudo para Bragança.

E porque é que eu digo isto? Por uma questão de somenos importância, que tem a ver com o Natal dos Hospitais. Ao que consta, a RTP contactou o Hospital de Mirandela para ser feito o Natal dos Hospitais em Mirandela.

E quando isto chegou ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste e a alguns políticos de Bragança e eu digo com toda a clareza, porque desde o primeiro dia disse e mantenho, eu vivo em Mirandela e quero que Mirandela, para ter qualidade tenha a valência médico-cirúrgica na urgência, "disse, ó os de Mirandela, era o que faltava, o Natal dos Hospitais faz-se mas é em Bragança", como foi feito.

Eu penso que isto é grave. É grave porque revela uma má-fé do Conselho de Administração e era essa questão que eu deixava ao Sr. Presidente da Câmara e creio que não haverá dúvida que todos nós estaremos presentes para o que for necessário para repor a legalidade.

E neste caso ainda não se poderá dizer repor a legalidade por que ainda não foi tomada a decisão sobre as urgências e sobre a valência médico-cirúrgica, mas devo-vos dizer a todos que todos temos que estar muito atentos à acção do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, que eu aqui diria, do Hospital de Bragança, porque eles não são de maneira nenhuma Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste.

Por último também, queria-me juntar a quem já aqui falou na grande vitória de Mirandela, mas que é também a lucidez do Governo ao descentralizar no sentido de pôr a Direcção Regional do Norte de Agricultura em Mirandela.

É uma atitude de grande coragem, ao arrepio daquilo que se viu até aos dias de hoje e eu penso que essa é uma grande vitória de Mirandela também.

São duas grandes vitórias, uma delas é a Direcção Regional Norte ser em Mirandela, outra delas, esperamos, a valência médico-cirúrgica que o Conselho de Administração não consiga limpar. Obrigada.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PPD/PSD):

Muito bom dia a todos e desde já formulo votos de um Santo Natal e um Feliz Ano Novo para todos os Mirandelenses e particularmente para as pessoas do Franco.

Eu tinha dois assuntos para trazer aqui e depois resolvi apenas apresentar só um por uma questão, eu sempre que ouço e acho que isso se torna evidente para todas as pessoas, sempre que ouço falar ou leia alguma coisa sobre o Franco, eu não posso ficar indiferente, porque sou responsável e responsabilizado por aquilo que se passa lá.

E acho que foi na última reunião e numa anterior que eu por acaso não li, da reunião de Câmara, o Sr. Vereador Hernâni Rodrigues, apresentou lá duas perguntas ao Executivo e ao qual o Sr. Presidente respondeu e que eu queria aqui sublinhar, dizia respeito a umas balizas que estariam no polidesportivo a causar alguma insegurança para os miúdos ou jovens que praticam desporto na Freguesia e eu queria-lhe dizer que, para já não existe polidesportivo no Franco, o que é lamentável, esperamos que venha a haver dentro de algum tempo e queria-lhe dizer que as balizas e os materiais desportivos que estão implantados no Franco, são de facto utilizados e são gastos pelos miúdos e acho que não é novidade para ninguém, concerteza aqui, devido à situação geográfica em que está implantado aquele espaço, que não é um polidesportivo mas que dá para jogar futebol, se calhar nunca ninguém vai ao Franco que não veja em qualquer momento do dia, miúdos a jogar naquele polidesportivo.



E devo-lhe dizer que aquelas balizas a que ele se referia foram colocadas lá por mim vai fazer em Agosto quatro anos, não eram umas balizas novas, mas que foram recuperadas.

Foram colocadas lá com buchas de aço, portanto estavam devidamente colocadas e que acho que já há mais de meio ano que foram de lá retiradas, ou seja, no espaço de três anos, as balizas de facto foram gastas, no sentido que foram utilizadas e se calhar há muitos polidesportivos por aí espalhados que nunca lá entrou um golo em baliza alguma, mas no Franco não e neste momento estão lá de facto no lugar das balizas, duas pedras para fazer o mesmo efeito.

E eu a propósito disto e a propósito de outro assunto, queria convidar o Dr. Hernâni, para no fim desta reunião ir comigo ao Franco e poder verificar estas coisas estas coisas que eu lhe estou a dizer.

Também um outro assunto que ele apresentou, tem a ver com uns paus de telefone que foram plantados no campo de futebol, que também existe no Franco, do Franco.

Eu devo-lhe dizer que esses tais postos de telefone, foram colocados lá, porque nós tentamos o mais rapidamente possível responder às pretensões das pessoas e quando essas pretensões até têm mais a ver com boa vontade da nossa parte, então são logo imediatamente satisfeitas.

E foram colocados esses postes num determinado contexto já para aí há uns dez anos ou talvez mais, porque na altura e todos nós sabemos o que vem acontecendo, praticava-se muito futebol e como existem lá casas a ladear o campo de futebol, os postes foram lá colocados a pedido das pessoas que vivem junto ao campo.

E com certeza foram estas pessoas que vivem junto ao campo, que agora deram informação ao Sr. Vereador que os postes estão a ser alvo de uma grande insegurança para as pessoas.

Eu devo-lhe dizer que ainda não há muito tempo, penso que aqui também isso aconteceu, pelo menos na zona onde eu vivo, houve um grande vendaval, os postes estavam lá e os postes lá continuam, portanto não houve qualquer insegurança.

Mas também tenho que lhe dizer que os postes irão ser de lá retirados logo que tenhamos oportunidade para isso.

Eu quero-lhe dizer só isto, é que antes de se levantarem problemas que põem em causa as pessoas que estão à frente das instituições, devia-se informar melhor e saber se de facto aquilo que lhe estão a informar é verdadeiro ou não é verdadeiro. E devo-lhe dizer mais uma vez que os postes foram lá colocados a pedido das pessoas e se calhar são as mesmas pessoas agora que lhe vêm dizer que estão a causar insegurança e passaram por este vendaval, e ainda bem, não causaram insegurança a ninguém, mas logo que seja oportuno e que tenhamos oportunidade, os postes irão de lá ser retirados de uma vez por todas, porque neste momento não faz sentido estarem já os postes. Obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Bom dia a todos.

Sr. Presidente não sei se é impressão minha, mas está frio nesta sala. Não ligaram o aquecimento a tempo, está bastante desagradável, já não sinto os pés, estou um bocado enjoado, mas pronto.

Eu queria também Sr. Presidente, notar o seguinte:

Eu acho que a intervenção e a atitude do Sr. Deputado Dinis foram inqualificáveis e frouxas porque se o Sr. Deputado fosse cavalheiro teria dito o que disse na presença do visado, que não está aqui para fazer a defesa da honra. Portanto a sua atitude não é democrática e penso que também não acolhe grande simpatia da parte de outros elementos.

Sr. Presidente, queria fazer uma intervenção política relativamente aos 30 anos do Poder Local Democrático.

Senhor Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Srs. Deputados, Sr.ªs. Deputadas, Membros do Executivo, meus Senhores e Minhas Senhoras

O Poder Local Democrático celebrou, no passado dia 12, 30 anos de existência. Não deixando de assinalar o extraordinário contributo do Poder Local Democrático para a consolidação da democracia e o desenvolvimento do País, cumpre-nos lançar um olhar crítico, e indagar de que forma as actuais estruturas, processos e actores estão ou não estar preparados para dar resposta aos novos desafios que se lhes colocam, entre outros: a integração europeia, os critérios de convergência e a inevitável europeização do poder local; a globalização e o impacto que esta acarreta ao nível social, económico e institucional; o crescente distanciamento dos eleitores em relação aos partidos e as novas formas de participação política; a maior exigência de rigor e de ética por parte dos cidadãos em relação aos seus eleitos locais; o aumento das competências das autarquias e a complexidade crescente do governo local; o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação no relacionamento dos cidadãos com os processos de governação local; etc.

A democracia que hoje vivemos ao nível local é substancialmente menos do que a democracia ideal desejada. É uma democracia imperfeita que vezes sem conta assiste a braços de ferro entre a legalidade e a popularidade. Investidos pela legitimidade do voto, alguns eleitos comportam-se como autênticos



déspotas, mas fazem-no “em nome do povo” (ou pelo menos vão vendendo essa ilusão) e é “em nome do mesmo povo” que se vão governando e governando os interesses dos que lhe financiam as campanhas.

O Poder Local Democrático encontra-se numa encruzilhada: um impasse esquizofrénico entre modernidade e formas de mobilização, representação e de exercício do poder quase feudais. Aquilo que, geralmente, designamos “Poder Local Democrático” nada mais é do que uma combinação entre elementos democráticos e não-democráticos.

O arquétipo legal e institucional do poder democrático é contrário à chamada “ditadura da maioria”, daí consigne direitos aos vereadores em regime de não permanência e direitos de oposição. Contudo, na prática, não deixam de existir situações de abuso recorrente que podem ir da simples violação de procedimentos que prejudicam o exercício desses direitos, da adulteração de actas camarárias, passando pela sonegação de informação até à ofensa pública e privação do direito à defesa de honra. As regras instituídas são, por vezes, definidas pelos próprios visados, como um fato à medida, outras encontram-se desactualizadas e já não partilham da inocência que caracterizou o período de transição democrática.

Estamos perante uma democracia a duas velocidades, mas é, precisamente, este limbo que gera um consenso partitocrático estagnante, uma resistência organizada a qualquer medida inovadora que vise modernizar o poder local em Portugal.

Ao longo destes 30 anos, assistimos passivamente à consolidação de projectos de poder que anulam gradualmente os contra-poderes; que contribuem para a longevidade no poder, alimentando assim ciclos viciosos de clientelismo e corrupção; que propiciam o abuso sistemático das prerrogativas do cargo eleito sem que esse obtenha a reprovação da sociedade civil, infelizmente, demasiado dependente das vontades e decisões políticas; e que se alimentam de violações diárias do direito de informar e de ser questionado. Tratam-se de projectos de poder cuja única referência que têm de democracia é o de ir a votos. Valha-nos isso!

A democracia, para nossa satisfação, é suficientemente sólida para absorver todas estas externalidades. Requer, por vezes, tempo e perseverança, dois bens escassos e de difícil conjugação: tempo que os reformistas, por vezes, não têm disponível ou têm-no a um elevado custo, isto é, sacrificando a sua vida profissional e familiar; perseverança que os reformistas têm, mas que, por vezes, não lhes é devidamente reconhecida ou lhes angaria inimizades e desconfortos no seio da comunidade da qual fazem parte.

Roma e Pavia não se fizeram num dia! Esta é a democracia possível e o desafio que se nos coloca é o de torná-la algo mais do que a simplificação abusiva e difusa que se traduz na fórmula: “eleições+partidos”. É de torná-la uma forma de governo assente no *conhecimento*, no *mérito*, na *inovação*, na *igualdade* (de voto, de interesses, de participação), nas *liberdades* (de escolha, de expressão, de pensamento, de associação), na *transparência*, isto é, na obrigatoriedade de tornar públicos todos os actos de decisão, de manter o cidadão informado e de permiti-lo acompanhar os seus processos, de desvendar interesses privados que possam colidir com o interesse público), no *respeito pela diferença* e *pelas minorias* (sejam elas políticas, étnicas, de género ou sócio-económicas); assente na *inclusão* social, tecnológica e política; assente na *integridade* dos que são chamados a exercer o poder, isto é, o entendimento, por parte do detentor do poder, de que o exercício das suas funções se deve reger pelo respeito, promoção e reforço da coisa pública e da vontade de fazer colectiva; assente na *responsabilidade* e *responsabilização* perante a lei, as instituições e o eleitorado pelas posições assumidas e pelos programas políticos ratificados pelo voto, mas vezes sem conta não implementados o que se traduz numa burla, numa mentira inqualificável dos eleitos em relação ao seu eleitorado; assente na *legalidade* e *justiça* e quando digo na legalidade não significa o entendimento minimalista que alguns detentores do poder, geralmente, fazem desta, isto é, escudando-se nas lacunas, na letra da lei e pervertendo o seu espírito que emana da vontade colectiva expressa pelo poder legislativo; assente na *solidariedade* individual e colectiva, porque a escassez de recursos coloca o imperativo da partilha, da cooperação; e assente na *sustentabilidade*, porque queremos que a democracia de amanhã possa continuar a prover qualidade de vida às gerações futuras com o respeito pela natureza que nos sustenta.

A democracia do conhecimento é o que ambicionamos para Mirandela e para o poder local em geral! Não importa aqui enumerar os benefícios da formação cívica e de uma sociedade com altos níveis de escolaridade e com competências cognitivas avançadas, diversificadas e difusas. Exercício bem mais simples, o de recordar alguns malefícios que o não desenvolvimento ou ausência de uma sociedade cívica e informada poderão ter para o desempenho da democracia: antes de mais, fere a *accountability*, porque uma sociedade que não pensa, desconhece e se desconhece não pode exigir, nem exercer um controlo democrático externo eficaz; é um óbice à alternância e renovação de elites – em democracia são sempre poucos os que governam, mas numa democracia de uma sociedade desinformada, esses poucos são sempre os mesmos; favorece a apatia e tolerância de abusos de poder e comportamentos impróprios; afecta negativamente a qualidade dos governantes, porque reduz os recursos de massa crítica em



sociedade e, por conseguinte, propicia más políticas e mau desempenho governativo; com o desgoverno do bem público, perde a democracia.

A melhoria da qualidade da democracia ao nível do poder local implica um investimento contínuo na educação e formação cívica dos cidadãos. É claro que há custos: uma sociedade bem formada torna-se uma sociedade exigente, o que faz com que as demandas dos cidadãos aumentem desproporcionalmente à capacidade de resposta do sistema político, mais lento no seu ajustamento e, por conseguinte, cause alguma instabilidade e descontentamento. Mas esta é uma regra de ouro da democracia. Só aos não-democratas, aos populistas, aos déspotas convém uma sociedade ignorante e com baixos níveis de sofisticação.

É este o sentido de "Poder Local Democrático" que o projecto político a que aderi procura dar expressão e é apenas nesta condição que me sinto motivado a dar o meu melhor por esta terra.

Deixo-vos, a título de reflexão *10 Questões Estratégicas* que se me afiguram como preponderantes para o futuro de Mirandela e do Poder Local Democrático em Portugal:

1. **Europeização:** É prioritário europeizar as estruturas organizacionais da administração autárquica e o seu modo de funcionamento com vista a uma melhor captação, gestão e aplicação dos fundos comunitários. Neste domínio a formação dos funcionários é fundamental. Também é de congratular o papel dinamizador dos programas comunitários que as CCDRs através dos seus gabinetes técnicos locais (GAT's) têm desenvolvido ao longo dos anos;

2. **Inter-municipalismo:** A questão da europeização do poder local passa indiscutivelmente pelo método de decisão a que são abordados certos problemas. É fundamental o fortalecimento dos fóruns de decisão inter-municipais como resposta ao inevitável reajustamento de serviços por parte do poder central e à natureza transmunicipal dos problemas. A mentalidade da capelinha está desadequada à realidade actual! Quando falamos de inter-municipalismo, falamos também de policentrismo. É preciso tirar proveito do carácter policêntrico do nosso concelho, valorizando e investindo na vila foral de Torre de D. Chama. Existem, por esse país fora, exemplos de policentrismo municipal bem sucedidos, como, por exemplo, o de Alcobaça actualmente inserido num plano estratégico de desenvolvimento inter-municipal mais amplo promovido pela Associação de Municípios do Oeste.

3. **Transfronteirismo:** Quando falamos de mudança de método de governação, falamos também de inter-regionalismo transfronteiriço e cooperação entre regiões europeias que, embora não sejam territorialmente contíguas, deparam-se com problemas semelhantes e procuram importar de outros contextos respostas para os solucionar. Que papel cabe ao nosso Poder Local Democrático nas Euro-Regiões que se têm vindo a constituir nos últimos anos? De que forma poderá a cooperação inter-regional transfronteiriça amenizar os efeitos da interioridade? São desafios importantes para os quais é urgente estruturar uma estratégia em tempo útil;

4. **Inovação:** É fundamental definir estratégias e medidas inovadoras de desenvolvimento regional cuja implementação possa amortecer os impactos negativos da globalização e explorar os desafios que esta coloca à indústria local;

5. **Renovação:** Não se pode conceber a modernização e a europeização das autarquias sem a definição de um modelo de recrutamento meritocrático e profissional. É necessário angariar massa crítica para um melhor desempenho das competências acrescidas do Poder Local Democrático. Isto é válido quer ao nível administrativo, quer ao nível dos gabinetes e assessorias políticas dos executivos camarários;

6. **Ética:** Assegurar a eficácia e eficiência de governo não significa comprometer nem a legalidade e transparência dos processos, nem a integridade e imparcialidade dos decisores. Atendendo ao crescente descontentamento dos cidadãos com os partidos, os seus eleitos e a política em geral, torna-se imperativo salvaguardar os princípios éticos que governam o exercício de funções autárquicas, como foi aliás salientado pelo Sr. Presidente da República no seu discurso durante as celebrações oficiais dos 30 anos do Poder Local Democrático. Algumas dessas medidas de dignificação do poder local incumbem aos próprios órgãos políticos autárquicos como, por exemplo, a adopção de um registo de interesses por esta Assembleia.

7. **Sustentabilidade:** Saber gerir o futuro, é saber gerir os recursos naturais e energéticos de forma sustentável. Não podemos deixar de notar em tom de desagrado o modo pernicioso para o interesse público como foi negociado, ou melhor, como não foi negociado o processo de exploração da 3ª componente da ponte açude, isto é, da mini-hídrica. O município só teria a ganhar com uma parceria público-privada e essa, infelizmente, não foi entendida pela câmara, nem por alguns deputados desta assembleia como um investimento estruturante, não obstante se perspectivar como "O" sector económico estratégico para os anos vindouros e assim reconhecido no próximo orçamento plurianual da União Europeia. Também neste domínio, uma posição inter-municipal sólida poderá



atrair projectos estruturantes para a nossa região, assim como permitir uma maior capacidade de negociação face aos investidores e ao Estado.

8. **Multi-culturalismo:** No último decénio, as comunidades locais do interior do país têm assistido a uma nova etapa nos fenómenos de migrações. Depois do fenómeno da emigração em massa durante as décadas de 60 e 70, em busca de uma vida melhor no centro da nova Europa que se edificava, uma alternativa à miséria e falta de progresso das populações rurais imposto por uma ditadura retrógrada; depois do "regresso" de famílias de África no pós 25 de Abril; as comunidades locais tornam-se agora pontos de acolhimento de imigrantes sem qualquer ligação ou enraizamento nessas paragens. Estes novos movimentos transnacionais a que as comunidades locais do interior não se mantiveram alheios, englobam pessoas, ideias e recursos financeiros e portanto levantam novos desafios, não só à população residente, como também à governação local. É necessário saber endereçar essa diversidade cultural com instrumentos adequados e daí retirar os devidos benefícios.

9. **e-Democracia:** É impensável falarmos de modernização, de desenvolvimento, de inovação sem dar a devida atenção ao papel das novas tecnologias nas comunidades locais e no seu modo de organização e funcionamento. As sociedades contemporâneas são por definição sociedades em rede. O advento de uma sociedade em rede, onde as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) fazem parte do quotidiano dos indivíduos, das suas famílias e do modo de funcionamento do mercado, não poderia deixar de parte as instâncias de governo aos mais diversos níveis, inclusive ao nível autárquico. A introdução das TIC no modo de gestão das autarquias é uma medida de modernização fundamental, mas o conceito de "governo digital" tem sido interpretado pela maioria dos autarcas de um modo simbólico e instrumental. É claro que não basta oferecer novos serviços digitais se os munícipes não tiverem acesso a essas tecnologias e conhecimento sobre a sua utilização. (De resto já foi aqui notado por um Município) Hoje, é tão importante prover a nossa região de acesso à banda larga como foi em tempos dotá-la de electricidade. É fundamental realizar acções de informação, formação e sensibilização junto da população rural, sobretudo a mais idosa que pode beneficiar largamente destas novas tecnologias, devido à sua falta de mobilidade. Não podemos dar-nos por vencidos. Combater a info-exclusão neste segmento etário é tão importante como a alfabetização. A nossa população rural está a envelhecer a um ritmo acelerado e isso não significa que deixe de ser activa ou que fique desconexa do mundo. Também neste domínio existem exemplos de sucesso, nomeadamente, Postos Móveis de Acesso à Internet via satélite. A tecnologia oferece as soluções, mas só a política as pode colocar em prática;

10. **Liderança:** À guisa de conclusão, qual o perfil do "autarca do futuro"? Que "timoneiro" deverá conduzir os destinos do concelho? Antes de mais, penso que tem que ser uma pessoa sensibilizada para as questões estratégicas que acabamos de referir e com versatilidade necessária à sua adaptação a quaisquer outros novos desafios que o futuro venha a desvendar. Deverá ser um líder ajustado aos tempos que correm, conhecedor do passado e com os olhos no futuro. Em suma, uma nova liderança, um novo estilo de governação assente no conhecimento, na inovação, na eficácia, na responsabilidade, transparência e justiça social e que saberá certamente deixar espaço a ideias e projectos inovadores quando a evolução do tempo e das vontades o dispensarem.

Muito obrigado pela vossa atenção e votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo a todos os presentes.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Bom dia a todos. Eu era para não intervir neste primeiro período, mas em face de algumas intervenções anteriores, entendi ser útil dar também um contributo para o debate sobre a ética na política de que o membro Luís Sousa falou.

É isto a propósito sobretudo de uma palavra que já tem sido aqui mencionada por diversas vezes e que foi denominada de "prepotência" e convém clarificar o que é a prepotência até para se evitar cair nela em nome dessa ética na política.

É parece-me a mim que prepotência é antes de mais pretender reduzir o Concelho à Freguesia de Agueiras, só porque se é natural dessa Freguesia; parece-me também que prepotência é entender-se que se tem qualidade para ser Presidente da Câmara, mas se considera secundário, se não mesmo desprestigiante, ser da oposição. Falo do Arq.º Doutel, veio a uma reunião, suspendeu o mandato, renunciou ao mandato recentemente, ludibriando ou enganando assim, além do mais, 752 eleitores da Torre D. Chama.

Acredito que o Deputado Luís Sousa quando falava em burla qualificada ao eleitorado falava do candidato do CDS.

Prepotência é insultar os Vereadores da maioria de forma grave, reiterada e com ataques pessoais. Alguns exemplos:



Prepotência é felicitar o Dr. José Maçaira, quando foi recém-eleito vereador pela aquisição de um tacho e remeter-se ao silêncio quando esse Vereador apresenta o IRS e demonstra claramente que tem um deficit de rendimento pela aquisição deste mesmo tacho.

Prepotência é imputar nos órgãos de comunicação social, rádios e jornais a falsificação de uma deliberação ou de uma acta ao Eng.º Branco, propor uma acção ou denunciar esse facto ao Tribunal Administrativo e Fiscal e depois desse mesmo Tribunal Administrativo e Fiscal dizer que a deliberação foi aprovada com quórum, que é regular e que a Acta é válida, remeter-se ao silêncio. O silêncio também é prepotente.

Prepotência é também dirigir-se ao Presidente da Câmara imputando-se ao mesmo uma má gestão e falta de estratégia, abstraindo-se que foi a estratégia do Sr. Presidente da Câmara e dos demais Vereadores eleitos da maioria que foi sufragada pelo povo.

Prepotência é também afixar-se um cartaz na campanha eleitoral, fazendo alusão ao alto índice de desemprego em Mirandela e remeter-se ao silêncio quando o Instituto de Emprego e Formação Profissional divulga que o desemprego em Mirandela teve um decréscimo de 11,6%.

Vamos dar uma lição de humildade, publiquem também a grelha do Instituto e Formação Profissional num cartaz, o PSD seguramente que contribui para a sua afixação.

De resto tenho a dizer particularmente ao Professor Dinis que bem-haja pelo que disse, porque se estivesse à espera do visado, Sr. Professor Dinis, ganharia barbas. Barbas como as Pai Natal. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Presidente quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

Também muito rapidamente e para responder a algumas questões do Eng.º Baltazar sobre a saúde. Eu acho que o Conselho de Administração funciona em sintonia política partidária com alguns dirigentes distritais do PS e isso também tem que ser dito com toda a clareza, porque a responsabilidade não é só deles, eles têm essa cobertura política.

E é verdade que o Natal dos Hospitais era para ser feito em Mirandela e eu próprio tive acesso ao convite da RTP e é verdade que o Conselho de Administração não quis que fosse feito em Mirandela.

Como é verdade que, pela primeira vez, ontem houve a Festa de Natal (privada quase, no Hospital) e o Presidente da Câmara era sempre convidado e desta vez não o foi. São pequenos sinais, mas são sinais inquietantes.

E também lhe digo, se calhar por vontade política da Comissão Política Distrital do PS ou de alguns elementos da Comissão Política Distrital do PS, nem sequer o Relatório continha urgências médico-cirúrgicas em Mirandela. Acho que isso foi uma tristeza para alguns elementos presentes, quando esse relatório surgiu.

O que eu espero é que depois do Relatório feito pelos técnicos e analisado pelos responsáveis políticos a nível central, não se confirmem alguns rumores. Vamos estar atentos e faz muito bem falar nisso, porque nessas situações temos de estar todos atentos.

Em relação ao Dr. Paulo Pontes, já levantou as questões, são do Franco, são da sua terra, já não tenho mais nada a dizer.

Em relação ao Sr. Deputado Luís Sousa, dizer-lhe apenas uma coisa.

Gostei da intervenção política, acho que ela é fundamentada, é uma intervenção política não tenho que lhe responder, mas tenho que lhe dizer só duas coisas, porque terminou, estragou uma intervenção política com um desejo que queria para o próximo candidato à Câmara de Mirandela.

Para um académico que faz uma intervenção política a esta Assembleia, estratégica, com plano estratégico, terminá-la em termos pessoais, com o desejo de um candidato à Câmara de Mirandela com as características que o senhor indicou que devia ter, só tenho que lhe dizer estas coisas: ninguém tem poder, nem o senhor nem ninguém para indicar ou nomear um Presidente da Câmara, porque ele tem que ser eleito pelo povo e o povo acaba de eleger o próximo candidato à Câmara de Mirandela, o próximo Presidente, tenha ele as características que tiver.

Não adianta que as intervenções políticas indiquem um candidato à Câmara, não é assim que ele é escolhido, ele é escolhido sempre pela vontade sábia do povo de Mirandela e esses sabem muito bem qual é o candidato à Câmara que querem, independentemente da nossa posição política geral sobre o que deve ser um Presidente da Câmara.

Depois dizer-lhe duas coisas: eu sou muito mais prático. Eu prefiro um Presidente da Câmara que além dessas situações, tenha três coisas essenciais:

Primeiro, que seja capaz de disponibilizar todo o seu património, todos os seus rendimentos, o seu e os seus mais próximos a toda a gente que possa avaliar e que as pessoas possam julgar onde está a



corrupção, onde está o enriquecimento sem causa. Eu estou disposto a isso e penso que toda a gente deve estar disposta a isso sempre. E eu acho que isso é das maiores virtudes para se estar à frente de um projecto político nos tempos de hoje. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso.

Em segundo lugar dizer-lhe outra coisa que para mim é importante.

Também tem que convencer os dois partidos maioritários neste momento na Assembleia da República, que se estão a preparar para fazer uma lei consensual, onde ao contrário, ainda há-de ser o Presidente da Câmara o único a ser eleito numa lista e depois só a Assembleia Municipal a fiscalizar.

O tal direito da oposição dos Vereadores, os dois grandes partidos estão em sentido contrário, a tentar aprovar uma lei onde só há-de ser eleito o líder, mais pessoalizar a questão e depois a Assembleia a fazer a outra escolha. É ao arrepio também de algumas das noções que aqui trouxe.

E são estas duas situações que quem não quer ver, nem é preciso brigadas, nem é preciso discursos contra a corrupção, é simples: eu desafio qualquer Governo de Portugal para pegar no património de cada eleito local, que vá ver a origem desse património, que o compare com aquilo que ganha e que vá ver o resultado que tem, que facilmente chega à conclusão onde está a corrupção e onde estão os corruptos. Não é preciso nenhuma teoria complicada para lá chegar.

Eu sou tão simples como isto, brigadas contra a corrupção, brigadas contra o enriquecimento sem causa dos autarcas ou de outros elementos do poder político, tão simples como isso, arranjem uma brigada reduzida, como fizeram agora com a Dr.ª Maria José Morgado para o futebol. Todos dêem lá o património que têm e que vão ver as contas todas dele e dos familiares mais próximos e que digam, onde é que está o vosso património, que não foi ganho com o ordenado que tinham aqui ou com os rendimentos que tinham aqui. Quando fizerem isto o primeiro a mostrá-lo sou eu, sem nenhum problema.

Agora, o próximo líder da Câmara Municipal de Mirandela ou do próximo Presidente, desculpe que lhe diga, mas vai ser o povo a escolhê-lo, não vai ser o senhor nem a indicá-lo nem a nomeá-lo, vai ser o povo a escolhê-lo.

Em relação a esta situação, também dizer-lhe outra coisa, que é sobre a questão do negócio da Ponte Açude.

Eu gosto pouco de insinuações, gosto mais de coisas directas e por isso é que eu lhas digo directamente. Eu estou disposto para dar o meu, a ver o enriquecimento, a corrupção, espero que os outros também estejam e porque falou no negócio da Ponte Açude, privado, eu vou-lhe dizer uma coisa. Para quem tem um currículo académico que tem, que conhece as situações, eu queria saber como é que a Câmara de Mirandela presidida por si hoje, se isso fosse possível, era capaz de anular uma deliberação tomada há sete anos ou há oito anos por unanimidade na Câmara Municipal, pelos votos de todos os partidos, com vereadores de vários partidos que por lá passaram, que estabeleceu isto sem qualquer penalização para a Câmara Municipal ou sem qualquer indemnização.

Presidente da Assembleia Municipal:

Terminou Sr. Presidente? Muito bem. Nós temos mais três pedidos, o tempo ultrapassou e temos que pedir qual é a opinião da Assembleia nesta matéria, antes porém eu vou também gastar breve meio minuto para dar uma pequena legenda, um pequeno comentário ao que o Sr. Eng.º Baltazar disse.

Eu não vou referir-me à diatribe, do se era bom ou mau a questão da Maternidade de Mirandela, foi dito o que dito a seu tempo, o que eu posso recordar e pedir aos meus conterrâneos e membros desta Assembleia é o seguinte, é que se recordem que aqui trouxe o Sr. Dr. Albino Aroso, que era o Presidente da Comissão Materno neo-natal e o Presidente da Sociedade Portuguesa de Obstetrícia Dr. Santos Jorge, para sensibilizar e começar a tratar a tempos e horas da questão que ia pesar sobre Mirandela, porque eu soube a tempos e horas que a decisão contemplava o encerramento da Maternidade de Bragança.

O bom senso e a dignidade pelo sigilo obrigava-me a não propagandear isso aos 4 ventos na minha terra, mas dissemo-lo doutro modo, portanto a decisão além de injusta não foi transparente politicamente em relação ao encerramento.

O encerramento verificou-se nas condições em que toda a gente sabe e entendo que a Câmara e os Mirandelenses tiveram uma grande luta, uma grande participação e uma grande dignidade dum modo invulgar em todo o País.

No que respeita ao encerramento da urgência médico cirúrgica que aqui foi ventilado, com muita experiência que eu tenho da saúde em Portugal, com a experiência que a Direcção de Hospitais durante 15 anos me deu e com aquilo que me foi dado em participação de inúmeras comissões em Portugal, eu não creio, não creio, não me passa pela cabeça que possa haver um encerramento ou uma restrição da capacidade de assistência de resposta na questão médico cirúrgica de Mirandela. Olhem para o mapa, vejam a questão da nossa cidade, vejam a sua população, vejam a sua atractividade demográfica e perguntem se algum político de bom senso e sério pode encerrar a questão médico cirúrgica em Mirandela.



Com todo o respeito pelo que quer que seja, por todos os comentários, nem sequer isso me passa pela cabeça.

E Já agora, por muito respeito que devo à minha terra e aos meus conterrâneos, permita-me Sr. Eng.º que diga o seguinte: eu registei com muito apreço e cumprimento, com elevada consideração, como tenho até aqui, acrescida naturalmente pelo facto de ter vindo a esta mesa e ter dito o que disse sobre o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste.

Eu próprio naturalmente tremer-me-ia a voz se tivesse que o dizer.

Agora eu lhe digo e é agora a altura, eu ofereci os meus serviços gratuitos na minha especialidade e não vou aqui dizer os postos para que fui eleito na minha especialidade, cirurgia pediátrica, que é uma especialidade autónoma a quem compete as cirurgias dos 0 aos 18 anos em Portugal como País da Europa Ocidental que é e que é assim que está estabelecido em Portugal ao Cento Hospitalar do Nordeste, porque eu sei muito bem, como médico e como Mirandense a quantidade de doentes que me batem à porta e que têm que ir para o Porto.

Ofereci os meus serviços gratuitos, acompanhados pelo mais distinto anestesista anesthesiologia pediátrica, que é uma coisa difícil e complicada, para vir também a Mirandela fazer periodicamente os serviços.

A Direcção do Centro Hospitalar do Nordeste nem sequer me respondeu. Eu entendo que é assim que a Direcção do Centro Hospitalar do Nordeste vê as crianças do Distrito de Bragança e é assim o respeito que lhe merecem e não me podia dispensar deste comentário.

Ora bem temos mais três inscrições, eu pergunto a esta Assembleia se autoriza a Mesa, se vota, para a sua continuidade.

Quem é que vota contra em relação a esta questão?

Quem se Abstém?

Está autorizado, tem a palavra, Dr. Maximino.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Eu pedi novamente a palavra para fazer aqui uma pequenina intervenção em resposta a outras que aqui foram feitas e começava exactamente pela do Sr. Professor Dinis.

Faz-me lembrar uma figura no senado romano, que dava pelo nome de Catilina, a que o Cícero disse uma vez, até quando Catilina abusas da nossa paciência?

Sr. Professor, eu tenho que realmente dizer-lhe com toda a frontalidade que foi infeliz na sua intervenção e isto por uma razão muito simples: é que o visado não está cá e seria realmente muito bonito e muito elegante da sua parte dizer isso na altura em que ele estivesse cá.

Quanto ao passado e como é que chegou a Mirandela isso são assuntos que se for ver o currículo dos políticos vai encontrar muita coisa dessa. Agora é evidente que ele na altura pôs o seu melhor ao serviço desta terra, ninguém contesta isso. Vir agora pôr em causa, só pelo facto da vida profissional e a vida familiar que é extraordinariamente delicada, isto é realmente desagradável, tenho que lhe dizer que foi infeliz e de futuro quando tiver que fazer este tipo de intervenções, faça o favor de ser mais frontal, mas na presença das pessoas.

Depois queria deixar aqui uma referência à minha distinta colega, que não está aqui, relativamente à questão da prepotência que ela levantou aqui.

Se for ler as actas da Câmara, realmente tirará dali uma conclusão sobre a prepotência. Acho que nesse aspecto, nós Grupo do CDS, quanto a prepotência, temos realmente muitas razões a apontar.

Por outro lado também dizer-lhe que na qualidade de distinta advogada, que é muito desagradável subscrever aqui uma atitude em relação a um réu que não está presente, isto em termos jurídicos é muito desagradável.

Finalmente, deixei o Sr. Presidente para o final, passo o pleonasma, na medida em que acabou por, de forma prepotente, responder a algumas intervenções. Eu convidava o Sr. Presidente, enfim, até nesta quadra natalícia, ser um pouquinho mais humilde, porque realmente estas questões apontadas com outra humildade, deixam realmente as pessoas com outro estado de espírito.

Queria realmente lembrar-lhe que eu tenho muito respeito pelos autarcas, naturalmente, não sendo eu também um autarca e ainda há pouco tempo tive oportunidade de cumprimentar o Presidente das Autarquias pela intervenção que ele teve na Assembleia da República, mas a verdade é que não será tudo líquido Sr. Presidente. As coisas às vezes, e segundo a imprensa noticia, nem sempre tudo isto é muito perfeito, porque há realmente algumas situações que são apontadas hoje pela imprensa e que na verdade mancham um pouco a dignidade da maioria dos Autarcas Portugueses.

Para já era realmente a minha intervenção, mais nada. Muito obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):



Eu pedia a palavra novamente, por uma questão muito simples, é que a intervenção do Eng.º Baltazar, suscitou aqui uma situação. É que dá-me a impressão de que a gente estar atento só é pouco, eu acho que devia a Assembleia Municipal apresentar aqui assim uma moção ou uma forma qualquer de apresentar o repúdio e que foi a atitude da Direcção do Conselho Hospitalar do Nordeste, porque de facto estarmos atentos a gente está, mas o que é que interessa isso se não fizermos chegar de facto aquilo que nos vai na alma? Eu acho que ou o Eng.º Baltazar ou a Mesa, faziam aqui uma coisa que a Assembleia aprovava, sob pena de que lá vamos cantando e rindo e isto não pode ser assim.

Era só isso para já.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Ora eu nunca pensei quando fiz a minha intervenção que ia aquecer aqui o ambiente, (também precisamos que isto está muito frio). Nunca pensei que fosse realmente mexer com determinadas pessoas, elas também não estão habituados que haja pessoas de opiniões contrárias às deles, enfim, estão bem enquadrados.

Mas Sr. Deputado Luís Sousa e Sr. Deputado Maximino, têm todo o direito em não concordar com as minhas intervenções, também nunca lhe pedi para concordarem com elas.

Uma coisa é certa, não ofendi ninguém, eu limitei-me a relembrar factos que existiram e não sou assim tão covarde como à primeira vista quis dar a entender o Sr. Deputado Maximino.

Quando o Sr. Deputado se deslocava para o Auditório no dia da posse, alguém tomou o seu lugar para fazer a intervenção, o Sr. devia ter reparado nisso e nesse próprio dia eu disse na cara do visado muito mais do que disse hoje.

Ai é passado! É passado! É por isso que os Senhores estão sempre no passado. Eu com a idade que tenho ainda penso no futuro. Eu quero o futuro. O passado não, o passado já acabou, quero é futuro a ver se chego até aos 90 pelo menos e depois a partir daí a gente conversa.

Mas quanto ao Sr. Deputado Luís de Sousa, pessoa que eu muito estimo, que eu vi praticamente crescer como criança, conheço perfeitamente, mas digo-lhe uma coisa, eu não lhe reconheço poderes para classificar as pessoas de quem é democrata e quem não é democrata.

O Sr. Deputado para si, pelo que dá a entender, só é democrata aquele que concordar consigo, quem não concordar consigo leva logo o letrinho "é não democrata".

Portanto Sr. Deputado Luís Sousa, Sr. Deputado Maximino, têm que aprender uma coisa: aprendam a conviver com pessoas que têm opiniões diferentes das suas.

Deputado Municipal Jorge Costa (PS):

A propósito das médico cirúrgicas em Mirandela, o Sr. Presidente da Câmara, não sei se propositadamente ou por lapso, julgo por lapso, disse que alguns elementos da concelhia de Mirandela, (também terá dito, mas também disse concelhia, também disse distrital mas também disse concelhia, disse as duas coisas) eu julgo que terá sido por lapso, por que a Concelhia de Mirandela, aliás publicamente sobre todo este processo, quer envolve médico cirúrgicas, que envolve as questões de saúde, tem sido transparente e tem publicamente manifestado o seu apoio, quer da maternidade quer das médico cirúrgicas.

Presidente da Câmara Municipal:

Primeiro para dizer só duas coisas muito simples.

Ao Dr. Maximino dizer-lhe uma coisa, olhe que está enganado, 90% dos Mirandelenses e eu vou-lhe dizer 90% ou mais, se calhar só alguns líderes de opinião é que não, até consideram que a maior virtude do Presidente da Câmara de Mirandela é a humildade. Imagine! Imagine a confusão que lhe vai na cabeça. 90% dos Mirandelenses posso-lhe garantir, se fizer uma sondagem, são capazes de dizer que a minha principal característica é essa. Imagine às vezes o que é que a política cria desfazamentos.

Mas para lhe dizer também outra coisa que é importante. É que eu prefiro e sou-lhe sincero, a prepotência a que chamam prepotência frontal, directa nos assuntos, uns com os outros do que a prepotência intelectual que cada um quer guardar para si, por que se refugia nela e ninguém a pode contestar. Para mim essa é muito pior.

Eu gosto mais da prepotência directa onde todos podem contestar, do que da prepotência intelectual com toda a certeza.

Quanto à dignidade dos Autarcas eu só lhe vou dizer isto, eu defendo a minha, não defendo a de mais ninguém e quando disse há bocado que estava disponível para isso, que todos estejam e depois aqueles que não forem que sejam castigados, os que forem, que não sejam metidos no mesmo saco, pelo menos essa parte eu isso é que quero esclarecer.



Em relação ao Jorge Costa dizer que eu não disse, nem podia dizer Concelhia de Mirandela, eu só disse (até nem disse distrital do PS), disse alguns elementos da distrital do PS, porque quanto à concelhia de Mirandela, sei o passado, sei o futuro, sei o que pensam e até os louvo por isso nessa iniciativa.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP – Independente):

Quero antes de mais dizer o seguinte, não referi que o Sr. Deputado não era democrata, disse que não tinha tido uma atitude democrata neste caso pontual e expliquei porquê, portanto não disse que ele não era democrata.

Um esclarecimento relativamente ao combate à corrupção: congratulo o interesse do Sr. Presidente sobre esta matéria. Eu de facto também faço parte da equipa da Dr.ª José Morgado, da equipa da Seds. Juntamente com o Eng.º Cravinho, temos estado a discutir vários tipos de reformas de combate à corrupção em Portugal, uma delas passando precisamente pela análise das declarações patrimoniais como disse e a criação de entidades especializadas de combate à corrupção que de facto já foram criadas e passa agora a haver também uma unidade que vai ter o enfoque apenas nas Câmaras Municipais.

Só para lhe dar um dado, aqui não estamos a colocar todos os Autarcas no mesmo saco e não foi isso o que foi pretendido com o discurso que fiz com as dez questões que considereei estratégicas para o desenvolvimento do poder local democrático que aqui proferi.

Mas também já lhe posso dizer que a reputação constroem os próprios, porque cerca de 40% das autarquias estão a ser investigadas por causa de corrupção ou similares.

Presidente da Assembleia Municipal:

No Ponto 4.1 Informação do Sr. Presidente da Câmara, não houve pedidos de esclarecimentos

PONTO N.º 4.2. ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2007.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu esta história do Orçamento e Grandes Opções do Plano, já o disse e volto a dizer, não fazendo nós parte do Executivo, não podendo apresentar propostas, temos que aprovar ou não o Plano e Orçamento.

Antes de me debruçar sobre a questão principal, eu ia fazer umas perguntas relativamente àquilo que vem aqui no orçamento e gostava que depois me pudessem informar.

Vem aqui assim uma verba prevista de 45.000,00 €, para a Assembleia Municipal, isto dá cerca de 9.000,00 € por cada sessão.

Eu perguntava ao Presidente da Assembleia se é possível, uma vez decorrido um ano do nosso mandato, que me informasse e se quisesse à Assembleia, de quais as despesas que foram feitas com esta Assembleia.

Em termos de Senhas de Presença, Ajudas de Custo e Transportes, que era para se saber quanto é que isto está a custar, por que de facto dos setenta e tal que somos, nós temos quórum, mas pouco mais do que isso.

Há uma outra verba que vem no Orçamento que nós iremos falar a seguir sobre essa Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que são 5.000.00 €, gostava depois se é possível de me explicar.

Também gostava de saber a quem se destinam os 50.000,00€, de seguros de saúde, gostava de ser esclarecido.

Gostava que me fosse esclarecido e em que pé é que se encontra o Complexo Desportivo de Mirandela, isto talvez por ser época de Natal começa a ter barbas.

Não será viável, devido haver grandes problemas onde há-de ser, arranjar-mos um outro local? Eu sugeria onde estiveram para ser construídas as habitações sociais, junto à Variante que dá para a zona industrial, mantinha-se ali assim, aquilo até tem uma espécie de anfiteatro, também para a realidade que temos e para que a corrupção também não exista no desporto, se calhar contentávamo-nos com um complexo que não fosse assim tão faraónico e que fosse uma coisa mais adaptada à terra (posso estar a pedir pouco, mas enfim...).

E já agora também e o Dr. Rui Magalhães esteve atento e eu também estive, foi dito há uma ano atrás, o que se passa com a requalificação da envolvente de Nossa Senhora do Amparo?

Dado que na parte introdutória do Orçamento se diz que as verbas maiores serão gastas em 2007, depois 2008 e 2009 serão menores, o que é facto é que para 2007 se propõem 25.000,00 €, depois 656.000,00€ e depois 870.000,00 €, o que dá a impressão que não diminui, aumenta (agravam).

E já agora gostava de perguntar em que pé se encontra, se é que já existe o projecto de acesso Este ao IP4, do IP4 a Mirandela.



Gostava que me dissessem se já existe projecto, uma vez que me foi fornecido um anteprojecto e se o projecto é baseado naquele anteprojecto.

Isto para dizer que e segundo o que diz na parte introdutória "assim as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007 terão de ser ambiciosas, talvez até com uma dose de sonho" e este sonho vem entre aspas, não sei que raio de sonho é este que vem entre aspas.

Mas como eu normalmente não voto sonhos, voto realidades (embora também +já o poeta dizia que o sonho comanda a vida), mas o que é facto é que, nós devemos ter os pés bem assentes no chão, independentemente de que possamos sonhar ou não.

Por aquilo que disse, que nós não fazemos parte integrante desta história, não quero dizer com isto que haja aqui algumas situações que nós aprovaríamos, mas o que é facto é que se este Orçamento e as Opções fosse feito por nós, faríamos diferente. Muito obrigado

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Dizer apenas ao Sr. Garrido que no final do presente ano as despesas desta Assembleia Municipal rondam os 16.000,00 €. Foi a informação que nos foi transmitida.

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

Bom dia a todos.

Sr. Presidente da Assembleia e respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros colegas, Meus senhores e minhas senhoras.

O Plano e Orçamento, como instrumento orientador das políticas a implementar, retrata a visão estratégica do executivo, em função dos recursos disponíveis e a perspectiva dos que possam vir a ser disponibilizados no futuro.

O resultado final só pode ser avaliado decorrido o tempo para que foi programado.

O Plano, do ponto de vista económico e estrutural, apresenta factores e dinâmicas consideráveis.

Desde logo, o enorme volume de obras programadas e tão minuciosamente preconizadas. Desde novas infra-estruturas e equipamentos até ao desporto e cultura, passando pelo rosário de acontecimentos e apoios com e para a sociedade civil, há de tudo neste plano.

É possível que algumas possam não vir a ser concretizadas. Todavia, a sua programação é essencial, numa altura em que estamos a dar início a um novo Quadro Comunitário caso haja recursos para se efectivarem. Não se trata de utopia, mas antes de perspicácia e visão estratégica.

A fazer fé nos projectos que foram concretizados no mandato anterior e no decorrer do presente mandato, estamos certos de que o essencial dos investimentos estruturantes serão efectivamente iniciados e concluídos.

Não nos parece sensato o referido na declaração de voto dos vereadores da oposição. O plano é ambicioso quanto baste, como aliás devem sê-lo todos. O mais importante é que da sua implementação resulte mais um impulso rumo ao desenvolvimento do concelho e da região.

Reconhecidamente, Mirandela transformou-se nos últimos dez anos num verdadeiro lugar superior, onde é possível viver com qualidade de vida, muita acima da média Nacional, onde se fortaleceu a débil economia local, principalmente o comércio, proporcionando evidentes benefícios para as pessoas, que cá vivem e que nos visitam.

O continuo crescimento e desenvolvimento registado, oferece a cada um de nós o prazer de cá viver e de receber rasgados elogios de quem nos visita.

O trabalho feito, a dinâmica empreendida, a imaginação, a inovação, o prestígio do presidente e de todo o executivo, fazem roer as unhas à oposição, e acima de tudo: frustração, depois frustração e mais frustração, são as palavras certas e sábias que o povo profere sobre aqueles que perderam as eleições.

Quando a oposição, fala do passado, deve estar a lembrar-se das vendas de terrenos na zona industrial, dos terrenos em frente a este auditório, dos terrenos do bairro do sardão e outro património alienado, só em 6 anos de mandato, foram mais de 2 milhões de contos de receitas. Ao contrário nos últimos 5 anos compraram-se terrenos para construir edifícios públicos e compraram-se edifícios públicos para evitar a construção em altura (por exemplo: o antigo quartel dos Bombeiros). É esta a imaginação, depois imaginação e mais imaginação, a que se referem os vereadores da oposição?

Não caros colegas, gerir hoje um município é seguramente das tarefas mais difícil da governação. É que, a acentuada escassez dos recursos financeiros provenientes dos fundos estruturais da União Europeia, a política do Governo a aumentar cada vez mais atribuições às câmaras, não sendo afectados os respectivos apoios financeiros, a imaginação não basta. À imaginação terá que se associar à competência e o estabelecimento de rigorosas prioridades, visando assegurar os melhores investimentos e não comprometendo o futuro.



Do ponto de vista financeiro, a ambição tem obviamente que acompanhar a dinâmica estrutural, social, cultural e económica programada. Se assim não fosse, algo estaria errado. Não se pode fazer omeletas sem ovos.

Quanto à execução orçamental, nesta altura ser superior a 63%, ficará na história como sendo o ano em que foram cobradas o maior número de receitas de todos os tempos, mais de 21 milhões de Euros.

Esta taxa, poucas Câmaras do País se orgulham de exibir.

As que atingem maior percentagem de execução orçamental gerem 4 ou 5 empresas municipais que suportam a maioria das despesas correntes do município. Essa é que é a grande realidade.

Quanto ao expediente político de que fala a oposição, como podem verificar todos os compromissos assumidos com o eleitorado na campanha estão reflectidos no presente Plano.

Certamente, a oposição não pretende que o executivo inicie e conclua todos esses compromissos num ano ou dois.

As obras constam, e bem, no Plano para poderem ser realizadas durante o mandato. Este plano deve ser o mais abrangente possível, mesmo que seja apontado com irrealista. Não se pode condicionar o espaço de manobra, comprometendo o futuro. Em qualquer altura podem surgir condições necessárias e suficientes para a sua implementação, principalmente as financeiras. Grave seria se não se pudessem concretizar por falta de inscrição no Plano.

Relativamente ao aumento dos impostos municipais para 2007, os Srs. vereadores do CDS-PP manifestaram uma de duas coisas: ou desconhecem que os impostos aprovados em 2007 só produzem eficácia em 2008, basta verificar esta ordem de trabalhos para se atestar que não há actualização de qualquer imposto municipal. Isto significa que a oposição escamoteou a realidade, faltando à verdade. Portanto, a haver alguma alteração, ela só será reflectida em 2008 ou 2009.

Quanto às "iniciativas inovadoras" é pobre e demagógico referir o aproveitamento hidroeléctrico do rio Tua. De uma vez por todas Srs. vereadores, tal como o Sr. Presidente já disse, as deliberações assumidas por anteriores executivos têm que ser cumpridas, sob pena de poderem vir a sofrer fortes penalizantes financeiras, por incumprimento da referida deliberação, que por sinal, foi aprovada por unanimidade e também pelos vereadores do CDS-PP durante vários mandatos. Vá lá, vá lá, não se lembraram de referir que a mini-hídrica afectava o espelho de água!

Srs. vereadores, quanto mais queda de água houver maior energia produz. Se se abrissem as comportas não havia produção de energia. Por isso, assumam a vossas responsabilidades que a Câmara como pessoa de bem que é, deve honrar todos os seus compromissos passados, presentes e futuros. Estou certo, que as contrapartidas foram bem negociadas e a seu tempo serão devidamente escalpelizadas.

Quanto às despesas correntes, mais uma vez a oposição revela desconhecer as normas estabelecidas. Para conhecimento, as despesas com pessoal não aumentaram nem podem aumentar. Embora por lei, estas pudessem atingir o valor de 25% do total orçamentado. As despesas com pessoal apenas representam 15%, do orçamento. Os restantes 85% são consumidas sobretudo por:

Subsídios a instituições de solidariedade social;

Associações culturais, desportivas e recreativas;

Despesas com transportes escolares;

Despesas com refeições pré-escolar e 1 ciclo;

Despesas de manutenção com equipamentos da cidade, da Vila e das aldeias;

Investimentos de capital.

Pergunto:

Qual destes apoios os vereadores do CDS PP pretende cortar?

O CDS-PP quer que sejam os pais a financiar os transportes e as refeições dos seus filhos às escolas? Esta despesa ascende a 500.000 euros (100.000 contos), ou quer cortar o apoio dado às Santa casa de Misericórdia, ou às associações culturais, ou às creches e jardins infantis ou às juntas fabriqueiras ou ainda aos bombeiros? Digam-no e assumam-no.

Quanto às candidaturas que os podem vir a ser propostas ao novo Quadro de Referência Estratégica Nacional, todos sabemos que os recursos financeiros vindos da União Europeia de da Administração Central são cada vez mais reduzidos. Daí que os projectos a candidatar, devam ser bem elaborados e atempada apresentados.

Como os recursos não são elásticos, impõe-se o estabelecimento de prioridades na apresentação das referidas candidaturas, até porque a autarquia tem que assumir pelo menos 25% do total do investimento (na maior parte dos projectos). O pragmatismo deverá ser a palavra de ordem na apresentação dos respectivos projectos.

Caros colegas, a política é para alguns o exercício de contínua demagogia, valendo quase tudo para se ter algum protagonismo.



Nós no PSD, procuramos pautar uma conduta coerente e responsável, dando ao órgão executivo todas as condições que permitam um bom desempenho e que possam cumprir com o programa apresentado ao eleitorado.

Só é pena que a oposição não apresente propostas concretas na câmara, porque se fossem boas, estaríamos aqui os do PSD hoje para as apoiar. Como não as conhecemos, não podemos aprová-las.

Por isso o grupo municipal do PSD votará a favor do Plano e Orçamento apresentado.

Um bom Natal para todos e um bom ano. Muito obrigado

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Antes de me debruçar sobre a intervenção do CDS, quanto ao Orçamento, eu tinha aqui uma pequenina nota de introdução e que se refere realmente às obras que foram feitas neste Concelho durante estes 30 Anos de Poder Local.

Dúvidas não restam que tivemos todos a nossa intervenção, a começar pela minha pessoa há 30 anos atrás.

Só para vos lembrar o seguinte.

Esta Zona dos Castanheiros da Vila Tarana foi adquirida na Presidência da Câmara na altura em que eu estive aqui e porquê? Porque já nessa altura se previa que a cidade tinha que se desenvolver para aquela zona.

Recorda-me que andámos três meses em negociações com a casa de cima para comprar aquela zona e 12 hectares custaram na altura 3.300 contos. Está na Câmara uma acta que historia essa situação.

Depois da minha intervenção seguiu-se o Sr. Marcelo Lago que desenvolveu também a cidade conforme nós sabemos, mas o grande obreiro desta cidade, foi o saudoso José Gama, temos que reconhecer realmente e a Câmara nesse aspecto e a população do Concelho está-lhe reconhecida pela obra que ele desenvolveu e pela projecção que Mirandela realmente atingiu a nível do País e não só.

Toda a gente (e eu que estou em contacto com muita gente no Sul), quando se fala de Mirandela, tem uma imagem extraordinariamente positiva e gostam imenso de vir cá em cima. Isto realmente é uma honra para todos nós Mirandelenses.

Quanto ao problema do Orçamento, é evidente que nós não estamos aqui com aquela faca afiada para dizer que está tudo mal, não, naturalmente que não está, mau seria também.

Agora o que não há dúvida nenhuma é que o CDS, a começar pela intervenção dos Srs. Vereadores, naturalmente que não concorda com aquilo que apreciou e porque fizeram um tratamento exaustivo também ao projecto do orçamento é evidente que tomaram as suas posições e não está realmente de acordo com aquilo que nós gostaríamos que estivesse.

Eu tenho realmente que dizer aqui uma coisa muito importante a quem elabora este documento: é que há aqui falhas à partida de previsões que são imperdoáveis.

Como é que é possível que se enganem em percentagens tão grandes.

Eu fiz orçamentos durante mais de 30 anos e de instituições que tinham um volume muito superior ao da Câmara de Mirandela, mas a verdade é que se trabalhava com um certo rigor, aqui não. Aqui há um empolamento de verbas que no fundo depois não traduzem a realidade.

Se nós prevemos gastar 50 não podemos estar a empolar o orçamento e pôr lá que são 100, mas depois a receita, é que depois há uma quebra de receita e não podemos fazer obra e então fica tudo no papel, não passa disto.

Por isso é que a nossa posição é muito concreta e muito objectiva, relativamente às previsões há aqui falhas e daí a razão pela qual nós não podemos estar de acordo e por isso é que vamos votar contra.

Claro que nisto não se quer dizer que esteja tudo mal, não é verdade, não está tudo mal, as verbas estão orçamentadas, têm todo o cuidado realmente, nalgumas é indispensável que tenham que ser inscritas as dotações orçamentais com todo o rigor, mas há outras, sobretudo a nível de receitas de capital e despesas de capital onde nós realmente estamos frontalmente em desacordo, porque é aí que fundamentalmente bate a tecla.

O desenvolvimento do Concelho não é com as despesas correntes nem com as receitas correntes, são realmente as despesas de capital. É aqui fundamentalmente que a situação é mais delicada e por isso não tem a nossa concordância.

Daí a razão pela qual o grupo elaborou um documento em que justifica e fundamenta a forma por que vai votar contra. Eu vou passar a ler esse documento.

"O Grupo do CDS/PP na Assembleia Municipal, tomou conhecimento, com muita surpresa, através dos Senhores Vereadores do CDS/PP na Câmara Municipal, que o Sr. Presidente da Câmara não forneceu, atempadamente, como é de lei, os elementos indispensáveis à elaboração do Orçamento para 2007.



Tal como vem sendo hábito da maioria da Câmara, mais uma vez o Sr. Presidente numa atitude prepotente não deu à oposição os elementos essenciais para apreciar as previsões orçamentais para o ano de 2007, violando assim a Lei a que está obrigado.

Mas o Sr. Presidente da Câmara vai mais longe ao tentar retirar deste acontecimento dividendos políticos, pela forma como este assunto foi tratado na comunicação social.

Desta feita e porque não foram reunidos os elementos indispensáveis para se elaborar um documento com rigor, voltou a Câmara a cometer a mesma falha que se verificou no ano anterior.

Mas ao que parece, o Sr. Presidente da Câmara continua a apostar em incertezas, em irrealismo na previsão das receitas e, conseqüentemente, na concretização das despesas. Umás e outras ficam aquém das realidades.

Não é desta forma, que podemos ter uma informação actualizada da realização do Orçamento.

Para além disso, queremos deixar aqui uma mensagem ao Sr. Presidente da Câmara:

Vamos deixar de pensar no tão propalado QCA (Quadro Comunitário de Apoio) para pensarmos no QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) tendo em vista a redução das assimetrias, da garantia da coesão social e assegurar a qualificação do território, sendo necessária agora a ligação a outros Municípios para se alcançarem programas de prioridades que venham a ser financiados para mais que um Município. Acabaram-se as capelinhas.

Da análise ao documento do Orçamento, na generalidade verificamos que a Câmara, para seu equilíbrio, recorre ao aumento de receitas com o agravamento de impostos e à venda de património, designadamente de lotes de terrenos, cujos valores por metro quadrado gostaríamos de conhecer antes e depois dos loteamentos.

Trata-se, quanto a nós, de uma política errada, para além de ir sobrecarregar os já elevados impostos que são cobrados aos municípios.

Tal como no ano anterior, as receitas previstas (correntes e de capital) nada têm a ver com as receitas efectivamente cobradas (37.308.859,13 € previsão de 2005) e (17.161.298,17 € receita cobrada em 2005, ou seja, 45,99%), ou seja, quer dizer, as obras com esta receita cobrada não podem ser executadas porque para uma previsão de obras de 100, aparecem receitas apenas de 50.

Mas esta discrepância é mais acentuada ainda nas receitas de capital.

Repare-se nestes valores, que constam do orçamento:

| | |
|---------------------------|----------------------|
| Previsão para 2005..... | 23.176.103,78€ |
| Receita cobrada..... | <u>7.136.350,76€</u> |
| Diferença para menos..... | 16.039.753,02€ |

E que dizer da previsão total de 15.471,00 € em transferências de Fundos Comunitários, quando no corrente ano se obteve apenas a cobrança de 4.275.664,91 €.

Afinal em que ficamos quanto ao investimento da construção de habitações sociais? É que depois de lermos o projecto do orçamento, ficamos sem saber qual o valor do financiamento. Não sabemos efectivamente qual é o valor das habitações sociais para 2007.

Quanto às despesas correntes e de capital voltamos a verificar o mesmo empolamento de verbas.

Todavia quanto às despesas correntes em 2006 o quadro é o seguinte:

| | |
|--------------------------|-----------------------|
| Previsão | 11.913.210,00€ |
| Gastos | <u>14.075.452,13€</u> |
| Diferença para mais..... | 2.162.242,13€ |

Apesar de, nesta data se ter verificado um aumento de encargos de 2.162.242,13 € a verdade é que a Câmara orçamentou para 2007 apenas 12.672.950,00 €. Francamente não entendemos esta modificação, se já se gastaram 14 milhões, orçamentam-se 12 milhões? Não entendemos isto.

Quanto às despesas de capital o quadro de 2006 é o seguinte:

| | |
|---------------------------|----------------------|
| Previsão para 2006 | 23.953.807,00€ |
| Despesa realizada..... | <u>6.853.540,94€</u> |
| Diferença para menos..... | 17.000.266,06€ |

Todavia, a previsão para 2007 é de 27.208.050,00 €.

Afinal o que dita estes números? Como é possível que estes números não estejam mais aproximados? São dúvidas que nós temos e gostaríamos de ver esclarecidas.

Mais uma vez verificamos com grande desilusão que a Câmara não inscreve no orçamento quaisquer propostas que venham da oposição, o que em nada abona as relações que deviam existir entre os eleitos.



Quanto ao mais, damos aqui por reproduzida a Declaração de voto apresentada pelos vereadores do CDS/PP no executivo camarário.

Assim damos o benefício da dúvida ao executivo camarário quanto aos critérios que presidiram ao orçamento que agora nos é apresentado na parte que não é apreciada na especialidade.

Por tudo quanto vem de ser exposto, o Grupo municipal do CDS/PP vota contra o orçamento apresentado pela maioria PSD da Câmara Municipal. Muito obrigado.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Bom dia Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007 são um documento ambicioso para aferir os vários compromissos e promessas que este Executivo assumiu para o mandato 2006/2009

Compete também a este Executivo e a V.Ex^a, criar a todos os Mirandelenses as condições necessárias a um e melhor eficaz desenvolvimento social, económico, ambiental, cultural, para se viver com qualidade na cidade.

Nos dias de hoje será este o desafio:

Falo eu da habitação, da acção social, do emprego, dos transportes, do comércio, do turismo, do desporto, do lazer, da cultura, da educação e formação, do ambiente e urbanismo, do ordenamento do território, das acessibilidades, da agricultura, bem como todas as infra-estruturas dos equipamentos, do ensino, do património edificado e natural histórico monumental.

Falo obviamente das pessoas que vivem neste Concelho, que tudo determinam e por tudo também são influenciadas.

Das relações sociais e culturais, das segregações, das carências, das misérias e das grandezas.

Todas estas realidades coexistem na cidade e concelho em geral.

Todas estas realidades influenciam a qualidade ambiental, em que num futuro não muito longínquo a vai caracterizar, por tudo isto então sim, o futuro pertence à cidade de Mirandela como cidade da inovação.

Para isso Sr. Presidente da Câmara, há que direccionar todas as energias para um quadro de desenvolvimento conforme o apresentado aos Mirandelenses e por ele elaborado e desenvolvido e que torne a nossa cidade e concelho competitivos, sem assimetrias e equilibrado.

Assim, deixem-me acreditar que estes compromissos assumidos com os Mirandelenses para o desenvolvimento de Mirandela são sérios e inquestionáveis.

Sendo assim existe um sonho a realizar "Sr. Garrido". Eu acredito nesse sonho.

E então é o sonho do acesso Oeste da IP4 a Mirandela.

O sonho da construção do edifício Municipal.

O sonho do Tecnopólo.

O sonho do tal Complexo Desportivo que nunca mais vem acima.

O sonho de mais habitação Social para Mirandela.

O sonho da remodelação do Santuário de Nossa Senhora do Amparo.

O sonho da recuperação do património religioso e arquitectónico.

O sonho de polidesportivos nas aldeias e pavilhões de multiusos em Carvalhais, etc.

Senhores Deputados Municipais o sonho comanda a vida, eu acredito nisso.

Penso que todos os membros desta Assembleia deveriam co-responsabilizar-se na compreensão destas difíceis tarefas, já que creio, todos estaremos de acordo que neste quadro tão restritivo em que vivemos, o grande aperto financeiro a nível governamental, vai com toda a certeza ser difícil, mas eu acredito.

Mas será um desafio que vamos ganhar, aproximando os cidadãos da política, indo de encontro aos seus anseios, desejo e ambição para o desenvolvimento da cidade e do concelho.

Deixo aqui a mensagem de uma discussão de ideias e estratégias políticas, económicas, culturais e sociais, tendo as mesmas em conta o esclarecimento da população para as questões mais regulares, e que este processo possa desenvolver laços firmes entre eleitores e eleitos.

Por tudo isto, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Executivo, Srs. Deputados Municipais, nós Grupo Parlamentar do PSD temos o direito de acreditar que será um mandato de grandes obras, um mandato de apoio à terceira idade, à infância, mas também uma aposta no desenvolvimento económico do nosso Concelho, com a participação das colectividades, das associações e gentes em geral, para que possamos promover o nosso Concelho na região.

E termino citando:

"Por Mirandela somos todos nós e todos com Mirandela construiremos o futuro da nossa terra. Votos de Boas Festas e um Bom Ano."



Deputado Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Membros da Assembleia, Meus Senhores e Minhas Senhoras, temos aqui um documento que começa por dizer Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Eu invertia esta ordem e diria Grandes Opções do Plano e Orçamento, por que as Grandes Opções do Plano devem-nos preocupar e o Orçamento é uma forma de quantificar e levar à prática as Grandes Opções do Plano.

Há um ano atrás, sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006, eu disse aqui que o Orçamento que nos era presente nessa altura era casuístico e não era estratégico.

Quando foi em Fevereiro ou Abril, por ocasião da Assembleia Municipal para aprovação da Conta de Gerência, eu disse também que (e votámos contra), essa Conta de Gerência revelava uma boa gestão de compromettimentos em Mirandela. E faço esta abertura da discussão, para em seguida levantar a questão fundamental para os Mirandelenses e era a pergunta que eu deixaria à Câmara na pessoa do Sr. Presidente.

O que é que vai ser Mirandela e o seu Concelho no ano de 2020?

Se não estivermos nós, estarão com certeza os nossos filhos, os nossos netos e outros e esta é a questão que eu colocaria hoje, na altura das Grandes Opções do Plano e do Orçamento e penso que era a questão que nos deveria preocupar. O que vai ser Mirandela no ano de 2020?

Isto porquê? Porque definindo objectivos, podemos definir uma estratégia, podemos definir um plano e podemos quantificar esse orçamento, porque senão voltamos outra vez à velha questão de um orçamento casuístico, se o ano passado para esta função atribuímos 10, este ano atribuímos 11, para aquela despesa atribuímos 5, este ano atribuímos 5,5.

E nessa altura também, deixei uma sugestão que fosse contemplada uma pequena verba para se lançar um concurso de ideias para Mirandela, que não vejo neste orçamento.

Isto por que há que pensar se queremos fazer no contexto de Trás-os-Montes e eu digo no contexto de Trás-os-Montes porque os Concelhos por si só esgotaram-se, certamente o futuro vai-nos trazer muito mais obras intermunicipais e muitas mais parcerias intermunicipais e regionais e portanto no concerto de Trás-os-Montes, Mirandela tem que definir qual é a sua estratégia.

Quer ser uma zona residencial de qualidade, é uma aposta, mas teremos que a definir.

Quer ser uma zona industrial limpa e amiga do ambiente, penso que sobre isso estaremos todos de acordo, há que o definir, há que o pensar.

Quer estar na primeira linha da cultura e do turismo, há que o estudar, que o pensar e o orçamento contemplar isso porque de alguma maneira, estando definidas estas questões, eventualmente há aqui rubricas que não estariam eu diria até e sei que as minhas palavras não vão ser bem recebidas, mas vou dizê-lo. Será que algumas Freguesias vão existir em 2020? Será que algumas aldeias vão existir em 2020? Valerá a pena estar a fazer determinados tipos de investimentos? Eu sei e corro o risco de fazer esta pergunta, mas acho que é necessário que o façamos.

É necessário que o façamos, primeiro de uma forma restrita, estudando e é necessário que o discutamos posteriormente.

Daí que não estando e não havendo nada concertado sobre isso, eu sei que há o pólo tecnológico, mas é um somatório não é uma integração, não é uma estratégia e é essa estratégia que aqui falta.

Daí e que por essas razões nós ir-nos-emos abster no Orçamento e no Plano.

No entanto há mais duas questões que aqui vêm como compromissos e que pela sua importância e pela sua importância em relação a estas decisões estratégicas, eu gostaria também de ter duas palavras sobre ela:

Uma delas que é a remodelação do Palácio dos Távoras. Eu acho que isto é demasiado importante, não sei se já há estudos sobre isso, posso até estar a precipitar-me ou a dizer alguma asneira, mas mesmo assim vou dizer aquilo que tenho para dizer.

O Palácio dos Távoras é porventura a obra mais emblemática e que numa política e numa estratégia de cultura e de turismo é porventura a única existente em Mirandela. E algumas vezes eu interrogo-me se vale a pena e se a Câmara, os serviços camarários, até a própria Presidência da Câmara deverá estar instalada no Palácio dos Távoras?

É uma pergunta que eu me coloco e me interrogo muitas vezes por que dentro de uma política de cultura e turismo e penso que Mirandela será um dos eixos estratégicos com certeza para Mirandela, quando nós recebemos amigos, quando as pessoas se deslocam a Mirandela, temos alguma dificuldade em definir um roteiro, um roteiro turístico e quer queiramos quer não, Mirandela está ligada ao Palácio dos Távoras e hoje no marketing cultural é necessário fazer uma história.

E a história de Mirandela está ligada aos Távoras e o Palácio dos Távoras poderia fazer parte desse roteiro turístico cultural.

Daí que eu faça um apelo, uma sugestão que esta remodelação do Palácio dos Távoras seja estudada, definida num eixo de desenvolvimento estratégico, de cultura e turismo.



Por outro lado também, há aqui um outro aspecto que vem contemplado que é a construção do edifício municipal de serviços e porque não a concentração com a própria Presidência da Câmara e todos os organismos a ele ligados aos serviços camarários, numa boa gestão de recursos.

São duas sugestões que eu deixo e peço que façam e disponibilizo-me para colaborar num bom trabalho de casa de forma a podermo-nos orgulhar daquilo que deixarmos para Mirandela 2020. Muito obrigados.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PPD/PSD):

Em 22 de Dezembro de 2005, na minha intervenção sobre o Plano e Orçamento para 2006, fiz uma análise sobre os compromissos assumidos para o mandato (2006/09), pois um executivo com experiência de gestão autárquica, elabora um documento não por um ano, mas sim para os quatro anos, em virtude de as obras necessitarem de concursos públicos, visto do Tribunal de Contas, procedimentos processuais de concurso e adjudicação, enfim demoram em média mais de um ano a cumprir estes procedimentos.

Por esta razão, iremos encontrar nos Planos de Investimento de 2006/07/08/09, as mesmas obras por razões diferentes:

 Ou já estão executadas, mas ainda não estão completamente pagas;

 Ou ainda se encontram em execução;

 Ou estão a ser elaborados os processos necessários para a sua execução.

Por tudo isto um Plano de Investimentos deverá conter todos os compromissos assumidos, que o executivo pretenda executar, não se importando que a oposição o classifique de irrealista, com previsões exageradas e orçamentos empolados.

Quando se tem uma maioria de apoio, ela deve ser exercida desde que contribua para o desenvolvimento do nosso Concelho.

 A oposição ou seja o Partido do Contra faz o seu papel.

 Crítica sem nada apresentar, os seus conhecimentos são livrescos e sem suporte da realidade.

 A oposição baseia-se sempre no seu rigor contabilístico, mas esse rigor não pode ser usado para camuflar a sua falta de ambição.

 Poderão referir que a previsão de receitas está exagerada e como tal o Orçamento encontra-se empolado, mas os que pensam desta maneira, vou chamar a atenção para o seguinte:

 As receitas da Autarquia provêm como os Senhores Deputados Municipais sabem das Transferências do Estado, tendo por base a Lei das Finanças Locais, recentemente aprovada na Assembleia da República, onde o Senhor Ministro da Administração Interna referiu que as verbas a transferir em 2007 não serão inferiores às verbas de 2006.

 Mas além destas verbas normais e dos impostos cobrados pela Autarquia, existem outras que a Câmara de Mirandela vai receber, tais como:

 - Transferências de Fundos Comunitários de obras executadas em 2006 e com autos pagos, mas que o Governo decidiu não transferir em 2006, para não ultrapassar o valor do défice público, uma verba superior a 1.400.000,00 € que se referem às candidaturas aprovadas e homologadas da Ribeira de Carvalhais, IV fase da Bacia do Tua e da EN 15;

 - Aprovada uma candidatura com o Ministério da Educação no valor superior a 1.500.000,00 € para financiamento do novo Reordenamento Escolar e suas implicações;

 - Contrato negociado e financiado pelo Instituto Nacional da Habitação num valor superior a 2.000.000,00 € para a construção da habitação social;

 - Vários projectos aprovados e alguns já executados, mas que falta reembolsar no valor de 1.519.159,00 €.

 - Em 2007 vai iniciar-se o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) que passa a financiar, através de fundos comunitários, obras e projectos de desenvolvimento que já não passam por quotas entre municípios, mas por bons projectos e bons investimentos a levar a cabo por municípios ou por conjuntos de municípios;

 - Entre 2007/15 haverá Contrato-Programa de desenvolvimento na área tecnológica e de Inovação que irão beneficiar o nosso Concelho com fundos estruturais significativos, vindos do Plano Tecnológico Nacional e do Programa Interreg.

 - Finalmente o Executivo pode lançar mão, se assim o necessitar, da venda de algum património, como lotes que possui nos loteamentos recentemente construídos, de habitações no Bairro Operário, das casas do MAP e do GAT.

Referindo-me especificamente ao Plano de Investimentos para 2007, vou referir algumas rubricas especialmente para os Senhores Deputados Municipais que por vários motivos não tiveram tempo de fazer uma leitura do Plano de Investimentos.

1. Educação



Neste campo deve-se referir que, com a nova Lei de Reordenamento Escolar do Sucesso Educativo, foram transferidos para os Municípios novas responsabilidades e como tal novas despesas correntes (será que a oposição não concorda com este aumento nas despesas correntes):

- Refeições aos alunos do 1.º Ciclo provocam um aumento de 610.000,00 €;
- Enriquecimento curricular, onde foi preciso contratar professores e tarefeiros num valor superior a 200.000,00 €;
- Agravamentos de custos em transportes Escolares, passando para perto de 1.000.000,00 € no ano 2007.

Novas competências é sempre equivalente a novo aumento de despesas correntes. O Governo vai tirando argumentos às oposições para criticarem os orçamentos.

2. Parque habitacional, construção de habitações sociais

3.446.000,00 € para 2007/09.

(Senhores Vereadores da oposição e Sr. Deputado Maximino, esta verba mudou de rubrica, agora é no 10.03.01.99).

3. Aquisição de terrenos, incluindo expropriações e indemnizações

1.050.000,00 € para o triénio 07/09.

4. Saneamentos

4.492.000 € para o triénio 07/09.

5. Abastecimento de água

1.574.000,00 para o triénio 07/09.

6. Protecção do meio ambiente e conservação da natureza

5.755.000 € para o triénio 07/09

Nesta rubrica saliento:

- A construção da Zona Verde, margem esquerda da Ribeira de Carvalhais, Zona B;
- Envolve da Estação da CP à Reginorde (Projectos e Edificações);
- Ecoteca;
- Regularização e Protecção das margens do Rio Tua a jusante da Ponte Açude.

7. Cultura

2.580.498,00 € para o triénio 07/09.

Nesta rubrica destaco:

- A remodelação do complexo cultural;
- A Escola de Música de Mirandela, que tem um orçamento de 1.500.000,00 € / ano e que é uma jóia cultural no Território Transmontano;
- A grande actividade cultural desenvolvida em 2006, com 111 dias de eventos organizados ou apoiados pela Câmara;
- A continuação em 2007 de grandes manifestações culturais, tais como: o Carnaval do Rio Tua, a Reginorde, o Campeonato Europeu de Jet Ski, a meia maratona do azeite, o Campeonato Nacional de Remo, as Festas de Nossa Senhora do Amparo e outros eventos culturais e desportivos que todo o ano decorrem na nossa cidade.

Mirandela é hoje uma referência não só Regional mas também Nacional e Internacional em termos de cultura, desporto, actividades económicas, festas e romarias, que muito contribuem para o desenvolvimento e promoção da cidade e do Concelho.

Só que estes eventos provocam despesas correntes. A oposição não gosta disto, mas ainda não arranjou coragem para apresentar propostas para as diminuírem ou banirem pura e simplesmente.

8. Desporto, recreio e lazer

8.509.000,00 € para o triénio 07/09.

Nesta rubrica saliento:

- Construção do novo Complexo Desportivo – Projecto, Expropriações e Acessos.
- Subsídios para apoio a colectividades desportivas e culturais, que apesar de serem contabilizadas como despesas correntes, deviam ser classificadas como verdadeiras Despesas de Capital, tal a riqueza que criam para o município e na sua promoção.

9. Pólo Tecnológico

4.452.786 € para o triénio 07/09.

Nesta rubrica saliento a criação e instalação do Pólo Tecnológico Agro-Alimentar, na Quinta do Valongo, que irá contribuir decisivamente para a promoção dos produtos da região e assim contribuir para o progresso e desenvolvimento da região.

10. Transportes e Comunicações

31.331.000 € para o triénio 07/09.

Arruamentos, reparação e pavimentação de estradas, Caminhos Rurais, Parques de Estacionamento, serão os pontos principais desta rubrica.



11. Dívida

O endividamento em 2005 situava-se em 54,11%, em 2006 situa-se em 54%, o que significa que baixou atendendo à inflação registada este ano.

Este valor demonstra uma boa situação comparativamente com outras Câmaras da Região e do País, pois existem no País 70 Câmaras impossibilitadas de contraírem novos empréstimos, 3 dos quais na nossa região.

Para terminar a minha análise sobre este documento e como síntese, este executivo liderado pelo Dr. José Silvano, pretende muito mais do que obras, quer mais riqueza, mais qualidade de vida, mais solidariedade, mais lazer, mais turismo, mais emprego e igualdade de oportunidades, mais protagonismo regional.

Este Plano de Investimentos concentra esforços em áreas fundamentais, como sejam: acessibilidades, ambiente, turismo, desenvolvimento económico, educação, saúde e Acção Social.

Depois desta análise sobre o Orçamento e Plano de Investimento, espero ter contribuído para o esclarecimento dos Senhores Deputados Municipais e demonstrado que vai ser muito difícil arranjar argumentos para não viabilizarem este Plano e Orçamento.

Estes documentos merecem ser aprovados por todos os membros desta Assembleia Municipal.

Assim fará o Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente)

Muito rapidamente, só para pedir um esclarecimento, mas antes disso gostaria de congratular a intervenção do Eng.º Baltazar, penso o mesmo. Penso que a questão aqui não se trata de números, há aqui números que são apresentados, já vimos as justificações de ambos os lados, há aqui números que são empolgados, também é preciso sonhar e estamos em época natalícia. Eu gosto muito de sonhos, sobretudo com açúcar e canela em cima, mas é preciso ver que estes sonhos podem tornar-se azedos no futuro e o que é necessário é uma estratégia e não andarmos aqui um bocado a fazer de conta que é aquilo que parece destes orçamentos.

A pergunta que eu gostaria de colocar é uma dúvida, é que a intervenção do Deputado Cordeiro que falou que a subida dos impostos só iria ser aplicada a partir de 2008 e é possível que seja assim, mas o que eu não compreendo é o seguinte: a acta da reunião ordinária realizada a 8 de Novembro, já temos aqui uma deliberação assumida e até no seu ponto 2 diz submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal, coisa que não foi, porque eu não vejo aqui na Convocatória, não vejo aqui nos vários pontos da Ordem de Trabalhos o referido (aprovação do IMI), a subida do IMI e portanto penso que essa não será cumprida para 2007 e que de facto só para 2008, mas pergunto porque é que ela foi deliberada e aprovada agora e essa deliberação deveria ter início em 2007? Não sei se será ou por que foi feita fora de tempo ou porque possivelmente não queiram assumir perante os Municípios que vão subir os impostos. É só, eu gostava desse pedido de esclarecimento. Obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Em face da referência a estas rubricas no plano de actividades da CMM, coloco apenas 3 questões, as quais estão na ordem do dia na Freguesia de Frechas:

Qual o ponto da situação da nova rede de água, esgotos e ETAR do Cachão?

Relativamente às praias fluviais, estará em agenda as melhorias que é necessário introduzir em Frechas?

Recuperação de património, poderemos apontar para a materialização de um dos grandes sonhos das populações de Vale da Sancha, que é a recuperação da "Fonte dos engrenhados?"

Deputado David Garrido (CDU):

Para já congratulo-me com uma situação, é que à excepção da Freguesia de Frechas, todos estão bem, portanto todas as freguesias neste Orçamento ficam extraordinariamente contempladas. Ainda bem.

Mas ainda falando do sonho que falou o Arquitecto, eu se calhar é por já ser velho, (os sonhos para mim!) como é que eu posso sonhar quando foi apresentado na Assembleia da República uma verba para a construção da instalação do Pólo do IPB em Mirandela. Os deputados eleitos por V.Ex.ªs. votaram contra. Foi apresentada uma proposta para a construção de residências sociais para estudantes em Mirandela, os deputados eleitos por V.Ex.ªs. votaram contra.

Foi apresentada uma proposta para a construção da esquadra da PSP da qual falámos já aqui que afinal só precisa não sei de quantos e que fica, mas os deputados eleitos por V.Ex.ªs. votaram contra.

Como é que eu posso sonhar (enfim!), quando há uns tempos e aí já era principalmente este Presidente do Executivo, aprovámos aqui na Assembleia a construção de uma capela mortuária em Mirandela, foi aprovado por maioria, mas isso não adiantou rigorosamente nada, vem-se com a construção



de capelas mortuárias nas aldeias, provavelmente sim, mas a pergunta que eu faço é, ligadas a que religião? Sendo o Governo laico. Aquilo que estou a ver é que vai ser encostadas às capelas da Religião Católica, mas espero que sejam para todas as religiões.

Como é que eu posso sonhar (mas se calhar este sonho ainda se pode vir a tornar realidade), sobre a Ribeira de Carvalhais, está a ser arranjada aquela parte, está tudo fechado, eu consegui saltar o muro e dar uma volta por lá e vejo que uma grande parte de componentes é em madeira, tendo nós aqui as condições climatéricas que temos, porque construir e gastar dinheiro às vezes não é difícil, é uma questão de se arranjar o financiamento. O problema depois é a sua conservação e eu creio que se podia, face à região em que vivemos, as coisas serem diferentes.

Eu chamo a atenção, por exemplo aquele parque junto ao Ciclo e à Casa dos Professores, tão degradado que ele está e na altura era uma coisa bonita.

Construir às vezes é uma questão de arranjar dinheiro e arranja-se uma candidatura, o pior é depois a sua conservação.

Temos que ter muito em atenção como é que fazemos as coisas e onde é que vamos arranjar esse dinheiro.

Já agora também eu perguntava (porque isto mete-me uma confusão danada).

Fala no Orçamento do abastecimento de água a partir do Azibo e há uma verba aqui no Orçamento. Mas então o abastecimento de água a partir do Azibo para Mirandela, não é com as águas de Trás-os-Montes? Ou afinal nós demos o que tínhamos e ainda temos que pagar aquilo que é para eles? Posso estar enganado, gostava que me dissessem. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais nenhuma inscrição? Sr. Presidente quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

Só para terminar esta discussão sobre o Plano e Orçamento, três notas muito rápidas, até porque vou-vos dizer uma coisa, fiquei contente e de alguma maneira feliz até e tranquilo com a discussão deste Plano e Orçamento e até nos mais renitentes, fiquei contente mesmo votando contra, dizem que votam contra mas dão o benefício da dúvida.

Está aqui espelhado perfeitamente toda esta situação do Plano e Orçamento.

Mas eu há três ou quatro questões que foram postas em termos concretos (o Professor Dinis respondeu melhor do que eu até, que fez uma análise serena e profunda de todo o orçamento, daquilo que eu poderia dizer sobre as respostas), mas há aqui três ou quatro perguntas concretas, que queria rapidamente dar, postas pelo Garrido e depois pelo Jorge que são:

O Sr. Garrido perguntou que há 45.000,00 € nas despesas da Assembleia Municipal e porquê?

Até ao momento a Assembleia Municipal gastou só em Senhas de Presença e Ajudas de Custo 16.265,00 €, mas ainda tem duas reuniões em atraso que se prevê que sejam perto dos 30.000,00 € e depois porque a Assembleia Municipal também me pediu melhores condições e acho que deve ter uma verba própria para poder gerir depois de acordo com o que achar necessário, para debates ou outros assuntos em Mirandela.

Em relação aos 5.000,00€ da tal TMDP que vamos discutir a seguir, eles são tão poucos, isto não são direitos de passagem, são só os tais 2,5 sobre as facturas eléctricas que produz as telecomunicações, mais nada, sobre as facturas de telecomunicações. É a empresa que paga e paga à Câmara aquilo que a Câmara decidir e por isso aquilo dá tão pouco dinheiro, porque é só sobre este tipo de factura, não é sobre direitos de passagem.

Em relação aos 50.000,00 € dos seguros de saúde, é para os alunos das Escolinhas da Piscina, porque é obrigatório por lei e é para os carenciados e subsidiados do Centro de Emprego que entram em programas do Centro de Emprego, que é obrigatório nós contratarmos estes seguros e só diz respeito a estes aqui.

Em relação ao acesso Este, dizer-lhe que está a ser completado o projecto definitivo e é de acordo com o anteprojecto que conhece, agora já com a localização da ponte no sítio certo, mas tem como base esse anteprojecto.

Em relação à outra questão do Santuário de Nossa Senhora do Amparo e do Complexo Desportivo, eu digo é nossa intenção, continuo a dizer é nossa intenção este ano levarmos a cabo essas obras.

Em relação às questões postas em termos gerais de plano estratégico ou não de Mirandela, é só um desafio, quer ao Eng.º Baltazar em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer ao Dr. Maximino e ao Dr. Luís Sousa em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, é que depois de concluídas e até Março estão concluídos, este estudo prévio pela Universidade Católica no âmbito da Agenda 21 do Desenvolvimento Sustentável, se tenha ali um núcleo duro, já de propostas e que todos juntos então,



vamos todos contribuir para o que queremos em Mirandela no ano 2020 ou no ano 2025. Vamos todos em conjunto estudar essa situação, que ninguém tem soluções milagrosas para essa altura.

Eu estou convencido é que nessa data (em 2020), não vai haver mais de 100 a nível do País, cidades médias como pólos de desenvolvimento e o nosso caminho é chegar lá e eu quero é chegar lá em termos de Mirandela.

Se isso for conseguido, no ano de 2020, nos tais 100 na reestruturação administrativa, nas tais 100 cidades médias como pólos de desenvolvimento, Mirandela estar lá, acho que damos um asso definitivo para as gerações futuras e também para nós próprios em termos de presente.

Era isto que eu queria dizer sobre o Orçamento.

Em relação à dúvida do Dr. Luís Sousa, eu acho que é pertinente, do IMI e do IMT, só em 2008.

É assim, eu posso interpretar isso ao contrário. A Câmara Municipal de Mirandela tinha, quando não se comunica às Finanças até 30 de Setembro de cada ano qual o IMI a aplicar ao IMT, é aplicado o do ano anterior, portanto em 2007 não há qualquer aumento de IMI nem de IMT, é o mesmo.

Porque é que ele foi aprovado na Câmara Municipal em Novembro e pode ser discutido em qualquer Assembleia do ano 2007, é para que todos saibam que em 2008 vai haver aumento, em vez de ser enganar é dizer a verdade. É dizer, em 2008 vão pagar mais IMI e vão pagar mais IMT, não é esconder, é declarar, é pôr à consideração de toda a gente com um ano de distância, imagine! Portanto mais clarividência do que isto não pode haver.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então feita a discussão vamos votar o Ponto 4.2 sobre o Orçamento.

Votação:

Votos Contra.....12

Abstenções..... 6

Votos a Favor.....48

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 48 votos a favor, 6 abstenções e 12 votos contra, aprovar o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2007.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos interromper aqui a nossa sessão, continuaremos às 14h45.

PONTO 4.3 – SMA ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2007.

Quem é que se inscreve ou quem pretende fazer intervenção sobre este ponto? Faz favor Sr. Garrido pode usar da palavra.

Deputado David Garrido (CDU):

Este é o Plano e Orçamento que parece o parente pobre e como é uma época natalícia, toda a gente tem pena dos pobres, até a oposição vota a favor, mas eu irei votar contra por duas razões.

A primeira já é velha e enquanto tiver que pagar taxa de saneamento e lixo sem gastar um milímetro de água, não posso concordar com o Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados.

A segunda razão é uma pergunta que eu faço, porque não estou bem esclarecido e gostava de estar, face às alterações que foram entretanto feitas sobre o pagamento da água, apesar de ter recebido dois recibos para pagar e depois tive que telefonar e disseram “olhe deite um fora”, porque já tinha pago o outro, mas eu compreendo, foi a primeira vez.

Aquilo que eu pergunto é o seguinte: pagando nós a água por escalões, pagando de 2 em 2 meses, como é que se vai resolver, tendo em atenção que, para já, sobre aquilo que me informei, ainda ia haver leitura de contador, mas que depois o cobrador ou o leitor deixaria de passar. Depois não sei como é que vai ser. Isto era uma pergunta como é que isso vai ser?

A razão porque voto contra é que continuo a não concordar de que só pelo facto de termos o contador, lá que se pague a licença do contador, agora taxas de lixo e saneamento sem fazer nem lixo nem saneamento, continuo a discordar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguém se quer inscrever para este período?

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):



Eu era só para dizer que o PSD vai aprovar este Orçamento e para dizer ao Sr. Garrido que estando prevista a taxa de saneamento e de lixo, bem ou mal, tem que constar no Orçamento, ou seja isso não é motivo para não se votar o Orçamento que está aqui em discussão.

O que poderá é haver uma proposta de alteração das taxas que estão em vigor. Agora no Orçamento não, tem que vir à Assembleia Municipal e depois pode ser alterada. Muito obrigada.

Deputado David Garrido (CDU):

O que me faz votar contra é que o Plano e Orçamento tem em atenção as receitas que dão dos contadores que não gastam água, por isso é que o Orçamento é beneficiado, na minha opinião, por uma situação que eu considero imoral, não digo ilegal, mas imoral.

Sobre a proposta, isto já foi levantado uma série de vezes, das duas uma: ou é imoral ou não é imoral. Para mim é imoral, porque os próprios Serviços Municipalizados não apresentam alteração e nós também não apresentamos.

Presidente da Câmara Municipal:

Esta questão tem alguma razão de ser, agora é assim, isto é uma taxa da Câmara que vem aqui, não dos Serviços Municipalizados e independentemente de estar bem ou mal, porque eu até posso concordar, tem é que se rever esta situação e a própria Câmara pode-a rever, nem é preciso serem os Serviços. Agora não está revista e tem que vir aqui. Quanto ao serem 2 meses, nós dividimos por 2, porque nas Freguesias já acontecia assim. A cobrança já só era de 2 em 2 meses e no futuro estão a pensar até ser por estimativa e depois fazer o acerto final.

Agora eu acho que estas questões depois da entrada em vigor da informatização, merecem que os regulamentos sejam analisados novamente e se calhar nós, já na Assembleia de Fevereiro ou Março trazermos aqui alterações pontuais aos regulamentos para adaptarmos isto às novas situações, senão há aqui sempre desfaseamentos

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais intervenções, vamos votar este ponto.

Votação:

Votos Contra.....1

Abstenções.....0

Votos a favor.....47

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, com 1 voto Contra, 0 Abstenções e 47 votos a favor, aprovar o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos S.M.A.. para 2007

PONTO N.º 4.4 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM TMDP.

Deputado David Garrido (CDU):

Eu queria perguntar o seguinte:

Quem é que vai pagar esse direito de passagem? É o utente ou é a empresa de telecomunicações? As várias empresas, como sabem são várias empresas, porque não fiquei muito bem convencido quando me disseram que não era um direito de passagem, quando a proposta que é, é um direito de passagem, "porque diz aqui assim, pelas empresas que fornecem serviços de comunicações através da rede fixa, que constará de forma expressa na factura dos clientes finais do correspondente município", ora cliente final sou eu, que tenho o telefone em casa, de rede fixa, quer dizer que na facturação mensal emitida pela empresa que me presta o serviço, mas que quem vai pagar sou eu.

Depois também há aqui uma situação que tendo até 0.25, a Câmara aplica exactamente esse valor. Não fica pelo valor mais baixo.

Estranho que da parte da manhã a oposição tenha dito que afinal isto é através dos impostos e tenha aprovado este imposto, mas pronto às vezes esquecem-se de que isto também é um imposto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma intervenção neste ponto, dos Srs. Deputados? Perguntava também ao Executivo, o Sr. Presidente pretende intervir?

Presidente da Câmara Municipal:



A resposta a esta questão é assim, em termos muito simples, é, quem paga é o consumidor final é o Sr. Garrido com o telefone fixo, sou eu, é quem tiver telefone fixo. Agora já está a pagar. Isto é assim, nós já pagamos, o exemplo da TV Cabo e da Rádio, já pagamos uma taxa fixa ao Estado e na rede eléctrica também já pagamos no preço final uma taxa fixa ao Estado, que no máximo é de 0,25%.

Se nós quisermos reavê-la Câmara Municipal, porque temos direito a ela, temos que a aprovar na Assembleia Municipal, porque senão fica para a Instituição do Estado e não é entregue à Câmara Municipal, portanto a proposta é aprovar estes 0,25, para que o que eles recebem do consumidor final reverta para a Câmara Municipal, que no total não deve ultrapassar os tais 5.000,00 € que temos aí previstos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais intervenções vamos proceder à votação deste ponto da Agenda da Ordem de Trabalhos.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

PONTO 4.5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS – TRANSPORTES EM TÁXIS.

Deputado David Garrido (CDU):

A pergunta que fazia, havendo uma alteração ao Regulamento anterior, se foi ouvida a classe dos taxistas?

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos pôr a pergunta ao Executivo.

Sr. Presidente pode informar a Assembleia sobre esta matéria?

Presidente da Câmara Municipal:

Foi a Antral local que pediu à Câmara Municipal, numa reunião, para fazer estas alterações e portanto foi ouvida sobre isso e foi mesmo por proposta deles, porque a questão que se põe aqui é adaptar o regulamento, é uma alteração que houve, legislativa, sobre aquela matéria que depois vai dar origem e isso é que eles pediram e por isso é que os ouvimos, é que seja reformulado o respectivo contingente, porque há aqui uns desfasamentos.

Há situações de táxis principalmente no meio rural que já não existem e que não podem ser colmatadas as necessidades porque ou passaram as licenças ou venderam as licenças e não correspondem às necessidades da população local e nós com esta alteração podemos a seguir trazer a esta Assembleia a regulamentação do contingente e suprir essas lacunas que existem.

Presidente da Assembleia Municipal:

Está tudo esclarecido sobre este ponto, não havendo há mais nenhum pedido de intervenção, vamos proceder à votação.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros – Transportes em Táxis.

PONTO 4.6 – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO NO ÂMBITO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL – ATERRO SANITÁRIO.



Deputado David Garrido (CDU):

Se esta proposta fosse apresentada com uma explicação, a gente ficava a saber o que é que se passava, porque apesar de ter lido o que lá vem, eu gostaria de saber concretamente ao que isto diz respeito.

Não gosto de ficar com dúvidas e votar por votar. Eu não tenho esse feito. Quando não sei, pergunto e depois é-me esclarecido ou não.

E eu gosta de saber, tendo em atenção que o aterro sanitário já funciona há muito tempo, a razão por que é que vem agora à Assembleia esta alteração.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem e é função desta Assembleia dar os esclarecimentos necessários.

Então eu perguntava ao Sr. Presidente se pode informar e esclarecer o Sr. Deputado.

Presidente da Câmara Municipal:

A pergunta é pertinente mas nós não temos justificação porque ela veio como proposta da Empresa de Resíduos e portanto nós não tivemos neste caso nem a cautela nem a prudência de mandar a memória justificativa.

O que isto quer dizer é o seguinte em termos simples:

Nós, há vários anos atrás, construímos o aterro sanitário por um prazo definido em termos de protocolo.

E esse aterro sanitário tem esse prazo definido, que na altura se não me engano eram entre 10 e 15 anos.

Havia um espaço subjacente que tanto pertence à Câmara de Mirandela, que está no limite, como à Câmara de Vila Flor, e portanto a Câmara de Vila Flor também vai ter que dar o mesmo parecer, onde se chegou à conclusão do seguinte:

Para rentabilizar melhor este investimento do aterro sanitário é necessário que em vez de ter um prazo de duração de entre 10 e 15 anos tenha um prazo entre 15 e 20 anos, construindo também lá uma Central de Compostagem, que já está candidatada a fundos do ambiente. Entendeu a Administração da Empresa que com esse terreno que se compra ao lado há área suficiente para justificar, quer económica quer ambiental, o prazo de duração daquele aterro sanitário por muito mais tempo, fazendo lá outras componentes do aterro como uma Central de Compostagem e uma Central de Aproveitamento de Resíduos Sólidos para transformar em energia os resíduos.

Naquela altura só foi possível construir ali o aterro porque foi declarado o interesse público para a desafecção da reserva ecológica nacional. Com um prazo superior é possível lá efectuar outros investimentos nos próximos tempos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais intervenções, vamos proceder à votação.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Pedido de Reconhecimento de Interesse Público no Âmbito da Reserva Ecológica Nacional – Aterro Sanitário.

PONTO 4.7 – PROPOSTA / REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Informo os Srs. Deputados que houve uma série de reuniões de uma comissão eleita para rever o nosso Regimento. Julgo que o tempo decorrido foi um tempo consentâneo com a importância do assunto. Como coordenador dessa comissão congratulo-me pelo bom andamento e pelas boas intenções e pelo trabalho que foi efectuado, altura pública para poder agradecer a todos os Srs. Deputados que estiveram presentes e que participaram nesta revisão.

É um assunto que nunca está esgotado porque o tempo vai decorrendo e outras coisas se vão introduzindo, mas foi feito algum esforço pelos representantes dos partidos municipais para que se desse um bom passo para a eficácia e o bom andamento da Assembleia Municipal de Mirandela.

De maneira que era a altura de dar a palavra a quem quisesse intervir sobre as alterações que vão ser votadas e que naturalmente é a altura própria de aqui as discutir.



Deputado David Garrido (CDU):

Eu venho apelar ao Plenário porque na Comissão fui derrotado. E como a Comissão é Comissão, o Plenário é mais que a Comissão, eu creio que a proposta que apresentei lá e que não teve cabimento possa ser trazida aqui para ver se os deputados compreendem melhor. Sempre são mais cabeças a pensar.

Propunha assim uma alteração ao ponto 5. do art.º 39.º do Regimento que, relativamente ao uso da palavra no período de intervenção aberto ao público, diz o seguinte:

“No uso da palavra do período de intervenção aberto ao público, só poderão inscrever-se para pedirem esclarecimentos, os cidadãos residentes na área geográfica do concelho e com idade superior a 18 anos.”

Eu entendo que a redacção deveria ser a seguinte:

“No uso da palavra no período de intervenção aberto ao público poderão inscrever-se para pedirem esclarecimentos os cidadãos com idade superior a 18 anos.”

Retirava “residentes na área geográfica do Concelho.”

E isto porquê? Primeiro porque sendo uma sessão pública deve permitir a intervenção de qualquer cidadão, residente ou não no concelho de Mirandela (fiz inclusive perguntas a outros elementos doutras Assembleias e para Lisboa).

Nós podemos ter uma situação de um cidadão nascido em Mirandela com os seus interesses em Mirandela mas que, por qualquer motivo, reside em Macedo de Cavaleiros, em Valpaços ou em Lisboa. Achar correcto que não possa vir a esta Assembleia pedir qualquer esclarecimento sobre uma situação que é dele, enfim dumas terras, dum casa, dum rua, pelo facto de não viver cá?

Eu não sei se o público que interveio de manhã mostrou o Bilhete de Identidade a dizer que residia em Mirandela.

Se calhar a gente conhece-o que é de Mirandela mas vive ou mora cá?

Eu acho que essa limitação é inconstitucional e portanto a proposta que eu faço é a alteração retirando “residente na área geográfica do concelho.”

Deputado Maximino Monteiro (CDS/PP):

Eu estive a apreciar a alteração que foi feita ao Regimento, é relativamente pequena naturalmente, também já o Regimento é pequeno, mas oferecem-se aqui alguns considerandos.

Não sei se os Srs. Membros da Assembleia têm todos algum exemplar do Regimento actual e destas alterações, se não, tinha todo o interesse em que tivessem isso.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. Dr. Maximino peço desculpa, mas a Mesa enviou a todos os Membros desta Assembleia Municipal as alterações que a Comissão conseguiu alcançar.

Deputado Maximino Monteiro (CDS/PP):

No Artigo 8º da Alteração, alínea a) “Perda de Mandato”.

A alínea a) e b) mantêm-se e depois tem aqui uma alínea c). Esta alínea c) na alteração é a alínea d) do Regimento actual.

Presidente da Assembleia Municipal:

Porque a alínea c) foi eliminada Sr. Dr., eu acho que o membro representante na Comissão, devia ter informado disso o Grupo Municipal, senão estamos a perder tempo. A alínea c) do Regimento que está ainda em vigor neste momento no número 8 alínea c), foi eliminada, portanto a d) passou para c). Se não assim entramos num período de confusão de que ninguém tira benefício.

Deputado Maximino Monteiro (CDS/PP):

Relativamente ao artigo 19º da competência do Presidente, a alínea c) suprime depois.

O Sr. Presidente da A.M interpolou o Sr. deputado e informou que se passa o mesmo tipo de raciocínio, que foi mantida parte da alínea e eliminada a parte restante, o que foi tratado na Comissão.

Ao que o Sr. Deputado Maximino Monteiro respondeu que era preciso saber se a Assembleia estaria ou não de acordo com estas alterações.

Mais uma vez o Sr. Presidente da A.M. interpolou e informou que era isso que se iria verificar através das intervenções e da votação.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Em relação à alínea i) do artigo 21º, aqui foi só para completar o que faltava que era a lei 169/99.



E em relação ao artigo 37º da alínea a). Exercer o direito de defesa nos termos do artigo 2º e 3º do artigo 8º, também se mantém a mesma situação.

No artigo 34º há aqui uma alínea b1, eu proponha que em vez de ser b1) que fosse a alínea c), isto b1) não é normal neste tipo de diplomas.

Assim como no artigo 39º, em vez da alínea a) n.º 1 a), poderia seguir-se a numeração, ou seja 1, 2, 3 e assim sucessivamente.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interpelou pedindo desculpa e chamou a atenção para as alterações que a Comissão propôs e que deveriam ser tratadas antecipadamente a nível de cada Grupo Municipal, agora até eu em parte estou a achar conseqüente quando me propõe a retirada do b) 1 para outra alínea. Mas pedia-lhe o favor de me apresentar a proposta à mesa por escrito para depois eu apresentar aos Srs. Deputados para poderem votar.

Ao que o Sr. Deputado Maximino Monteiro respondeu que estava muito bem e que iria fazer isso.

Deputado Municipal Jorge Costa (PS):

Boa tarde, desde já o Grupo do Partido Socialista pede desculpas pelo atraso, mas tal deveu-se a alguma demora no serviço onde fomos servidos.

Dito isto, o documento que aqui hoje é apresentado, a proposta de Revisão do Regimento da Assembleia, foi um documento para o qual estávamos mandatados que trabalhamos e bastante tempo. Tivemos sobre as alterações propostas algumas discussões até acaloradas (no bem sentido) e procuramos que de facto estas propostas tivessem em conta alguns Regimentos que existem em outras Assembleias e tendo em conta também a nossa realidade.

Tudo aquilo que nós produzimos evidentemente que não se esgota aqui, todas as alterações possíveis poderão ainda ser feitas a este documento e todas as alterações que entendam ser objecto para melhorar isto (e foi este sempre o entendimento da Comissão) serão bem-vindas.

A minha intervenção foi suscitada mais pela questão que levantou o Sr. Garrido relativamente a esta questão da possibilidade de intervenção de pessoas do público, que aqui de facto limita a que sejam residentes no Concelho.

Eu partilho com ele a mesma opinião, penso que aqui não deveria ser limitativo o facto da possibilidade de intervir nesta Assembleia seja dada só a residentes no Concelho, eu partilho da opinião dele, poderá e há com certeza muita gente que não residirá e vive aqui mas que terá aqui os seus interesses e que aqui será o local próprio onde ele possa naturalmente expressar tudo aquilo que diz respeito aos seus interesses, à sua terra e tudo isso.

Portanto, eu penso que deveria esta Assembleia reflectir sobre este pormenor que pode ser um grande pormenor, poder permitir pessoas que não residam no Concelho, mas que sejam daqui, que tenham interesses, possam vir aqui também expressar as suas ideias ou dar o seu contributo.

Era mais um apelo que eu fazia aqui, que se fizesse uma reflexão sobre esta questão pontual e naturalmente outras que haja que possam ajudar a melhorar este Regimento. Obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também, eu lembrava entretanto no que respeita à intervenção do Sr. Deputado Garrido e do Deputado Jorge Costa, que há uma proposta na Mesa e que eu terei que dar uma explicação a toda esta Assembleia e que a farei já em tempo próprio. Entretanto estamos a ouvir as intervenções dos nossos inscritos.

Tem a palavra o Dr. Luís Sousa.

Deputado Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Sr. Presidente, muito rapidamente, eu acho que já foi dito aquilo que pretendia dizer, eu penso que o estatuto deve ser o mais ligeiro possível, eu não sou por estatutos pesados, eu sou pela prática e não por aquilo que vem escrito no estatuto, embora saiba que é um instrumento para reger o modo de funcionamento desta instituição e portanto sobre alguns aspectos, aquele que foi aqui mencionado, da inclusão, acho que devemos estar atentos de que o diploma deve ser o mais, portanto de incluir o maior número de casos possíveis de possibilitar a participação do maior número possível de cidadãos e pessoas com variadíssimos interesses no Município.

Aliás até a questão da idade eu não colocaria até se calhar a idade dos 18 anos para participar, quer dizer, nós estamos a criar jotas nos partidos onde andam jovens com 16, 15 anos que já pertencem a Associações de estudantes nas suas escolas e portanto seria bom também que eles pudessem partilhar desta vivência, que pudessem participar e trazer aqui problemas que se calhar nós não estamos tão atentos e eles saberão dar conta desses mesmos problemas.



No que toca à prática, aquilo que eu gostaria e já ouvi aqui falar que vão haver melhores condições de trabalho para esta Assembleia, a que foi destinada uma verba, para desenvolver actividades, pois vamos ficar a aguardar o uso dessa verba.

Gostava aqui também de sublinhar o facto de continuarmos a não ter um e-mail e um espaço próprio no web site da Câmara. Não basta colocar lá o Regimento da Assembleia para dar a tal visibilidade e a tal participação na Assembleia nesse instrumento da democracia digital e a questão do registo de interesses, tenho pena de facto que não tenha sido tratada, acho que também poderíamos aqui ter sido um bocadinho inovadores, eu de facto conheço poucas Assembleias Municipais que tenham adoptado esse instrumento, mas acho que valeria a pena. E é tudo.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Muito rapidamente para dizer que é evidente que toda a gente gosta que o público participe e que seja o maior número possível, em todo o caso sob pena de se poder pôr em causa o bom funcionamento desta Assembleia, parece-me que não deve ser alargado a intervenção do público, porque se aderíssemos à proposta do CDU e agora do CDS, não sei se foi uma proposta formal, de suprimir quer a residência quer a idade, isso significaria que qualquer cidadão, que qualquer criança podia vir para aqui fazer interpelações.

É preciso ver quais são as competências próprias desta Assembleia. E há membros que estão eleitos que também têm que participar e nós não podíamos estar aqui o dia todo (digamos assim), porque eu podia arregimentar 20 ou 30 cidadãos de Macedo que viessem para aqui, só exclusivamente para perturbar o bom funcionamento da Assembleia,

Portanto, entendo que a ter que se definir algum limite, a área de residência é razoável.

Depois para dizer também que esta Comissão com excepção desta proposta do Sr. Garrido e muito bem, que realmente foi vencida, ele apresentou-a na Comissão, não houve qualquer outra proposta, ou seja, foi debatido o assunto até ao ponto de se gerar um consenso, o que penso também deve ser lavado em consideração.

Em relação também ao facto de ser constitucional ou inconstitucional, eu diria que se o encerramento da maternidade de Mirandela não é inconstitucional, também já não há nada que seja inconstitucional.

Em relação só a uma questão que se calhar passou despercebida, mas que é importante. Houve aqui um deslocamento dos assuntos que estavam na Antes da Ordem do Dia, como vocês repararam e hoje foi um exemplo disso mesmo, no Período Antes da Ordem do Dia que devia ser destinado mais à intervenção política, à explicitação de moções, etc., normalmente nós, despejamos entre aspas toda a matéria que tem a ver com a vida do Município.

Ora no novo Regimento, com a alteração que está prevista no Período Antes da Ordem do Dia, será realmente um Período marcadamente político, deslocando-se depois os assuntos do Município para o ponto próprio ou para o 1.º Ponto, que é a Informação que o Presidente presta.

Também outra inovação que me parece ser relevante, tem a ver com os tempos, embora o PSD pudesse no fundo regular os tempos, (um tanto ó quanto) como quisesse, porque tem a maioria nesta Assembleia, quisemos realmente que as pessoas fizessem discursos pró-activos e que dessem um contributo para o debate, daí que não só os tempos se tenham mantido, como há essa inovação de se poderem juntar dois tempos, ou seja, aquilo que hoje era impossível se a mesa pelo menos fosse intolerante, que é falar 30 minutos seguidos, poderá ser possível com o novo Regimento porque o Deputado Municipal pode declarar que faz a junção de dois tempos.

Parece-me que também é uma inovação muito importante sobretudo quando se discute por exemplo o Orçamento, em que falar 15 minutos é manifestamente insuficiente.

Neste momento, se o Regimento estivesse em vigor, qualquer deputado poderia fazer uma intervenção de pelo menos 30 minutos.

E por isso o PSD vai votar a favor das alterações que estão aqui consignadas e votará contra a proposta do Sr. Garrido. Muito obrigada.

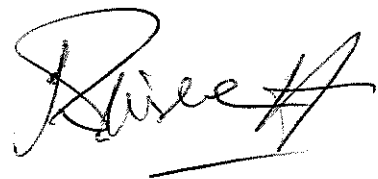
Deputado Luís de Sousa (CDS/PP Independente):

Sr.ª Deputada Elina, eu tentei fazer uma intervenção, de facto pela razoabilidade, ninguém estava aqui a criar casos hipotéticos de ir a Macedo de Cavaleiros buscar um autocarro de pessoas par intervir.

E aquilo que eu gostaria, continuo a dizer, é que a prática (essa) seja boa e o regime o mais aligeirado possível.

Agora há alterações que podem ser feitas, há inovações que podem ser feitas, tudo bem.

Nos princípios fundamentais que acho que é o direito de participação dos cidadãos, se há um tom em que o poder local português tem funcionado com alguma originalidade, é precisamente este da possibilidade de intervenção Antes da Ordem do Dia por parte do público e portanto esse devia ser o mais inclusivo possível.



E quando eu disse 16 anos, ninguém estava a falar que os meus sobrinhos que são recém-nascidos viessem para cá a intervir.

Quer dizer, estávamos aqui a falar com alguma razoabilidade e é nesse contexto que eu fiz a minha intervenção e é nesse contexto que eu vou votar a favor da proposta do Sr. Garrido.

Deputado David Garrido (CDU):

Eu compreendo a intervenção da Doutora, mas de facto dizer que se pode arregimentar de Macedo, eu também podia dar o exemplo de que podia arregimentar dois autocarros de Mirandela e isso não está na cabeça de ninguém arregimentar o que quer que seja, não é verdade?

Nós aquilo que pretendemos fazer (sob pena) porque o problema, a Mesa também tem algum poder sobre as intervenções do público.

Eu por exemplo hoje, a intervenção do público em que apela ao "não" no aborto, se eu estivesse na Mesa tinha chamado a atenção, por exemplo, porque a intervenção do público está escrita no Regimento e não tem que vir para aqui campanha seja do que for, nem eu nem outro, a favor do sim ou a favor do não, mas pronto fica à consciência de cada um, sob pena de depois eu não posso votar favoravelmente o Regimento se esta proposta não for introduzida e irei pedir a Liberdade Direitos e Garantias sobre exactamente este ponto, para que nos esclareçam.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem. Então enquanto vamos aguardar pela reflexão de todos porque a aprovação é importante, dava a palavra ao Deputado Jorge Costa.

Deputado Jorge Costa (PS):

Eu penso que as intervenções anteriores quer do deputado Luís Sousa quer do Deputado Garrido, esgotaram aquilo que eu iria dizer.

Eu penso que o regime democrático deve dar essa possibilidade e esta Assembleia deve reflectir isso, porque há gente que não reside aqui e tem interesses aqui e pode dar em qualquer momento o seu contributo e se eventualmente as intervenções não estiverem dentro daquilo que é o Regimento, naturalmente temos aqui a Mesa para combater todas as situações que possam configurar alguma perversão daquilo que deve ser a Assembleia e o Regimento.

Portanto esse argumento da possibilidade de ir fora arregimentar será um pouco falacioso. Tal como o fizemos em relação aos tempos de uso da palavra, há sempre hipóteses de alterar o que está menos bom. Eventualmente se isto fosse pervertido, naturalmente que os tempos teriam que ser alterados.

E é dentro deste espírito, daquilo que é a nossa prática que procuramos introduzir de facto essa possibilidade a alguém que não seja residente cá (eu estou-me a imaginar a mim ser de Mirandela e não ter cá residência) e não poder intervir por alguma razão na vida da minha terra. É tão simples quanto isto.

Presidente da Câmara Municipal:

Peço desculpa, eu não devia intervir neste ponto porque é um ponto essencialmente da Assembleia, mas de facto as questões levantadas levam-me também a fazer uma reflexão ou a deixar uma reflexão. Ninguém se pode esquecer que os membros da Assembleia ou da Câmara Municipal são eleitos para representar a população para que se candidatam. Senão não tinha sentido haver aqui nenhum membro da Assembleia nem nenhum membro da Câmara, se todos viessem aqui e pudessem falar, o que é que estávamos aqui a fazer nós? Para que eram as eleições? O método democrático aqui é indirecto e escolhido por representação. Se é escolhido por representação, cada um de nós, eu na Câmara e cada membro da Assembleia representa toda a população.

A intervenção do público tem que ser limitada aos assuntos mínimos indispensáveis que nós não possamos naturalmente representar.

Quanto à questão da residência ou não, essa é outra questão que eu deixo à consideração, por isso os inconvenientes ou convenientes são relativos, o ser residente ou não ser residente, não sei se isso tem importância.

Agora, as alterações são da Assembleia, mas também valorizem o papel dos membros da Assembleia, eles representam toda a população, não é o público que representa e que está na Assembleia. Quem está na Assembleia são os Membros da Assembleia Municipal.

Deputado Rui Sá (PSD):

Boa tarde a todos. Isto é um bocado assim, quem fica para final fica com poucos argumentos para justificar.

Mas relativamente à proposta do Sr. Garrido, eu tenho a dizer que vou votar favoravelmente a proposta que fez relativamente à residência.

Acho que a ninguém deve ser vedado o direito de participar numa Assembleia porque pode ser um empresário que tenha residência num sítio qualquer mas que tenha muitos interesses em Mirandela e que necessite vir a esta Assembleia para fazer valer alguns valores ou algumas coisas. O Sr. Garrido alega alguma Inconstitucionalidade, eu não sou jurista, mas parece-me que é capaz de ter alguma razão, pode estar ferida de inconstitucionalidade.

E também não deve ser alegado o facto de o Governo não a ter cumprido para com a nossa maternidade, para nós de seguida fazemos o mesmo. Era só isto que eu queria dizer.

Deputado Paulo Pontes (PSD):

Para quem há bocado, tal como o fez o Sr. Garrido, acusou os Presidentes de Junta de estarem calados, parece que desta vez ele conquistou os Presidentes de Junta, pelo menos dos que vêm aqui falar.

Eu também vou votar favoravelmente a proposta do Sr. Garrido por uma razão muito simples: nada impede que pessoas que não vivem no Concelho (que é o meu caso, que sou membro desta Assembleia Municipal, embora por inerência), possam vir à Assembleia Municipal intervir defender os seus interesses ou colocar questões sobre o seu concelho.

Portanto também vou votar favoravelmente a proposta do Sr. Garrido porque acho que tem algum sentido.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Eu não posso deixar de me congratular com esta diversidade na minha própria bancada, porque para quem acusa o PSD de algum seguidismo, realmente hoje demonstramos claramente que mesmo na bancada do PSD há espaço para divergências de opinião.

Em relação ao facto de ser ou não inconstitucional, eu sinceramente confesso que não sou nenhuma autoridade na matéria e que isso pode ser objecto de opiniões diferentes, como quase sempre em direito. Podíamos estar aqui o resto do dia a invocar argumentos contra ou a favor

Contudo, aquilo que eu disse mantenho, sendo certo que utilizei o argumento de Macedo como mero exemplo, naturalmente. Aquilo que eu disse é que o alargamento excessivo da intervenção do público pode colidir com o bom funcionamento da Assembleia.

Por que as pessoas dizem que ninguém vai arregimentar mas não sei!

Volto a insistir que a área de competência desta Assembleia, a especificidade desta Assembleia como órgão fiscalizador da actuação do Executivo, determina, o que me parece razoável, que fique limitada à residência.

Há uma outra questão à qual eu poderia, pessoalmente, não em nome da bancada, porque já vi que havia aqui divergências, aderir, que era fazer a distinção ou a inclusão digamos assim, de residência ou residência profissional. Parece-me que aí já cobriria os tais casos de pessoas que efectivamente não residindo em Mirandela têm aqui interesses.

Em meu nome pessoal e porventura das pessoas que integraram comigo a Comissão, o Sr. Presidente da Assembleia seguramente que se pronunciará sobre isso, parece-me que essa inclusão da residência profissional, enfim, dentro deste espírito de abertura ou de alargamento da intervenção ao público, é razoável alargar a intervenção a qualquer pessoa, desde o Norte ao Sul do País, alargar a qualquer idade, desde os sobrinhos aqui do Luís Sousa, até enfim! Parece-me que não é de todo razoável e pode como disse, colidir com o bom funcionamento da Assembleia. Muito obrigada.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu peço desculpa mas eu acho que isto está a chegar a um limite que cada um pode dizer o que quiser e vocês podem decidir o que quiserem, agora não vão fazer da Assembleia Municipal um conjunto de intervenções de respostas do Presidente da Câmara ou dos membros da Assembleia a quem tem interesses em Mirandela, sejam eles de que natureza forem e nós todos sabemos que tipos de interesses às vezes são discutidos na Assembleia a que cada um quer fazer aqui um empreendimento imobiliário, vem à Assembleia perguntar o ponto da situação. Cada um quer fazer um empreendimento turístico, vem à Assembleia perguntar! Então, mas não sei o que estamos a fazer, nem na Câmara, nem na Assembleia Municipal, não sei.

A intervenção do público numa Assembleia Municipal ou na Câmara Municipal é para tratar de assuntos do seu concelho e não de assuntos pessoais, nem de interesses de cada membro, nem de um órgão nem do outro. Esta é a minha opinião.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Jorge Costa pediu a palavra, chamo a atenção dos Srs. Deputados para este assunto.



Deputado da Assembleia Municipal Jorge Costa (PS):

De facto concordo com o que diz o Sr. Presidente, é verdade, inteiramente verdade, o que estamos aqui a fazer?

Mas façamos este raciocínio simples. Quantos de nós estão aqui que possivelmente não têm residência. São membros eleitos e podem participar na vida política, porque é que alguém que não sendo eleito e sendo do público e sendo de cá ou não sendo de cá não poderá participar nesta Assembleia? E concordando também com o que diz o Sr. Presidente, o que estamos aqui a fazer? É evidente, também essa parte é verdade, mas também não vejo porque razão? É só eliminar isto, a questão de não ter que ter obrigatoriamente a residência do concelho para poder intervir nesta Assembleia.

Se eventualmente a prática nos disser que de facto há uma perversão disto, então muda-se, não percebo também porque é que aqui não há-de ficar expresso que poderá haver intervenção de gente que seja daqui e que poderá vir a esta Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Deputado, a Assembleia ouve as suas argumentações mas depois a decisão é do plenário.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

De facto a intervenção do Deputado Jorge Costa colocou o meu exemplo. Se eu deixar de ser membro desta Assembleia, (eu não tenho residência cá) vou deixar de poder participar.

Agora eu, só pelo facto de ser eleito acho que não estou acima de outro munícipe que não foi eleito. Agora, a questão é esta até do ponto de vista prático. Como é que operacionalizamos isso? Quer dizer, vão chegar aqui as pessoas e antes de intervirem vai ter que o Sr. Presidente da Assembleia pedir o Bilhete de Identidade ou uma carta da Junta de Freguesia a atestar a residência? Mas com que autoridade? Aqui o problema de constitucionalidade coloca-se.

Coloca-se até no próprio espírito do arquétipo legal e institucional do poder local como disse há bocado. Porque o legislador na altura quando o criou, criou representantes eleitos, mas precisamente por que estávamos numa democracia em transição e os partidos ainda não tinham o vigor que tinham hoje a nível autárquico, possibilitou-se a participação directa aos municípios e é essa prática que queremos manter, porque somos democratas e se o Sr. Presidente da Assembleia nas várias intervenções que foram aqui feitas pelo Município Fraga, se de facto ele tivesse pensado que se tinha o dito algo que não estava de acordo com as regras ou com a prática da Assembleia ter-se-ia manifestado e se houver abusos também estamos cá para corrigi-los.

Deputado David Garrido (CDU):

Eu era só para dizer que quer na Lei 169/99, quer depois na alteração que foi feita, a 5-A/2002, diz que: "Nas reuniões dos órgãos deliberativos, há um período para intervenção do público, durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados, nos termos definidos no Regimento". Esta alteração "nos termos definidos pelo Regimento", é uma alteração à Lei de 99, que só dizia "durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados", mas continuo a entender pelo facto de dizer nos termos definidos pelo Regimento e nós definimos os termos em que de facto o povo pode intervir, o legislador não mencionou que o público tinha que ser restrito ao concelho.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Uma dúvida, Eu estou perplexo com isto tudo. Eu acho que não houve nenhuma comissão!

O Deputado Jorge Costa estava nessa comissão? Quem representava o CDS/PP?

E então porque é que o CDS/PP não pôs essa proposta em relação à revisão? E o PS porque é que não pôs essa proposta? Porque é que vêm agora para aqui com uma situação destas, que devia ser estudada em comissão e não trazerem documentos. Era só isto que eu tenho a dizer.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Às vezes há argumentos que é a própria oposição que nos dá e daí a minha intervenção agora. O Sr. Garrido (e é pertinente) utilizou o melhor argumento.

Se houve uma alteração legislativa à lei 169/99, pela lei 5-A/2002, em que expressamente diz assim: "o público pode falar nos termos... ou o público poderá ser definido no Regimento" é porque a Assembleia Municipal tem poderes, ou seja se na lei de 99 dizia assim: "pode falar o público" e agora diz assim: "o público é aquele que a Assembleia regulamentar ou disser que é público", significa que se pode impor uma limitação, ou seja, o que me pareceu que o Sr. Garrido disse foi, pode haver intervenção do público nos termos definidos no Regimento. Foi isto ou não foi?

Agora, isto para dizer que se não houvesse qualquer liberdade de a Assembleia concretizar, quem é que pode ou não intervir na Assembleia Municipal, parece-me a mim, (com as dúvidas todas que por ser



advogada tenho) porque eu, uma das coisas que aprendi é que só não tem dúvidas quem desconhece, quanto mais se sabe, normalmente mais dúvidas se tem, que é o meu caso aqui.

E portanto com todas as dúvidas que este assunto pode suscitar, o que me parece é que não se justificava uma alteração legislativa, no sentido de dar poderes à Assembleia Municipal nos termos de regular a intervenção do público, se a Assembleia não pudesse fazer qualquer limitação.

Ou seja, se público pode ser qualquer pessoa dos zero anos ou do mês até enfim... sem limites, se público pode ser qualquer pessoa residente em qualquer sítio do país e se é isso que é o público, então para que é que o legislador deu esta margem de manobra? Então não se justificava a alteração legislativa. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados, julgo que é a altura da mesa fazer também a sua intervenção e dar a seguinte explicação:

Como já tiveram oportunidade de apreciar, houve uma Comissão representativa de todos os partidos desta Assembleia, que trabalhou durante semanas, permitam-me até esta intimidade, chegaram a pensar que as semanas eram demasiadas. Eu entendo que não, com o devido respeito, porque houve um trabalho sereno, quanto a mim, profícuo, aprofundado e que mereceu discussão com a representatividade que tinha a Comissão.

De facto posso dizer aos Srs. Deputados agora nesta globalidade desta Assembleia e deste plenário, que este foi o assunto que poderá ter tido teve mais discussão. De resto foi tudo mais ou menos pacífico.

É também altura de eu dizer aos Srs. Deputados, como de resto a oradora a Sr.ª Dr.ª Elina há bocado já fez questão de transmitir, embora de passagem e rapidamente, que houve a preocupação, isto deve esta Assembleia registá-lo, memorizá-lo que o PSD que estava em maioria, entendeu não dever instituir, introduzir as regras da proporcionalidade, para permitir que numa Assembleia como esta, permitam-me, de Mirandela, uma cidade do interior que pudesse dar azo em pleno às participações efectivas de todos os Srs. Deputados, porque faz parte das regras de qualquer Regimento duma Assembleia, que os tempos na sequência da proporcionalidade que sejam introduzidos. Não foi feito isso

E foi feito até mais alguma questão, foi dado tempo suficiente, para que nas grandes questões dos investimentos, dos planos plurianuais, dos orçamentos, pudesse haver tempo suficiente, porque são os grandes temas para discutir.

Todavia e como hão-de ter reparado quem passou os olhos pelas introduções que nós fizemos levar à residência de cada um, no Período de Antes da Ordem do Dia, foram postas algumas regras, mas como todos sabem, estamos já no 2.º período de legislatura, nos 2.ºs quatro anos. O Período de Antes da Ordem do Dia, a Mesa tem tido uma certa elasticidade, permitam-me a palavra tolerância ou compreensão, não terão aqui muito boa oportunidade, mas têm tido uma certa elasticidade para permitir que, enfim de um modo mais ou menos exaltado ou emocionado, como é regra dos assuntos, pudessem, cada assunto ter a sua discussão apropriada.

Penso todavia que os pontos principais foram tocados e permitam-me também este pormenor. O que aqui o Sr. Deputado Maximino do CDS/PP introduziu sobre as regras, até poderá ter algum cabimento, agora tornarmos inesgotável o tempo da discussão sobre esta matéria, temos que ter um fim, um deles. E o fim é a votação. Temos que pôr isto à votação.

Eu tenho que informar esta Assembleia de que tenho aqui uma proposta apresentada pelo Sr. Deputado do Partido Comunista, sobre esta questão, o que quer dizer que prova que a Mesa teve compreensão, deu o tempo suficiente.

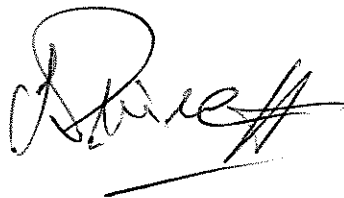
O assunto que aqui está visado nesta Proposta que vou passar a ler e que diz o seguinte:

“No uso da palavra no Período de Intervenção Aberto ao Público, poderão inscrever-se para pedir esclarecimentos os cidadãos com idade superior a 18 anos.”

Isto diz respeito como já todos souberam ao art.º 39º ao ponto 5. Isto não é mais do que tergiversar, do que repetir o assunto. Este assunto teve discussão na Comissão e a Comissão era representativa e apresentou um trabalho.

Nós poderíamos discutir aqui na globalidade, na especialidade, ponto por ponto, porque são assim as regras da discussão em Assembleias, mas julgo que com este quadro de etapas de apresentar as alterações que foram introduzidas, para a residência de cada um, que dávamos tempo aos Srs. Deputados, para chegarem aqui e permitam-me a expressão, sem ofensa, com o trabalho de casa feito para podermos ser mais profícuos e eficazes, enfim relativizarmos as nossas intervenções e podermos votar a tempos e horas, mas a proposta, com todo o respeito pelo Sr. David Garrido, não é mais do que o resultado da discussão em plena Comissão, de maneira que nós vamos ter que votar.

Tenho também uma outra proposta para ler aos Srs. Deputados e a que diz respeito, que é assinada pelo Grupo do CDS/PP, que diz:



“O Grupo do CDS/PP em face da alteração do Regimento da Assembleia Municipal vem apresentar as seguintes correcções:

Quanto ao art.º 34º (peço o favor de acompanharem) em vez de 1. b1), deverá corrigir-se para alínea c).

Julgo que é pacífico, será posto à votação e os Srs. Deputados poderão pronunciar-se sobre ela.

Quanto ao art.º 39º, continua a proposta apresentada pelo CDS/PP, diz:

Em vez do 1. a), deverá corrigir-se para 1-2-3-4-5-6 e 7.

Desta feita propõe-se que se proponha à votação as correcções aqui referidas.”

É o que a Mesa vai passar a fazer por ordem de entrada.

Eu vou então ler, chamo a atenção que é o art.º 39, visa a intervenção do público, diz o seguinte:

“No uso da palavra de Intervenção Aberto ao Público poderão inscrever-se para pedir esclarecimentos os cidadãos com idade superior a 18 anos”

E é esta proposta que eu vou por à votação nesta Assembleia.

Pede a palavra para quê Jorge Costa? Em defesa da honra, faz favor Jorge Costa.

Deputado Jorge Costa PS):

Permitam-me usar este mecanismo para o Sr. Presidente me permitir a palavra.

Isto a propósito da intervenção do Arq.º Figueiredo, onde com ar grave perguntou “o que estamos aqui a fazer?”, se afinal este regimento já foi aprovado e foi por consenso em sede de reuniões próprias, em reuniões e com representantes dos partidos, o que estamos aqui a fazer?

E eu perguntar-lhe-ia? O que estará aqui a fazer o Sr. Arquitecto? Se não tem paciência para a discussão democrática, eu é que poderei perguntar-lhe o que está aqui a fazer, porque isto só para dizer que esta comissão teve a preocupação e penso que ao trazer estas questões aqui, é um acto de humildade desta Comissão, porque nós próprios entendemos em comissão que provavelmente poderia haver aqui dentro desta Assembleia, sugestões que pudessem alterar de alguma forma este Regimento. Tivemos esse acto de humildade, ao ponto de, e vou recordar, já na revisão anterior foi distribuído um Regimento já com as alterações que supostamente seriam aprovadas e não o foram, significou desperdício de papel, alterar tudo e confusão de regulamentos.

Optamos por uma fórmula diferente, trazer aqui esta proposta de revisão de alteração e se eventualmente houvesse alguma alteração e seria já a seguir votado o regimento com as alterações aqui e quando fosse produzido o documento, seria o documento final, isto para se evitar erros que já se evitaram na última Assembleia, portanto tivemos esta humildade de permitir que todos pudessem intervir aqui e dar o seu contributo e ficou muito incomodado o Sr. Arquitecto porque esta Comissão teve essa humildade.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então proceder à votação da proposta.

“No uso da palavra no Período de Intervenção Aberto ao Público, poderão inscrever-se para pedirem esclarecimentos, os cidadãos com idade superior a 18 anos”, proposta apresentada pela CDU “Sr. David Garrido”.

É esta a proposta que estamos a votar e que foi discutida.

Votação:

Votos Contra.....38

Abstenções..... 4

Votos a favor.....18

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a proposta apresentada pela CDU.

A proposta apresentada pelo CDS/PP, tem 2 pontos que vou ler novamente:

O Grupo do CDS/PP, em face à alteração do Regimento da Assembleia Municipal, deve apresentar as seguintes correcções:

“Quanto ao artigo 34º, em vez de 1 b1), conforme foi para casa dos Srs. Deputados, deverá corrigir-se para alínea c)”, aliás o Sr. Deputado Maximino veio aqui, todos ouviram e estiveram atentos.

Eu julgo que esta se não houvesse oposição, deveria ser votada ponto a ponto.

A Sr.ª Deputada Municipal Elina Fraga interpôs o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para pedir ao Grupo Parlamentar do CDS/PP que completasse a proposta porque em sua opinião, assim ficaria melhor, “porque se alteramos o b1) para o c), tem que ser criada a alínea d) e era só para não haver



depois confusões, porque senão há duas alíneas cês que fosse aditado que a alínea c) passaria a alínea d) e portanto o Grupo Parlamentar do PSD penso que também não vê nenhum obstáculo a aprovar essa proposta”.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então Srs. Deputados peço o favor da atenção, a alteração é a seguinte:

Tem 2 pontos esta proposta do CDS/PP:

“O Artigo 34, em vez de 1. b1) conforme chegou às vossas casas, deverá corrigir-se para alínea c), passando a alínea seguinte para d).”

O outro ponto desta proposta é quanto ao artigo 39º:

“Em vez de alínea a), deverá corrigir-se para 1-2-3-4-5-6-7.”

Vamos votar esta proposta.

Votação:

Votos Contra.....3

Abstenções.....3

Votos a Favor.....62

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada pelo CDS/PP.

Secretário da Assembleia Municipal:

Então falta agora, no que respeita à Revisão do Regimento, votar as próprias alterações, porque não foram votadas.

Vamos então votar as alterações que a Comissão aqui apresentou. Em relação a estas alterações e segundo a informação que chegou à residência dos Srs. Deputados:

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....4

Votos a Favor.....62

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar as alterações ao Regimento da Assembleia Municipal.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Nós tínhamos em comissão isto: que aprovaríamos agora o Regimento Geral, com as alterações e com aquilo que estava, que era para poder ser distribuído o Regimento completo aprovado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Claro, é uma modalidade de facto, embora não seja um grande lapso.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Como é que a Mesa vai conciliar o ponto 2 do artigo 39º, com o ponto 5?

No Ponto 2 diz:

“Aparece aqui um cidadão e diz: Eu queria intervir no âmbito do ponto 2 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela e que diz: “Durante o Período de Intervenção Aberto ao Público, qualquer cidadão pode solicitar à Mesa, esclarecimentos sobre assuntos relacionados com o Município, devendo para o efeito proceder à sua inscrição na Mesa.”

Das duas, uma, ou este ponto salta fora e vigora só o 5, ou então não estou a ver como é que a Mesa vai resolver.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. Garrido e Srs. Deputados Municipais.

A Mesa resolve de acordo com o Regimento. Qualquer mesa não tem mais do que respeitar e pôr em jogo o Regimento. É isso que eu vou fazer. O que nós aprovamos é o que esta Mesa ou qualquer Mesa deverá respeitar e pôr em acção.

Vamos então agora aprovar, uma vez aprovadas as alterações, aprovar o Regimento no seu sentido global.



Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....3

Votos a Favor.....63

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

PONTO 4.8 – CRIAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS (UAC-UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO) – MIRCOM.

Não há nenhuma inscrição neste ponto? Sr. Presidente, do Executivo há alguma informação a propósito desta questão ou não? Não há? Então vamos votá-la.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Relativamente à criação da MirCom, tenho algumas questões que gostaria esclarecidas, de modo a ponderar o meu sentido de voto.

No artigo 21 alínea m), designar um director executivo gestor de centro urbano. Pergunto se já se sabe o nome da pessoa que assumirá o cargo? E se de facto já sabemos o nome dessa pessoa, gostaríamos que tivesse sido incluído o seu currículo em anexo para que pudéssemos avaliar a adequabilidade ao cargo.

Pergunto-me também se esse gestor não deveria ser contratado a termo mediante concurso nacional, visto tratar-se de um projecto que tenciona ir além do período de financiamento do Urbcom, seria útil talvez consultar a bolsa de interessados no cargo e escolher o candidato ou a candidata com melhor perfil.

Também gostaria de saber, se já houver essa informação, mas penso que isso será depois votado quando criados os corpos da Mircom, a questão da remuneração do Director Executivo e dos Órgãos Sociais da Mircom. Aqui o único alerta que faço e espero que sejam tomadas as devidas precauções, é que os corpos directivos não venham depois a ser preenchidos por membros do Executivo, porque acho que isso não trazia nenhuma vantagem, acho muito bem a participação da Câmara no Projecto, mas não necessariamente no corpo directivo.

E que não sejam aprovados regimes remuneratórios como aqueles que temos visto nalgumas empresas municipais, através de senhas, senhas essas que são calculadas tendo em base o salário de um vereador a tempo inteiro e depois dá-se o caso de em quatro reuniões mensais a pessoa acaba por acumular um segundo salário. Mas isso será depois, penso que posteriormente competência da Assembleia da MirCom e portanto fica daqui o alerta para o futuro.

É preciso a meu ver rectificar o artigo 31º n.º 2, acho que falta texto, acaba de uma maneira muito esquisita, diz: “Podendo os associados e o Estado conceder subsídios adicionais de”, não sei de quê, portanto isso tem de se completar, deve ser uma gralha. Isto deve ter sido ao passar o texto, que faltou aí texto.

Também tenho dúvidas quanto ao artigo 30, Receitas. Eu acho que a meu ver devia ficar definida um equilíbrio entre as fontes de receita.

Temos as quotas individuais e colectivas, temos a dotação da ACIM, temos a dotação da Câmara e depois temos outras receitas, isto agora para sintetizar a coisa, quatro fontes. Há mais, mas pronto sintetizaram estas quatro.

De facto, aquilo que pretendia, visto que a durabilidade da MirCom ultrapassa o período do programa da Urbcom, diz logo no seu artigo 1º que “A Associação constitui-se por tempo indeterminado” e portanto que houvesse algum equilíbrio entre as fontes de receita, isto para que a MirCom não se torne em mais um encargo para a Câmara, isto é, se não houver receitas por via da quotização, nem da dotação parceira que é a ACIM, que não fique a Câmara a pagar por tudo isto, eternamente.

Considero que este programa de facto é importante para o comércio tradicional, mas compreendo a relutância dos comerciantes em aderir a algo tardiamente e com vantagens pouco atractivas.

Penso que eles terão tido condições de financiamento mais atractivas se a candidatura tivesse aproveitado a primeira fase do Urbcom.

Quanto às quatro áreas de intervenção do Urbcom, há uma especificamente que é a revitalização do comércio no centro urbano e é aqui que eu gostava de saber qual é a real política do Executivo relativamente a este objectivo.

Ouvi dizer que, (e eu digo ouvi dizer) porque a gente também ouve as coisas, não está cá e vou confrontá-lo só com uma possibilidade, vocês terão oportunidade de me explicar se é ou não verdade,



mas que teriam eventualmente havido alguns contactos entre a Câmara e alguns promotores de grandes superfícies comerciais. Por um lado é bom, mas por outro lado é muito mau para o comércio tradicional não é?. E se isto é verdade, como é que é verdade que a abertura de uma nova superfície comercial se compatibiliza com o objectivo da MirCom que é o da revitalização do comércio tradicional. Isto abre um centro comercial, mas abaixa o comércio tradicional, ou há uma solução concertada ou então vai sofrer o mesmo impacto que se tem verificado noutras localidades, que é a morte do comércio tradicional, a morte da baixa da cidade.

Penso que o programa é válido, aliás até acho que na óptica daquilo que falei hoje de manhã, das estratégias de desenvolvimento, que até deveria ser pensado em termos policêntricos, isto é ver também a questão do comércio na Vila da Torre D. Chama e ver se haveria possibilidade de uma extensão deste projecto, não digo que obviamente através deste financiamento, porque as verbas estão destinadas a um propósito muito específico, mas algo parecido que pudesse ser extensível também ao comércio tradicional da Torre.

E são estas as dúvidas e muito obrigado.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Eu já agora queria deixar a minha achega relativamente a este projecto. Dúvidas não restam que se trata realmente de uma iniciativa muito válida, mas se a Câmara depois disto vai autorizar a instalação de mais superfícies nesta cidade, realmente, pobre do comércio tradicional.

Penso que aí terá que haver realmente um arrepiar de caminho porque já há aí superfícies a mais e o comércio, todos nós sabemos das dificuldades que atravessa.

Quanto ao aspecto formal, dá-me a ideia que segue o paradigma deste tipo de associações, mas há aqui uma referência que eu não podia deixar de fazer aqui uma correcção.

No artigo 22º, diz-se o seguinte:

“Vinculação da Associação. – A MirCom obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros da direcção, sendo uma delas obrigatoriamente a do Presidente.”

Eu em vez do Presidente punha aqui o Tesoureiro, que é aquilo que normalmente fica consagrado neste tipo de associações ou neste tipo de estatutos, “os de Tesoureiro”, pela sua importância como devem calcular.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Acompanhando esta proposta, aliás é a proposta vinda do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente, depois é trazida à Câmara, no último ponto diz assim: “O projecto de estatutos apresentado é suficientemente genérico para permitir que o objecto da presente associação permita a flexibilidade necessária à percussão e alcance dos objectivos propostos. ”Pergunto é se é genérico ou se de facto estes estatutos são com cabeça, tronco e membros.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Presidente é preciso alguma explicação, tem a palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Fiquei com a sensação que as pessoas não perceberam do que se trata nem como se fazem as candidaturas.

Em 1.º lugar, queria dar um elogio à Dr.ª Cristina Passas que é membro da Assembleia Municipal e que foi pela Associação Comercial a autora desta candidatura em conjunto com a Câmara Municipal e realçar que, num conjunto de algumas dezenas a nível nacional, só foram aprovadas cinco e uma delas foi esta.

Em 2.º lugar, relativamente ao que ganham os órgãos sociais, sou Presidente do Conselho de Administração do Metro, do Cachão, dos Serviços Municipalizados e doutros órgãos e, para que não fiquem dúvidas, garantir que nunca ganhei nada nesses órgãos nem sequer senhas de presença Municipal.

Em relação à outra questão, dizer que temos tido regularmente reuniões com superfícies comerciais. Parece que chegou a Mirandela a fobia das superfícies comerciais. Queria dizer-lhe que quem aprova as superfícies comerciais não é apenas a Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem um voto, assim como esta Assembleia, a Associação Comercial, a Direcção Regional de Economia e outra instituição. São cinco votos completamente diferentes.

E nunca aprovaremos nenhuma sem o parecer favorável da Associação Comercial e Industrial de Mirandela que é que gere os interesses dos comerciantes. As que existiram tiveram parecer favorável da Associação Comercial e Industrial que é a representante do sector.

Vamos agora às grandes questões levantadas:



Em relação ao Director Executivo, como sabem e as pessoas que estão aqui que levantaram estas questões até têm grande experiência ou têm experiência pelo menos em como é que se fazem as candidaturas aos fundos comunitários, era preciso indicar o respectivo director e o seu currículo e ele será o Dr. Vicente que pertence à Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

Segunda questão levantada, para que é que serve isto, como diz o Sr. Garrido e bem, é preciso explicar:

Em primeiro lugar, isto decorre de uma candidatura que houve ao Urbcom e que é obrigatório depois apresentar uma candidatura a esta unidade de acompanhamento do Urbcom que faz parte depois da gestão do programa Urbcom em Mirandela.

Depois têm que ser geridas profissionalmente as componentes do Urbcom. É esta a exigência dessa candidatura. E para se gerir profissionalmente, é preciso haver uma entidade a tempo inteiro e profissional que gira esta matéria.

Daí a constituição desta Associação entre a Câmara e a Associação Comercial, para que se lhe possa dar uma estrutura profissional para gerir todas as vertentes do Urbcom e aquelas vertentes que a Câmara entender e que a Associação Comercial entender que são necessárias levar a cabo, independentemente de serem financiadas ou não pelo Urbcom.

Se nós entendermos que a segurança dos nossos comerciantes é essencial.

Se nós entendermos que a animação de rua é essencial para que o comércio tradicional se revitalize, para que o comércio tradicional possa vender porque meus amigos gastamos lá dinheiro, é prioridade nossa, é nossa a decisão, não tem que haver aqui questões de equilíbrios ou de não equilíbrios, são propostas dessa associação, que a Câmara leva à Câmara, a Associação leva à Associação e tomam medidas prioritárias em termos de gestão normal. E isto, esta associação tem esse meio profissional para o fazer e tem uma celeridade e tem uma estrutura muito mais leve, que pode realizar facilmente.

A iluminação de Natal, a animação de rua quando se faz durante o Verão, a segurança de que se queixam os comerciantes, às suas portas, pode ser agora resolvida através de um programa destes, muito mais funcional, muito mais virado para os comerciantes, com pessoas a trabalhar ali a tempo inteiro, para que estas situações se resolvam rapidamente.

Por isso era uma exigência do programa que foi aprovado, é uma exigência a candidatura da UAC para ser aprovada, levar já estas componentes em termos gerais e portanto esta situação permite no nosso entendimento uma melhoria qualitativa do comércio tradicional ganhar dimensão para competir com as tais grandes superfícies e evitar que elas se instalem em Mirandela e ao mesmo tempo unir os comerciantes se assim o entenderem para que se faça um espaço comercial ao ar livre e que possa de alguma maneira revitalizar o comércio tradicional.

São estas as situações que eu tenho a dizer sobre esta questão.

Deputada Municipal Cristina Passas (PS):

Muito boa tarde, é a primeira vez que estou a fazer uso da minha palavra, eu só gostava de esclarecer aqui uma pequena questão que é o seguinte:

Em relação à entidade para a qual eu trabalho que é a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, sempre que a Associação é chamada para dar o seu voto em relação a uma abertura de uma outra grande superfície que queira instalar, a Associação convoca sempre uma Assembleia Extraordinária para apurar o sentido de voto.

Isto é, quando ela vai ao Porto dar o seu esclarecimento, é sempre em função daquilo que foi apurado pelos comerciantes numa Assembleia Extraordinária.

Era só apenas isto que eu gostava de referir.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Não há mais qualquer pedido de esclarecimento? Passávamos então à votação por favor.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....1

Votos a Favor.....65

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Criação de uma Associação Privada sem Fins Lucrativos (UAC-Unidade de Acompanhamento e Coordenação) – MirCom.

PONTO N.º 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.



Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Já é um hábito estar aqui neste ponto, mas prometo também ser breve como tenho sido.

A primeira questão para dizer que concordo plenamente que esta Assembleia Municipal seja um fórum de discussão de ideias, de debate, de participação, sob pena de não ter sentido estarmos todos aqui a perder o nosso tempo.

Como também acho correcto que muitas das intervenções que são aqui feitas, depois tenham alguma continuidade ou pelo menos nós tomemos conhecimento de pedidos de esclarecimento, de pedidos de documentação que são aqui feitos em concreto e que depois se o elemento em causa não vier aqui dizer que o recebeu, nós acabamos por não saber.

E isto a propósito de uma intervenção do Dr. Maximino na sessão da Assembleia de Setembro. Ele solicitou ao representante desta Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal uma série de informação e documentação sobre a problemática da caça no Concelho de Mirandela e eu sei, creio que ele recebeu essa informação, não sei se recebeu, mas essa informação foi enviada, isso eu sei que foi, pouco tempo depois da sessão de Setembro.

Acho que era importante também referir aqui isto, que a Assembleia Municipal está atenta, que os representantes eleitos aos vários órgãos também respondem aos pedidos que são feitos nestas sessões da Assembleia Municipal.

Outra questão para me congratular com o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela, questão esta que até várias vezes foi referida pelo Sr. Garrido no mandato anterior e outros mandatos, relativamente à inoperância e ao não funcionamento deste Conselho.

Este Conselho está neste momento a funcionar, já houve uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, agora a grande questão e que a mim me preocupa, como cidadão e como autarca, tem a ver com o grau de responsabilidade das pessoas que representam instituições nesses órgãos consultivos.

E isto porquê? Das pessoas que podiam fazer parte do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela e que podiam tomar posse, dos 25 representantes, apenas tomaram posse cerca de 16 ou 17. A primeira reunião deste órgão (o Sr. Garrido também esteve presente) contou apenas com 10/ 11 elementos e isto faz-me trazer à colação uma série de propostas que o CDS/PP faz na sua declaração de voto, relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, e que só são feitas porque provavelmente não conhecem a realidade concreta, porque se calhar não têm experiência em relação ao funcionamento de Conselhos Consultivos Locais ou Municipais, porque infelizmente eles não funcionam.

Não funcionam e eu volto a dizer, por falta de responsabilidade das pessoas que fazem parte desses conselhos.

É fácil propor Conselhos Municipais, eu podia propor mais sete ou oito, foram propostos cerca de cinco, mas o que é um facto é que infelizmente estes Conselhos não funcionam porque as pessoas não estão minimamente motivadas, não vestem a camisola. Houve inclusivamente na última reunião do Conselho Local da Acção Social de Mirandela necessidade de esperar meia hora para que pudéssemos ter quórum, caso contrário nem poderíamos ter feito a reunião. O próprio representante do CDS/PP não foi à reunião do Conselho Municipal de Segurança, provavelmente por razões pessoais ou profissionais, seja o que for, mas nunca a justificou.

É extremamente difícil, não vale a pena estar a propor muitos Conselhos Municipais, as pessoas acabam por ser quase sempre as mesmas. É o representante da PSP, é o da GNR, é o Instituto de Emprego. Nós por mês quase que nos vemos duas ou três vezes e eu acho que isto não tem grande sentido.

E queria para terminar, já o fiz pessoalmente, mas queria em nome do Grupo Municipal do PSD desejar a todos um Feliz Natal e um Bom Ano para 2007.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Uma vez que o Sr. Dr. Rui Magalhães acabou por referir a minha pessoa relativamente a uma informação que me prestou sobre a caça, eu não podia deixar de lhe responder.

Tenho aqui efectivamente o expediente que é para analisar com cuidado, porque isto não me satisfaz. Na devida altura eu darei resposta relativamente a este assunto. Obrigado.

Deputada Municipal Isabel Barreira (PS):

Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Assembleia e respectiva Mesa, Srs. Deputados Municipais, eu quero apenas retribuir e agradecer as felicitações que me foram aqui dirigidas e também dizer-vos que a minha participação, o meu contributo para esta Assembleia, não se limitará ao preenchimento de uma quota pelo facto de ser mulher, mas a uma participação activa e útil na defesa dos interesses dos Municípios.

Sem mais quero desejar-vos umas Boas Festas, um Bom Natal e um Bom Ano Novo.



Deputado Municipal David Garrido (CDU):

O que é que tem feito em prol de Mirandela, porque já ouvi falar na nova região de turismo do Douro que vai englobar também Trás-os-Montes e Alto Douro, que parece que o nome é um bocado esquisito, mas gostava de saber se é mais uma que irá aparecer e já agora para quando os nichos da Sr.ª do Amparo, estão prontos.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

É só uma pergunta muito breve quanto às participações institucionais da Câmara, acompanha aqui o seguimento da intervenção do Deputado Garrido.

Há algumas sessões atrás votamos a participação do nosso Município em redes e associações de âmbito regional com a actuação nas mais diversas áreas de interesse para o desenvolvimento do Concelho. Solicitamos então ao Presidente desta Assembleia que fosse feito um quadro relação da participação institucional da Câmara nestas redes e associações, a facultar aos membros desta Assembleia.

Foi-me então fornecido um quadro síntese pelo Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, que muito agradeço. Contudo também fiz notar ao Sr. Chefe de Gabinete que a informação providenciada era insuficiente porque não incluía a missão a propósito do sumário da rede de associação ao protocolo, onde é que essa participação institucional implicava um custo de filiação ou não (também não foi especificado o montante) e não referia o nome ou os contactos dos representantes nessas redes, nem a agenda de trabalhos, impossibilitando-nos de acompanhar o desempenho destes e solicitar-lhes toda a informação sobre os resultados obtidos quando oportuno.

E portanto, na ausência da informação precisa que me permita dirigir-me ao pedido de informação, dirijo-me em aberto a todos e a todas as presentes, esperando assim que alguém de direito me possa facultar os esclarecimentos desejados sobre:

1- As iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito da Agência de Energia da Terra Quente Transmontana e da nossa adesão à Portugal Nordeste, Associação de Promoção Turística e também à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, gostaria de saber quais foram os benefícios que se têm retirado até à data nestas adesões e que projectos se perspectivam para o futuro e já agora reiterar os votos de Boas Festas para todos.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Mais alguma inscrição neste Ponto da ordem de trabalhos? O Sr. Presidente da CMM pretende prestar algum esclarecimento, faz favor?

Presidente da Câmara Municipal:

Muito rapidamente só para dizer ao Garrido que quanto aos nichos, eu não sei a data, o Eng.º Branco agora não está aqui, mas sei-lhe dizer uma coisa, na próxima festa estão lá. Disso pode ter a certeza absoluta. Sei que estão recuperados e bem recuperados e só falta montá-los.

Em relação à Agência de Turismo, tudo isso ficou nesta fase em estudo e sem efeito, porque o próprio Governo anda a reunir com todas as Regiões de Turismo, para fazer ele próprio agora, não regiões de turismo, (que é a nova regulamentação) mas Agências de Turismo. Ainda não se sabe se vai ser Agência de Turismo do Douro ou Agência de Turismo do Norte. Ainda não está decidida essa questão. O que está decidido é que vão acabar as Regiões de Turismo de Bragança, as Regiões de Turismo do Marão, a Região de Turismo do Alto Tâmega e vão ser fundidas ou numa Agência de Turismo do Douro ou numa Agência de Turismo do Norte, mas ainda não está decidida essa questão.

Em relação ao Sr. Dr. Luís Sousa, dizer-lhe que estas três questões merecem uma resposta escrita fundamentada. O meu Chefe de Gabinete far-lhe-á chegar as respostas.

Eu também tenho uma informação, antes de terminar este ponto, que é dizer aos Srs. Presidentes de Junta foram transferidos esta semana todos os subsídios e todas as verbas que tinham por receber da Câmara. Eu necessitava era que até dia 29, que é quando termina o ano, fossem levar à tesouraria os respectivos recibos. Eles são agora transferidos por NIB e portanto logo que saibam as quantidades de dinheiro que foram depositadas, que fossem levar os recibos, porque nós precisamos dos recibos para finalizar o ano em termos de Contabilidade.

Ainda mais uma coisa, é que os Presidentes de Junta que querem ter no seu poder as escolas desactivadas do primeiro ciclo, que façam o favor (porque eu só tenho lá 11 pedidos) de fazer esse pedido até final do ano, ou até à primeira semana de Janeiro, para em Janeiro se fazerem os protocolos da entrega desses edifícios desactivados a todas as Juntas de Freguesia. Eu preciso de saber essas situações até lá e em nome da Câmara Municipal, desejar a todos um Santo Natal e um Feliz Ano Novo, por que bem o merecem.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Mais alguma inscrição ainda neste ponto da Ordem de Trabalhos?

Não há.

Sendo assim, chegamos ao Ponto n.º 6.

PONTO N.º 6 PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO.

Alguém do público pretende inscrever-se? Não há.

Então em nome do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dou por encerrados os trabalhos desta reunião.

Mirandela, 22 de Dezembro de 2006.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

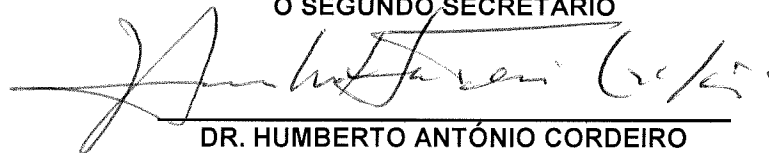
DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



JORGE MANUEL PEREIRA

O SEGUNDO SECRETÁRIO



DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO